

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

TAMIRES REGINA AGUIAR DE OLIVEIRA CESAR

**“GÊNERO, PODER E PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA NO BRASIL DE 1974 A
2013”**

PONTA GROSSA - PR

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

TAMIRES REGINA AGUIAR DE OLIVEIRA CESAR

“GÊNERO, PODER E PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA NO BRASIL DE 1974 A 2013”

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Orientadora: Joseli Maria Silva

PONTA GROSSA - PR

2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C421 Cesar, Tamires Regina Aguiar de Oliveira
"Gênero, poder e produção científica
geográfica no Brasil de 1974 a 2013"/
Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar.
Ponta Grossa, 2015.
138f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do
Território - Área de Concentração: Gestão
do Território: Sociedade e Natureza),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Joseli Maria
Silva.

1.Epistemologia. 2.Geografia Feminista.
3.Poder. I.Silva, Joseli Maria. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Gestão do Território. III. T.

CDD: 304.2

TERMO DE APROVAÇÃO

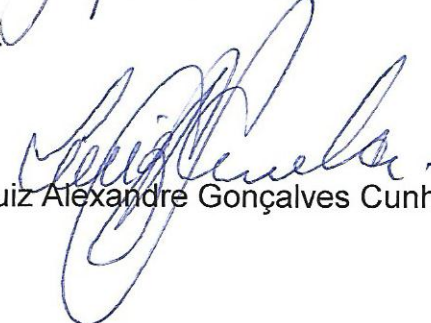
TAMIRES REGINA AGUIAR DE OLIVEIRA CESAR

“GÊNERO, PODER E PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA NO BRASIL DE 1974 A 2013”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: 
Profª. Drª. Joseli Maria Silva
UEPG


Profª. Drª. Adriana Mello Cançado
CESCAGE


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG

Ponta Grossa, 12 de fevereiro de 2015.

Dedico este trabalho principalmente a minha avó, que me ensinou a lutar para realizar meus sonhos com calma e amor. A minha família e amigos que sempre estiveram comigo me apoiando direta e indiretamente, não me deixando desistir, principalmente quando a vida parecia perder o sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as minhas famílias. A minha família de sangue por sempre estar comigo e por nunca me deixar só. Pai, Mãe, irmão, obrigada pelo carinho que entregam toda vez que retorno, obrigada pelos risos, abraços e principalmente por me ensinarem o que é ser amada. É por vocês e com você que continuo firme em minha caminhada. Agradeço os abraços, as palavras de conforto de todos meus familiares, principalmente quando a minha maior alegria Vó Luiza (*in memoriam*) amiga e conselheira se foi.

Gratidão aos dois espíritos de luz que chegaram a minha vida e desde então só trazem alegrias e sabedoria. Profª Joseli e Marcio tenho a maior alegria em dizer que vocês não são 'apenas' meus mestres, mas são meus AMIGOS. Obrigada por toda a caminhada que trilhamos juntos e pelas muitas que virão. Saibam que vocês são importantes na minha vida e na de todos que os cercam, e nunca se esqueçam, vocês fazem a diferença nessa caminhada chamada Vida!

Agradeço de coração a outra família, aquela que eu pude escolher, os meus amigos, eles que fazem e fizeram a caminhada ser mais bonita e branda. Thissy, Brenda, Le, Fernando, Gabe, Xicão, Marininha, Ma, Hi, Jaque, Bruno, Glau, Luiz Brunas, Douglas, Silmara, San, Caio, Fe, Marina e Li. Obrigada por serem meu porto seguro e me aconselharem com palavras doces e de amor. Agradeço também a minha mãe de coração Maria e suas filhas Tammy, Tabi, que fazem com que eu me sinta parte da família. Mãe Maria, obrigada por ser esse anjo em minha vida.

Gratidão às minhas amigas/irmãs Addie, Lu e Ju, vocês em todos os momentos estiveram comigo, me fazendo rir e dando seus ombros para chorar. Vocês são mais do que importantes em minha vida.

Agradeço a família GETE, que sempre esteve presente, reforçando o significado de família. Em especial agradeço ao Vagner e Profº Alides pela parceria e companheirismo na pesquisa.

Gratidão e Amor a todos os amigos (as) que conheci em minha caminhada. Obrigada pelas viagens, ligações, encontros e reencontros, em especial à Nathalia, Vera, Larissa, Vane e Carine.

Assim completo que 'Ohana quer dizer família, e família quer dizer, nunca mais abandonar ou esquecer. ' Gratidão a todos, Amo vocês!

"Dos nossos medos nascem nossas coragens e em nossas dúvidas vivem nossas certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e nos delírios outra razão. Nos extravios as descobertas nos esperam, porque é preciso perde-se para voltar encontrar-se".

(Eduardo Galeano)

RESUMO:

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as relações de gênero como elemento da produção científica geográfica no Brasil. A trajetória de inteligibilidade do fenômeno foi traçada em torno de 90 periódicos *on-line* científicos mantidos por entidades geográficas e disponíveis para acesso com classificação no Sistema Qualis – CAPES entre os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, com base no triênio 2013 - 2015. A coleta dos artigos encontrados nesses periódicos apresentou um universo de 13.990 artigos. Para entender a atual configuração da pós-graduação no Brasil, foi realizado um levantamento nas 55 universidades com programas de pós-graduação em geografia, o que possibilitou a análise da composição do corpo docente e discente destes programas, que refletem nas publicações dos artigos científicos. Da mesma forma, foi efetivado um levantamento nos corpos editoriais dos 90 periódicos *on-line* liberados para acesso. Os dados apresentados comprovam que o campo científico da ciência geográfica brasileira é marcado por seus elementos estruturais que estão inseridos nas práticas cotidianas dos sistemas legais e institucionais, mantendo uma hierarquização da produtividade do conhecimento intelectual. Assim, ainda que o campo científico geográfico brasileiro, apresente uma significativa participação feminina, quando comparada à masculina as mulheres tem uma participação menos significativa. Comprova-se que a temática de gênero e sexualidades mesmo inibida pelos padrões geográficos hegemônicos ainda conta com pesquisadores (as) que ousam e desafiam as fronteiras fixadas no campo científico.

Palavras chaves: Epistemologia, Geografia Feminista, poder

ABSTRACT:

This research aims to understand the gender relations as an element of the geographic scientific production in Brazil. The path of understanding this phenomenon was drawn by a gathering of 90 *on-line* scientific journals under control by geographic entities and available to be accessed with the classification of Qualis System – CAPES between the layers A1, A2, B1, B2, B3, B4 and B5, based on the three-year period 2013 – 2015. The collected papers found in these journals presented an universe of 13.990 papers. For comprehension of the current configuration of the postgraduate studies in Brazil, it was made a data collection on the 55 universities with postgraduate studies programs in Geography, which allowed the composition analysis of the teaching and student staff from these programs, reflecting on the publication of papers. In the same way, it was realized a search in editorial boards of 90 *on-line* journals released for access. The data presented show that the scientific field of the Brazilian geographic science is marked by these structural elements that are inserted in daily practices of the legal and institutional systems, keeping a productivity hierarchy of the scientific knowledge. Even if the Brazilian geographic science presents a relevant female participation when compared to the male, the women have a less significant participation. It is evident that the gender and sexuality thematics, even inhibited by hegemonic geographic patterns, still has researchers that dare and challenge the fixed borders in scientific field.

Key-words: Epistemology, Feminist Geography, power.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Produção Científica entre Homens e Mulheres na RBG (1939 - 2005)	44
GRÁFICO 2- Distribuição do Corpo Docente nos 55 Programas De Pós Graduação em Geografia	70
GRÁFICO 3- Percentual de Discentes do Mestrado na Pós-Graduação Brasileira .	71
GRÁFICO 4- Percentual de Discentes do Doutorado na Pós-Graduação Brasileira	72
GRÁFICO 5- Distribuição dos Cargos de Coordenadores dos Programas de Pós - Graduação Em Geografia	75
GRÁFICO 6- Conselho Editorial dos 90 Periódicos <i>On-line da Geografia Brasileira</i>	78
GRÁFICO 7 - Relação de Homens e Mulheres nos Artigos Produzidos em Todos os Estratos	96
GRÁFICO 8 - Produção de Artigos Científicos de Gênero na Geografia	114
GRÁFICO 9 - Produção de Artigos Científicos de Sexualidades na Geografia.....	115
GRÁFICO 10 - Artigos de Gênero e Sexualidades - Distribuição por Estrato	116

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Encontros da ANPEGE	56
QUADRO 2 - Distribuição De Bolsas CNPq em Todas as Áreas	73
QUADRO 3 - Grupos de Pesquisa Relacionados a Gênero e Sexualidades	102
QUADRO 4 - Primeiras Discussões de Gênero e Sexualidades nos Eventos de Geografia	105

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Distribuição das 55 Pós-Graduações em Geografia no País.....	60
FIGURA 2 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação com Nota 7 Segundo à CAPES	83
FIGURA 3 – Distribuição Espacial dos Grupos de Pesquisa em Gênero e Sexualidades no Brasil.....	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição por Região dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (%).....	58
TABELA 2 - Distribuição de Periódicos <i>On-line</i> da Geografia por Estratos	77
TABELA 3 - Distribuição dos 90 Periódicos <i>On-line</i>	84
TABELA 4 - Número de Periódicos <i>On-line</i> , por Estrato	95

LISTA DE SIGLAS

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
C&T - Ciência e Tecnologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE - Conselho Nacional de Estatística
CNG - Conselho Nacional de Geografia
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DTAL - Desenvolvimento Territorial na América Latina
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
PUC / MG - Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais
PUC / RJ - Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro
RBG - Revista Brasileira de Geografia
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – RIO DE JANEIRO - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - RJ
UERJ – São Gonçalo - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - São Gonçalo
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Goytacazes - Universidade Federal Fluminense - Goytacazes
UFF – Niterói - Universidade Federal Fluminense - Niterói
UFG – Catalão - Universidade Federal de Goiás - Catalão
UFG – Goiás - Universidade Federal de Goiás - Goiás
UFG – Jataí - Universidade Federal de Goiás - Jataí
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Aquidauana - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Aquidauana

UFMS – Três Lagoas - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 3 Lagoas

UFMT – Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá

UFMT - Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso - Rondonópolis

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UnB - Universidade de Brasília

UNESP – Presidente Prudente - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (PP)

UNESP – Rio Claro - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (RC)

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste (Guarapuava)

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UNIOESTE – Francisco Beltrão - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - (FB)

UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - (MCR)

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

USP – Geografia Física - Universidade de São Paulo (GF)

USP – Geografia Humana - Universidade de São Paulo (GH)

UVA-CE - Universidade Estadual Vale do Acaraú

GETE - Grupo de Estudos Territoriais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE - Instituto Nacional de Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases de Educação

MEC - Ministério da Educação

PICD - Plano Institucional de Capacitação Docente

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - CIÊNCIA, GÊNERO E PODER NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA BRASILEIRA	22
1.1 - Ciência e Produção do Conhecimento Científico, as Relações de Poder na Produção do Saber	22
1.2 - Geografia, Gênero e a Produção Científica	32
1.3 - A Revista Brasileira de Geografia como Expressão do Início da Produção Científica Geográfica Brasileira (1939-2005)	38
CAPÍTULO 2 - GÊNERO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA EM GEOGRAFIA	46
2.1 - A Pós Graduação no Brasil em um Breve Resumo e a Pós-Graduação em Geografia	46
2.2 - Estrutura Docente e Discente na Pós-Graduação da Geografia Brasileira	62
CAPÍTULO 3 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA, GÊNERO E A POSIÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	80
3.1 - A Posição Feminina na Produção Científica Geográfica Brasileira	80
3.2 - A Produção Científica em Forma de Artigos em Periódicos da Área de Geografia Gênero e Sexualidades	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124
ANEXO A	130
ANEXO B	132
APÊNDICE A	134

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por questão norteadora 'Como as relações de gênero compõem a produção científica geográfica brasileira?' Desta maneira para respondê-la se fez necessário compreender qual a participação feminina nas atividades de pesquisa e qualificação científica na Geografia brasileira, de que forma o gênero influencia no processo de produção científica feminina e como a produção científica feminina da Geografia brasileira está caracterizada.

A discussão apresentada neste trabalho traz uma reflexão sobre a construção da ciência e como esta se estruturou em meio a uma visão eurocêntrica dominante, mantendo resquício que ainda são fortemente praticados, principalmente quando relacionados às questões de gênero.

A ciência, enquanto uma forma de compreensão do mundo tornou-se hegemônica e suplantou várias outras formas de conhecimento, como o teológico e o senso comum. Sendo praticada, majoritariamente, por homens brancos, abastados, outros grupos sociais como mulheres e pessoas não brancas, não poderiam protagonizar tal forma 'elevada' de conhecimento, a ciência cria formas interpretativas do mundo capaz de manter os grupos hegemônicos.

Essa ciência moderna se constituiu enquanto um conhecimento que se difundiu a partir da Europa e conquistou outros espaços do globo. Durante os anos a ciência dita moderna, conquistou privilégios onde poderia classificar o que era ou não ciência, indo muito mais além, chegando a classificar o que seria conhecimento válido.

Contudo, é preciso argumentar que a ciência não é desempenhada apenas por corpos neutros, mas corpos masculinos e femininos marcados pela experiência de gênero. Para Butler (2003) o gênero não é um elemento que existe em si, mas uma representação que adquire sentido nos atos repetitivos das pessoas, criando uma falsa noção de estabilidade e coerência entre sexo, gênero e desejo. Diante destes atos repetidos o gênero acaba naturalizado e firma normas que dividem o universo 'masculino' e 'feminino', desta maneira a sociedade se realiza e reproduz o espaço geográfico.

O pensamento binário, apresenta a produção do pensamento dualizado e hierarquizado, quando interiorizado na vida cotidiana das pessoas que produzem

ciência, poderá acarretar em consequências nas estruturações de práticas de relações sociais refletindo desta forma, nas relações espaciais apresentando as razões da menor produção científica feminina (MASSEY, 1995). Para Silva (2009a), o espaço da produção científica é também um espaço geográfico caracterizado como masculino, branco, heterossexual e cristão.

A tradição metodológica da Geografia Feminista é de que o conhecimento sempre é situado (HARAWAY, 1995). Nenhum saber se estabelece de forma impessoal, mas o pesquisador (a) é o principal agente de conhecimento. Nesse sentido, mesmo tendo o conhecimento de que há regras de redação científica que impõem um padrão impessoal de linguagem, vou utilizar da primeira pessoa do singular, assumindo minha participação como agente de conhecimento e considerando que minha história de vida pessoal, encontros científicos com o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) são, em grande parte o ponto de visada que me permitiu construir esta dissertação de mestrado. Há inúmeras possibilidades de narrativas científicas e eu entendo que neste trecho, há a necessidade de deixar claro que a autora tem um 'lugar político' e que é 'epistemicamente e socialmente situado', tal qual tem argumentado Alcadipani e Rosa (2009). A exigência de um padrão linguístico único e impessoal como possibilidade de redação científica é um exercício de naturalização da ideia de que o conhecimento é neutro, impessoal e que paira acima dos seres humanos. É preciso ousar na linguagem científica, escancarar a natureza humana da ciência de seus contextos culturais de produção e não apenas reproduzir rituais naturalizados para assegurar a ideia de que a ciência é fruto de uma razão universal e que, portanto, é impessoal. Assim, com base nesses argumentos, permito-me a utilizar a primeira pessoa do singular quando for necessário deixar clara minha atuação e a terceira pessoa do plural, quando incorporo minha relação dentro do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Convivendo durante minha graduação com um universo masculino no mundo acadêmico, em meu 3º ano na Geografia as questões de gênero começaram a chamar minha atenção. Como aluna de graduação do curso de Bacharelado em Geografia convivi com um universo docente masculino, bem como, passei boa parte de minha graduação sem produzir a inteligibilidade de minha própria Geografia. Como mulher, jamais havia me identificado como parte da sociedade que a geografia estudava. Como aluna do curso, também não compreendia ainda este

vazio metodológico e epistemológico, mas creio que já havia em mim algo que me inquietava sobre a invisibilidade da relação entre gênero e espaço.

Em 2011 integrei-me ao Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e a partir daí, boa parte das minhas inquietações começaram a ter respostas no campo acadêmico. Entendi, por meio de leituras sobre epistemologia da ciência e poder que eu não me sentia representada, como ser feminino na Geografia, não porque eu não tinha uma espacialidade ou uma vida espacial, mas porque a forma de produção científica legitimada hegemonicamente não permitia minha visibilidade. Foi nesse caminho que nasceu às questões que nortearam minha trajetória científica.

Inicialmente, imaginava que minha pesquisa fosse ter alguma resistência no universo masculino de produção científica e para isso, já havia me preparado com argumentos científicos e metodológicos. Para minha surpresa, a pesquisa também enfrentou duras críticas no universo feminino. Um exemplo ilustrativo foi uma matéria do Jornal Foca Livre que discutia uma apresentação de minha pesquisa no evento I Colóquio Mulher e Sociedade organizado pelo curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2012.

Nesse evento, eu e minha orientadora Prof^a Dr^a. Joseli Maria Silva discutíamos os dados iniciais desta pesquisa. Os dados já apresentavam uma tendência masculina de produção científica na Geografia brasileira. Naquele momento da pesquisa tínhamos 1775 artigos científicos analisados por autoria e já podíamos afirmar haver 60% de superioridade masculina. A reportagem jornalística do Foca Livre aproveitou os argumentos que foram apresentados na palestra do referido evento e ampliou a discussão com opiniões de outras mulheres do universo acadêmico da UEPG.

Ao ler o resultado da matéria pude constatar que as barreiras que eu já esperava enfrentar no universo científico masculino seriam muito mais árduas, já que as próprias mulheres da Academia não reconheciam que havia qualquer problema nas relações de poder que se instituíam no universo científico. Uma professora do próprio Departamento de Geociências (UEPG) argumentou que não havia uma relação entre gênero e produção científica, expressando-se da seguinte forma: “Não vejo a questão da produtividade científica acadêmica como uma questão de gênero. Ela ainda menciona que algumas mulheres se destacam entre

os homens pela iniciativa e dinamismo". (Jornal Foca Livre - Ano 20, nº 152 - Abril de 2012).

Esse posicionamento, vindo de uma mulher que certamente conhece o conteúdo geográfico e o universo acadêmico, de certa forma, me decepcionou do ponto de vista político. Posteriormente, aprofundando minhas leituras sobre as relações de poder, pude compreender que alguns processos de dominação são tão naturalizados que passam a não ser questionados. Sendo assim, penso que o gênero na Academia é uma realidade pouco explorada e o perfil masculinizado da ciência é algo naturalizado, inclusive no universo feminino, como pode ser visto com a frase acima.

As universidades e os centros de pesquisa são espaços masculinizados, as mulheres geógrafas brasileiras, mesmo participando ativamente da produção científica geográfica no Brasil, ainda não alcançam o mérito da produção científica masculina (SILVA, 2009a).

Para fortalecer meus argumentos e evidenciar ainda mais que o campo científico geográfico brasileiro é masculinizado e traz em si, fortes traços da ciência masculina, ampliei meu campo de estudo para o mestrado, porém tive por base o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que teve por foco 26 periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1, com base no triênio 2010-2012. A ampliação do campo para a dissertação teve por meta completar todos os estratos classificados pelo Qualis-Capes¹.

Em uma lista dos periódicos, apresentada pelo coordenador da área da Geografia na Capes, Profº Dr. João Lima Sant'Anna Neto², foram localizados 102 periódicos científicos mantidos por entidades geográficas entre os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. Entretanto apenas 90 periódicos estavam com edições liberadas para o acesso *on-line*. Assim, o Banco de Dados (*software* livre - LibreOffice) estruturado pelo GETE continuou sendo alimentado dando continuidade a pesquisa anterior, alterando o triênio pesquisado que passou de 2010-2012 para 2013-2015.

¹ Classificação Ranking Sistema Qualis-Capes A1,A2,B1,B2,B3, B4 e B5

² Prof.Drº. na Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho" (UNESP). Atua no programa de Pós-graduação da UNESP/PP. Assessor científico da FAPESP, da FUNDUNESP, do CNPq e da Associação Brasileira de Climatologia. É coordenador de área da Capes e membro do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. (Informações retiradas da Plataforma Lattes)

A coleta dos artigos localizados nos 90 periódicos *on-line*, totalizou em 13.990 artigos que foram analisados qualitativamente e quantitativamente, devido ao Banco de Dados gerado pelo software livre *LibreOffice*, criado inicialmente no ano de 2011 e atualizado devido a re-classificação trienal. Este banco de dados contém informações necessárias que permitem o filtro de dados como: Nome da Revista, Número da Publicação, Ano, Classificação Atual da Revista, Título do Artigo, Tema, Autor 1, 2, 3, sexo do (s) autor (es) e por último a procedência institucional dos autores. (ANEXO A e B)

Ainda para embasamento da pesquisa o Banco de Dados também foi alimentado com as publicações realizadas no primeiro periódico da Geografia Brasileira, sendo ele a Revista Brasileira de Geografia (RBG) contando com edições desde 1939 a 2005. A RBG não conta com Qualis, entretanto foi um periódico de extrema importância para a divulgação dos artigos científicos publicados no Brasil.

Os artigos coletados da Revista Brasileira de Geografia totalizaram 723 artigos, que foram inseridos no mesmo banco de dados, porém filtrados separadamente no momento das análises. O resultado obtido na coleta de dados da RBG apontou que os homens representam 68% das publicações, praticamente o mesmo percentual dos dados coletados nos periódicos Qualis-Capes. O período pesquisado na RBG representa 66 anos de publicações (1939-2005) e demonstra que deste período até o atual (2013) houve uma queda relativamente pequena de relação de produtividade entre homens e mulheres.

Com o intuito de compreender como estrutura-se o corpo docente das pós-graduações no Brasil foi realizado um levantamento nos 55 programas com pós-graduação em geografia e uma busca nos corpos editoriais dos 90 periódicos *on-line* utilizados para a pesquisa. A busca no corpo editorial dos periódicos citados teve por intuito evidenciar qual a configuração do corpo docente que avalia parte da produção intelectual desenvolvida pelos pesquisadores, sendo uma delas os artigos.

Das informações coletadas, ambas apontam que há uma presença majoritariamente masculina no que diz respeito tanto a composição do corpo docente nas universidades brasileiras com programas de pós-graduação em geografia, quanto na participação do corpo editorial dos periódicos científicos mantidos por entidades geográficas.

Salienta-se que não apenas as relações de gênero são questionáveis, mas também a abertura para a circulação de novas discussões como no caso das temáticas de gênero e sexualidades. Comprova-se claramente que a ciência geográfica, ainda mantém suas discussões em temas consagrados pela Geografia e os novos temas necessitam de um esforço árduo para ganhar visibilidade em âmbito acadêmico.

Esta pesquisa, de um lado produz a visibilidade da produção feminina na Geografia e, por outro, também questiona as relações de poder que colocam as mulheres em posição de desvantagem no mundo científico. Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de discussão do processo de produção científica com meios de criar condições de igualdade social onde haja equidade entre homens e mulheres na construção da ciência geográfica.

Desta forma, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão ciência, produção do conhecimento científico e as relações de poder na produção do saber. Posteriormente apresenta-se o segundo capítulo da dissertação que explanará sobre a Pós-Graduação no Brasil e na Geografia e a organização do processo de qualificação de sujeitos que produzem majoritariamente a pesquisa geográfica no Brasil. E para finalizar a pesquisa, o terceiro e último capítulo da dissertação destina-se a explicitar a relação entre a produção científica geográfica brasileira e gênero.

Enfim, esta dissertação, além de ser uma enorme satisfação pessoal, também pretende abrir caminhos para a discussão de gênero, poder e equidade nas relações científicas, abrindo suas discussões para novos conhecimentos, tendo que assumir as ausências criadas durante sua construção.

CAPÍTULO 1 - CIÊNCIA, GÊNERO E PODER NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

Este capítulo tem por objetivo discutir os conceitos que sustentam esta investigação. A ciência é aqui compreendida como um campo de poder hegemônico e hierárquico que privilegia determinados grupos e invisibiliza os grupos minoritários. As relações de poder são compreendidas de forma não oposicional, mas em feixes de tensionamentos como será visualizado no capítulo apresentado. As estruturas de poder que hierarquizam a sociedade também estão presentes no campo científico como é o caso do gênero. Mesmo com a participação ativa das mulheres no mundo científico, as mesmas ainda estão em desvantagens e por vezes invisibilizadas dessa produção do conhecimento. Apresentada a linha argumentativa de interpretação da produção científica geográfica brasileira, as seções versarão sobre ciência, poder e gênero. Desta forma o capítulo encontra-se subdividido em três seções para compreender e apontar a hierarquização do conhecimento científico do ponto de vista de gênero. Na primeira seção há uma discussão de ciência e de como a mesma vem sendo construída e hierarquizando saberes, por muitas vezes ditando o que é conhecimento válido. Em um segundo momento a segunda seção Geografia, Gênero e a Produtividade Científica vêm esclarecer o movimento epistemológico que colocou o gênero no centro das discussões da produção do saber científico. Para finalizar o capítulo a terceira seção A 'Revista Brasileira de Geografia' como expressão do início da Produção Científica Geográfica Brasileira (1939-2005) visa compreender a importância da Revista Brasileira de Geografia enquanto um dos primeiros periódicos geográficos, que serviu para a divulgação dos trabalhos científicos realizados pela Geografia brasileira.

1.1 - Ciência e Produção do Conhecimento Científico, as Relações de Poder na Produção do Saber

A ciência, enquanto uma forma de compreensão do mundo foi praticada hegemonicamente e suplantou várias outras formas de conhecimento como o senso comum e a visão teológica. A consideração de sua superioridade e legitimação social é parte integrante da sociedade ocidental capitalista e um de seus pilares

mais fortes. Sendo praticada, predominantemente, por homens brancos, abastados, favoreceu a hierarquização da produção do conhecimento científico, sendo que outros grupos sociais como mulheres, negros, não poderiam protagonizar tal forma 'elevada' de conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento sob a perspectiva moderna iniciou-se em torno do século XVI e se estendeu até o século XIX. Contudo, pode-se dizer que até os dias atuais ocupa um papel de grande importância na organização da sociedade contemporânea. Segundo Sousa Santos *et al.* (2005), o desenvolvimento da ciência não obedeceu uma simples lógica linear evolutiva, mas que seu processo de conquista de poder e legitimidade social é resultado de complexas relações econômicas e políticas. Ainda para os autores, a ciência é uma obra humana, repleta de interesses e subjetividades, embora se tenha criado uma farsa de objetividade e neutralidade na produção do conhecimento do mundo.

A objetividade seria o primeiro elemento da verdade, pois assim validaria as teorias científicas, podendo considerar ao mesmo tempo, o último produto de um consenso sociocultural e histórico da comunidade e da sociedade científica (MORIN, 1996).

A sociedade científica estrutura-se por determinadas organizações sociais que estão vinculadas a bases econômicas. Notoriamente, a comunidade científica não é um grupo 'neutro e desinteressado' que, por muitas vezes aparenta ser. Como visto em Fourez (1995, p.93) as produções intelectuais dos cientistas sempre será influenciada pelo seu lugar social de origem. Como apresentado por Fourez (1995) que não há neutralidade na ciência, Morin (1996), também aponta que a ciência além de não ser neutra é intrínseca, histórica e sociológica, ainda, eticamente complexa.

O mesmo pensamento é transmitido por Demo (1989) ao explicar que a forma de se fazer ciência, será o resultado de como o cientista concebe a realidade. Ainda para o autor há critérios internos e externos para o conhecimento científico. Os critérios internos teriam por base a coerência, consistência, originalidade e objetivação. Já o critério externo teria como fundamentação a intersubjetividade, que para Demo (1989), pode ser considerado enquanto um discurso de autoridade.

Apesar da hegemonia e influência da ciência moderna, não se pode dizer que em tempos anteriores à era moderna não houvesse outras formas de produção do

conhecimento científico. Evidencia-se que houveram outras formas de conhecer o mundo que é específica de um determinado tempo. Além disso, é importante argumentar que não há uma linearidade evolutiva das formas de pensar em um sentido de progresso, mas sim, uma repleta contradição e tensões em diferentes direções.

A humanidade sempre empreendeu um esforço de compreensão do mundo transformando-o em produção de conhecimento. Entretanto, em diferentes épocas houve especificidades da produção de conhecimento que eram legitimados segundo determinadas premissas. Desde a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, o conhecimento produzido sobre determinada realidade era produto de outros mecanismos que não aqueles que estruturam a ciência moderna. Até o período conhecido como Idade Média, o conhecimento foi baseado na busca da essência e as leis gerais da organização do universo eram externas, determinadas de maneira transcendental. A realidade da era medieval, compreendida pela ordem divina, na qual os seres humanos apenas revelavam as verdades estabelecidas pelo 'Criador' foi paulatinamente substituída pelos princípios objetivos, matemáticos e mecânicos de compreensão do mundo.

A instituição da Ciência Moderna teve seu foco na compreensão das formas de funcionamento da realidade, a partir de leis gerais e universais, produzindo um papel de protagonista do ser humano na construção de formas de conhecimento. A ciência moderna, é um meio complexo, que comporta elementos surpreendentes e imprevisíveis, exigindo de procedimentos complexos que desafiam uma análise apoiada em regras já estabelecidas, sem levar em contas as condições históricas (FEYERABEND,1977).

Assim, constituiu-se enquanto um conhecimento que se difundiu a partir da Europa e conquistou outros espaços do globo. Durante essa ciência dita moderna, conquistou privilégios onde se apoderava em classificar o que era ou não ciência, indo muito mais além, chegando a classificar o que seria ou não conhecimento válido. A ciência nunca dominou por argumentos e sim utilizou da força e isso pode ser visto principalmente ao que se refere às primeiras colônias, onde essas tiveram introduzidas em si, como algo natural a ciência e a religião do amor fraterno. Porém tal inclusão ocorreu sem a consulta aos habitantes e sem a escuta de seus argumentos (FEYERABEND, 1977).

Em um processo crescente de legitimação social, essa ciência praticada pelos seres humanos, teve como tendência de ocultar a contribuição da controvérsia ou de erros para a produção do conhecimento científico.

Conforme discute Mignolo (2004) a racionalidade científica ocidental adotou uma postura de totalitarismo epistêmico, auto afirmando-se enquanto uma única possibilidade plausível de se produzir conhecimentos válidos sobre a realidade. O repúdio e a negação de outras formas de racionalidades foram, e ainda são, estratégias de legitimação deste tipo específico de saber estabelecido e histórica e geograficamente a partir de privilégios de sexo e de raça.

A afirmação de Mignolo (2004) pode ser corroborada com as reflexões de Fourez (1995), quando o autor afirma que a objetividade pode ser compreendida como não absoluta, mas sempre relativa a uma cultura, do mesmo modo é necessário visualizar que além do objeto há também uma estrutura organizada do mundo ao qual os 'objetos' pertencem. Ainda nas reflexões de Fourez (1995) embasado nas discussões de Peter Berger e Thomas Luckmann (1978), isto poderia ser chamado de 'a construção social da realidade'. Desta maneira, haveria a compreensão da organização do universo a uma determinada cultura.

Tais reflexões acerca da construção do saber científico, também são visualizadas nas explanações de Morin (2005), ao refletir sobre os aspectos positivos e negativos da ciência. Para o autor mesmo com os inúmeros benefícios para a sociedade, decorrentes dos avanços tecnológicos e elucidativos atrelados ao desenvolvimento do conhecimento científico, se faz necessária uma atividade de autorreflexão sobre o modo como as práticas científicas são realizadas e questionando-se sobre suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural.

Nas reflexões de Sousa Santos *et al.* (2005) fica esclarecido que os 'libertadores' ou 'emancipatórios' acabavam por reduzir a compreensão de mundo, apenas para uma visão ocidental. Continuando as reflexões dos autores, esses assumem que os povos conquistados tiveram seus conhecimentos reduzidos à irracionalidade, ou superstições, quando não sujeitos aos processos de evangelização e aculturação. Os grupos sociais se viram destruídos e subalternizados devido o fato de que os conhecimentos produzidos por outros grupos sociais que não fosse o homem branco, europeu, eram desconsiderados.

Esse pensamento é discutido por Mignolo (2004) quando o autor faz uma crítica a hegemonia ocidental do conhecimento científico e a necessidade da criação da palavra tradição, pois para o autor a utilização da mesma seria um suporte para afirmar e defender a ideia de modernidade.

Tal processo foi fundamental para promover o processo de colonialismo europeu na América e África. O modelo europeu serviu para outros locais do mundo que procuravam seguir a mesma lógica de conhecimento. As pessoas que não enquadrassem ao sistema europeu colonizador seriam subordinados e em geral, classificados como atrasados e fadados a perseguir o ideal europeu.

Encontra-se então, o modelo científico hegemônico que no caso, foram as ciências exatas e biológicas, pois o foco de análise e domínio era a natureza, possibilitando os processos objetivos e quantificáveis. Para Lander (2005)

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais, têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo. Essas dificuldades se devem, em larga medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida. (LANDER, 2005, p.21)

De certa maneira era insustentável às ciências sociais continuarem as suas descrições e interpretações do mundo em funções teóricas, de categorias e metodologias que eram direcionados para atender as sociedades modelo do Norte. Este modelo a ser seguido não era coerente, pois a grande maioria das sociedades não apresentam as características dos países considerados centrais, pois cada sociedade era única tendo uma dinâmica e histórias distintas. A história dessas comunidades teve seu conhecimento construído em torno dos seus colonizadores, tornando-se periferias para esses países considerados centrais.

A vitalidade cognitiva meridional passou a ter consequências para o saber científico moderno. Com o conflito existente instaurado, o saber científico a partir de seus pesquisadores, trouxe a necessidade de reconhecer a existência de outros saberes. A discussão em torno do conhecimento científico é discutida por Sousa

Santos *et al.* (2005) que faz uma reflexão diante da luta contra o monoculturalismo autoritário que negava a existência de diferentes culturas, tornando impossível um diálogo construtivo com diferentes grupos e coletivos sociais. As mulheres foram importantes para este processo de crítica em torno da ciência moderna, já que, como excluídas da história científica, elas produziram uma forma de ver o conhecimento dissonante do pensamento hegemônico. O conhecimento permite visões diversas sobre a ciência, contemplando, assim, diferentes ângulos de visões do cientista, do leigo, do colonizador e do colonizado.

Na segunda metade do século XX, vários processos sociais e econômicos contribuíram para transformação da ideia de que há um mesmo modelo social e econômico a ser seguido. As crises econômicas e políticas mundiais desestabilizaram a ideia de progresso linear crescente e a perspectiva de pluralidade passa a ser reivindicada. As discussões sobre as legitimidades dos diferentes saberes e as comparações interculturais foram importantes bases para as críticas feministas e dos estudos pós-coloniais.

As ideias de Mignolo (2004) podem ser afirmadas quando o autor aponta que devido aos protestos contra os privilégios epistêmicos de gênero e raça efetivados por mulheres, negras e homossexuais, novas reflexões foram sendo desenvolvidas diante das consequências históricas e éticas do mundo colonizado e da produção científica. Paradoxalmente, a mesma sociedade que se vê amparada pelo movimento feminista do qual, em seus ideais busca a igualdade de gênero e visibilidade aos grupos excluídos do saber científico, também promove certo tipo de repúdio ao mesmo.

A resistência social à identidade com o movimento feminista estava relacionada à criação de representações sociais dominantes de grupos hegemônicos que não admitiam o avanço das conquistas feministas. (SORJ, 2005).

Segundo Sousa Santos *et al.* (2005), os autores explicam sobre a necessidade da abertura epistêmica, pois somente assim conseguiriam tornar visíveis campos dos saberes que a ciência neutralizou e ocultou ao longo do tempo. Os autores ainda argumentam a razão de saberes considerados não científicos serem colocados como locais, tradicionais, alternativos ou periféricos.

Todos esses pensamentos entorno da construção da ciência e da hierarquização do conhecimento científico também vem sendo discutido por Lander

(2005) e Mignolo (2005), quando os autores apresentam a complementaridade da era moderna com colonialidade.

O pensamento desses autores aponta que o processo de conquistas de novos territórios, o contato entre diferentes povos e culturas promoveu uma articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas. O mundo foi reduzido à totalidade e universalidade do pensamento europeu, e a ciência moderna se constituiu em um importante referente da ideia de desenvolvimento e de hierarquias.

A construção eurocêntrica colocava-se enquanto organizadora da totalidade, do tempo e do espaço para toda humanidade, diante de sua experiência, assim colocavam suas especificidades histórico-cultural como o único padrão a ser seguido, tornando-se uma referência de superioridade e universalidade. A ciência é um campo de poder que hierarquiza pessoas e distribui prestígio e demérito àqueles que produzem as teorias e conceitos, como também hierarquiza os sujeitos que são os 'estudados' pelo discurso científico (LANDER, 2005).

Os protagonistas centrais da produção do discurso científico foram os homens brancos. Entretanto, depois dos questionamentos e críticas feministas, a admissão feminina nas Academias científicas causou grande repercussão na desestabilização da visão masculina sobre a produção científica. Foi a visão hegemônica masculina e branca que tornou as mulheres e pessoas que não se enquadrassem a esse estereótipo do branco europeu, invisibilizados na produção do conhecimento científico. Assim, destaca-se que as mulheres ingressaram nas universidades a partir da segunda metade século XIX.

Segundo Leta (2003) em discussão com Schienbinger (2001), a obra *Women in Science*, escrita por H.J. Mozans em 1913, seria um primeiro momento de incentivo a participação feminina no meio científico. As mulheres aos poucos começam a participar no meio acadêmico, rompendo minuciosamente com os papéis de gênero definidos ao longo da história.

Já no Brasil os primeiros contatos femininos com as universidades aconteceram a partir de 1970, juntamente com as ideias feministas que reivindicavam seu lugar na história. A atuação feminina começou a ganhar visibilidade, os corredores das universidades antes masculinizados, abrem caminhos para a presença feminina, o universo acadêmico, começa a ter 'novas

cores'. No entanto para a autora o problema ainda não havia sido resolvido, pois a desigualdade de gênero era muito presente nas diferentes áreas do saber (RAGO, 1998).

No campo da produção científica, a participação das mulheres se deu de forma tensa e repleta de conflitos. As mulheres, em ambas as posições, tanto como produtoras de conhecimento, como alvo de compreensão pelo discurso científico, ocuparam posições inferiores aos dos homens.

Segundo Lander (2005) a hierarquização do pensamento científico pode ser explicada por duas questões. A primeira é referente à fragmentação do mundo real que historicamente ocorre na sociedade ocidental. A segunda sobre a organização do poder que se origina das relações coloniais/imperiais que compõem o mundo moderno. Continuando suas ideias o autor aponta que a Europa é ou sempre foi o centro geográfico e a culminação do movimento temporal, e é esse modelo centrado no homem branco que promoveu uma hierarquização do mundo.

O modelo eurocentrado de ciência que foi fortalecido com o crescimento econômico possui um forte traço patriarcal. Nas discussões de Filgueiras (2009), diante das ideias de Therborn (2000), a família patriarcal estaria ligada inseparavelmente a figura do pai, sendo este o personagem central e de autoridade, que mesmo com o advento da modernidade não desapareceu por completo. Para Freyre (1983), o patriarcalismo seria um agente empreendedor da socialização nos ambientes recém-instalados na vida colonial. O argumento de Silva (2009a,p.33) define o patriarcado segundo as geógrafas feministas que compreendiam o mesmo como "um sistema de relações hierarquizadas, do qual o seres humanos são regidos por relações de poder desiguais, onde a figura masculina é soberana a feminina em diferentes aspectos da vida social". Desta forma, as unidades política, econômica e social estariam configuradas a representarem papéis fundamentais nas definições do perfil histórico das famílias.

O campo científico também é resultado de uma determinada sociedade e, nesse sentido, o rompimento da fronteira masculina pelas mulheres no fazer científico não é uma tarefa fácil. Várias mulheres podem ser destacadas por suas valiosas contribuições para o avanço científico, como é o caso de Marie Salomea

Curie³ (1903 e 1911), Grazia Deledda⁴ (1926), Irene Joliot-Curie⁵ (1935), Barbara McClintock⁶ (1983), Rita Levi-Montalcini⁷ (1986), Maria Mayer⁸ (1963), Rachel Carson⁹ (1962). No Brasil também se registra grandes nomes femininos que deram impulso na ciência como Bertha Maria Júlia Lutz¹⁰ (1918), Victória Rossetti¹¹ (1947), Neusa Amato¹² (1946), Nise da Silveira (1946)¹³, entre outras¹⁴.

Entretanto, mesmo com as importantes descobertas realizadas por essas mulheres cientistas, o reconhecimento de seus trabalhos até mesmo de seus nomes, ainda foi ou é pouco conhecido pela sociedade.

A ausência feminina na formação universitária está relacionada aos papéis de gênero que lhes eram impostos pela sociedade da época, pois as mulheres eram designadas em serem mães, esposas e dedicadas donas de casa. Segundo Lopes *et al.* (2004), a invisibilidade das mulheres acontece devido essa construção e divisão dos papéis de gênero, entretanto a mudança desse modelo masculino, ocorre no final do século XIX e início XX, quando as mulheres começam a destacar-se no campo científico. Conforme Mestre (2004), embora o contexto histórico estivesse sob influência das ideias feministas ainda havia muitas mulheres que estavam ligadas aos pensamentos patriarcais.

Como visto em Leta (2003, p.271) eram poucas as mulheres aristocratas que exerciam a leitura e estudos filosóficos, porém todo conhecimento adquirido não podia ser apresentado em discussões que ocorriam na sociedade e Academias

³ Cientista francesa que teve destaque em suas pesquisas sobre radioatividade e a descoberta dos elementos químicos rádio e polônio.

⁴ Cientista italiana ganha o prêmio em literatura com seu trabalho abordando como tratar os problemas humanos.

⁵ Química francesa que descobre a existência do nêutron e da radioatividade artificial

⁶ Médica norte americana desenvolve seu trabalho sobre o genoma humano

⁷ Neurologista italiana. Nobel de Fisiologia/Medicina

⁸ Física que recebeu o Nobel por suas pesquisas sobre a estrutura do átomo

⁹ Cientista bióloga publicou estudos importantes sobre o uso de pesticidas.

¹⁰ Licenciou-se em *Sciences* na universidade da Sorbonne tornou-se. Defensora incansável dos direitos da mulher na Brasil. Suas ideias começaram a ser divulgadas para a sociedade brasileira com a publicação de um artigo em resposta a um colunista de um jornal carioca, segundo o qual os progressos femininos nos Estados Unidos da América e na Inglaterra não exerciam grande influência na vida das mulheres brasileiras.

¹¹ Engenheira agrônoma dedicando-se a pesquisa das doenças dos citros. Em 1947, incentivou a pesquisa sobre a adoção de um porta-enxerto tolerante ou resistente às duas doenças.

¹² Cientista pioneira nos estudos de física no Brasil, e foi responsável pela manutenção do Laboratório de Emulsões Nucleares do CBPF e pela colaboração Brasil-Japão, no Rio de Janeiro.

¹³ Pioneira na pesquisa sobre o tratamento da doença mental através da arte-terapia foi reconhecido internacionalmente.

¹⁴ Pioneiras na ciência no Brasil. Cnpq. Disponível em < <http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil> > acesso dia 24 de julho de 2014.

científicas. Sabe-se também, que no século XVII o continente Europeu era composto pelas melhores instituições acadêmicas, sendo considerada uma referência para a comunidade científica mundial.

Mesmo com a participação das mulheres em grandes marcos científicos, muitas delas ainda ficavam a sombra de seus maridos. Para Leta (2003), mesmo com o passar dos anos, no século XVIII essas mulheres com saberes intelectuais ainda eram colocadas às margens do conhecimento científico, pois deviam dedicar-se exclusivamente ao lar, aos maridos. Caso fossem casadas com homens cientistas, poderiam auxiliar o esposo na limpeza dos livros, tradução de textos ou algum outro serviço que o marido precisasse, porém nunca poderiam participar das discussões sobre ciência. Isso pode ser exemplificado com o caso da francesa Marie Salomea Curie, que era considerada assistente de seu esposo Pierre Curie.

Apenas durante o século XIX começam existir modificações para essas mulheres, que começam a ter suas primeiras conquistas. Um dos primeiros marcos da história feminina foi a criação de colégios para mulheres onde elas conseguiriam expandir seus conhecimentos e a vontade do saber.

A mudança nesse quadro inicia-se somente após a segunda metade no século XX, quando a necessidade crescente de recursos humanos para atividades estratégicas, como a ciência, o movimento de liberação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres permitiram a elas o acesso, cada vez maior, à educação científica e à carreiras, tradicionalmente ocupadas por homens.(LETA, 2003, p.271)

Conforme Lopes *et al.* (2004) os movimentos sociais, os cursos universitários e nem mesmo as pesquisas acadêmicas, conseguiram acompanhar de forma ampla e sistemática a discussão da temática. Para a autora, o pouco interesse pelo tema dos estudos de gênero/feminismo, apenas colaboram para a perpetuação do falso mito da ciência, onde a mesma conserva-se exclusivamente masculina. Porém, o campo científico não está imune às pressões e movimentos sociais. O movimento feminista foi de grande importância no tensionamento da ciência e na reivindicação das mulheres ao direito à educação e formação universitária, possibilitando a formação de mulheres cientistas.

Para Lopes (1998), os primeiros estudos sexuais, que serviram de base para se referir aos estudos de gênero, surgiram nos Estados Unidos, onde os questionamentos encontrados eram sobre a ausência feminina nas ciências e a

neutralidade de gênero que definiam o que é científico. A participação feminina nas universidades, juntamente na ciência começam a ser significativas. Segundo Louro (1997) essas transformações sociais possibilitaram, não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, porém a sua presente participação como docente.

As reflexões de Foucault (1988) evidenciam que a ciência é um campo de poder em que se constroem hegemonias e também invisibilidades. Não sendo diferente dos outros campos científicos, a ciência geográfica consolidou-se em grupos hegemônicos construindo invisibilidades.

Esse movimento científico e social também atingiu a ciência geográfica e ainda tem grandes resquícios da divisão dos papéis de gênero. O foco da próxima seção do capítulo abordará mais profundamente essas discussões relacionadas às mulheres e a produção do conhecimento científico. Apesar do ingresso recente das mulheres no campo científico, ainda há muitas hierarquias a serem vencidas e vários limites metodológicos e conceituais que pesam sobre o fazer científico.

1.2. Geografia, Gênero e a Produção Científica

Pensando ciência enquanto um campo de poder como argumenta Foucault (1988), a ciência geográfica também não deixa de ser um campo de poder que constrói invisibilidades e hegemonias privilegiando alguns grupos, tendo como principal característica sexo e raça. Estas características causam e causaram grandes dificuldades para que grupos minoritários conseguissem expressar suas espacialidades e que as (os) geógrafas (os) formulassem questões de pesquisas que pudessem construir a visibilidade desses grupos que eram deixados de lado pela Geografia, como mulheres, crianças, pessoas negras, e todos os outros que não se enquadram na norma heterossexual dominante, estavam excluídos da produção do saber.

As ausências encontradas no discurso geográfico podem ser entendidas pela legitimidade naturalizada que é encontrada nos discursos hegemônicos de uma Geografia branca, masculinizada e heterossexual. Essa ciência hegemônica, por vezes, nega e invisibiliza a existência da diversidade dos saberes que compõem as sociedades nas mais diversas espacialidades (SILVA, 2009a).

A ciência geográfica é uma ciência que consegue se relacionar com diversos outros conhecimentos, sendo ela ligada as realidades sociais, também se enquadrando em uma ciência de exclusão dos grupos minoritários. Assim, as relações de gênero serão um dos temas invisibilizados pela ciência geográfica que ainda mantém a exclusão de estudos relacionados a temática.

Segundo André (1990) em relato no seu artigo *Women and Geography Study Group of Institute of British Geographers* (1984) explana a seguinte reflexão

se não conhecermos os papéis a serem desempenhados por cada um dos gêneros no estudo da sociedade, não se pode apresentar uma análise razoável das espacialidades e comportamento das mulheres e dos homens, nem das instituições que se alimentam destes comportamentos como também os influenciam. (ANDRÉ, 1990, p.335).

As reflexões da autora, entretanto, já estavam sendo visualizadas por outras pensadoras que começam a criticar na ciência geográfica o sistema hierárquico e predominante no qual a ciência estava incluída. As discussões de gênero começam a emergir na ciência geográfica a partir da década de 1960, com o início da segunda onda do movimento feminista que buscava dar ênfases aos grupos invisibilizados pelas ciências. Para Silva (2009a) a Geografia é uma ciência em que o saber se desenvolve diante de um contexto histórico-geográfico. Dentre vários movimentos existentes na década de 1960, o movimento feminista foi de extrema importância para inspirar geógrafas a iniciarem um movimento nos anos 1970, e assim reivindicar a construção da igualdade entre homens e mulheres.

Segundo Narvaz e Koller (2006), o feminismo seria uma filosofia da qual reconheceria as diferenças das experiências entre o universo masculino e feminino, assim expondo a necessidade de que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas com a mesma equivalência. As feministas norte-americanas reivindicavam a igualdade entre gêneros, em paralelo a este acontecimento as francesas apontavam a necessidade da valorização das diferenças entre homens e mulheres, especificamente as experiências femininas. O movimento foi dividido em três fases em último momento aponta às incertezas ao campo do conhecimento, assim, inicia-se uma intensa mobilização entre movimento político e a Academia.

As autoras apontam que a primeira geração (ou a chamada primeira onda do feminismo) é o ponto marco do nascimento do movimento feminista, o qual surgiu

com um movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade dos direitos civis, educativos e políticos. O foco do movimento feminista era a luta contra a discriminação das mulheres e a segurança dos direitos garantidos, sendo um deles ao voto.

A segunda onda do movimento ressurgiu nas décadas de 1960 a 1970, tendo como destaques a França e Estados Unidos. Desta vez os reivindicações das norte americanas eram acerca da opressão masculina e a busca pela igualdade, enquanto as francesas visavam o quanto era necessário à valorização das diferenças encontradas entre o universo feminino e masculino.

Desta maneira, nos anos 80 e com a crítica pós-modernista da ciência ocidental, Narvaz e Koller (2006), explanam que houve o surgimento da terceira onda do movimento feminista, que tinha como proposta de discurso à subjetividade.

Como visto a década de 1960 foi marcada por discussões que reivindicavam as discussões de gênero e não foi diferente na ciência geográfica. Esta discussão primeiramente entrou em debate por geógrafas inglesas e norte americanas, onde estas contextualizavam as novas discussões referentes ao tema de gênero com o objetivo de construir uma igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina. O questionamento realizado por essas mulheres desafiavam as filosofias, conceitos e metodologias que permeavam a hegemonia de uma Geografia masculina, esse momento na história da ciência geográfica enquadra-se na primeira onda do movimento feminista.

Entretanto, na década de 1980, o movimento feminista parte para sua segunda onda questionadora, desta vez realizada pelas mulheres negras de países do terceiro mundo, que apontado por Silva (2009b) alegavam sentirem-se prejudicadas enquanto representatividade dentro da Geografia Feminista, pois o contexto em que a ciência geográfica se configurava era feito de um olhar de branco/heterossexual.

Diante dessas novas críticas, abriu-se um caminho para um desenvolvimento epistemológico no campo da Geografia Feminista, onde o movimento feminista deveria repensar nessas invisibilidades ainda presentes como a questão da etnia, raça e a sexualidade. Mesmo depois dos questionamentos levantados pelo movimento feminista as mulheres ainda permanecem com menor visibilidade em diversos campos sendo eles sociais ou profissionais.

Diversos estudos foram realizados em torno do aumento da presença feminina no campo acadêmico e científico na ciência geográfica. Para comprovar essa invisibilidade feminina nos estudos geográficos as reflexões de McDowell e Peake (1990), apresentam que por mais de uma década de esforços das geógrafas feministas, os postos mais altos das hierarquizações de poder ainda eram ocupados por homens. Indo um pouco mais além, as reflexões apontadas pelas autoras, ainda constava que mesmo com o ingresso das mulheres nos cursos de geografia, a representação feminina era menor quando se dizia respeito aos cargos de alto grau acadêmico.

Esta citação sobre a invisibilidade das mulheres no âmbito acadêmico foi destacado por Monk e Hanson (1982) com o famoso artigo '*On not excluding half of the human in human geophaphy* ', onde as pesquisadoras dizem 'Não excluam metade da Geografia Humana na Geografia Humana'. A preocupação das pesquisadoras era referente à distinção entre homens e mulheres nas Academias universitárias e como esta falta de atenção em torno do tema era explícita ou implícita no campo da Geografia Humana.

Em reflexões diante das relações de gênero, Garcia Ramon *et al.* (2011) discute sobre as condições de produção científica das mulheres nas universidades espanholas. A autora argumenta que há diferenças fundamentais entre o universo feminino e masculino que traz maiores vantagens aos homens na organização acadêmica universitária, já que as mulheres desempenham dupla jornada de trabalho, considerando suas funções como mães e donas de casa. Esse resultado da pesquisa da autora indica a hierarquização e dominância do discurso heterossexual masculino.

As reflexões de Rose (1993), McDowell (1999) e Silva (2009) mostram que existem dualidades oposicionais presentes no pensamento científico que organizou o universo feminino e masculino. Ainda Rose (1993), McDowell (1999) fazem uma crítica às práticas geográficas que têm alimentado a estrutura dual de forma hierarquizada, privilegiando as características masculinas em detrimento das femininas.

As reflexões de Silva (2009a) embasadas nos pensamentos de McDowell (1994), em entrevista realizada com Susan Hanson, onde a mesma destaca a dificuldades profissionais encontradas e como relacionar atividade profissional e

vida familiar. Em um dos momentos da entrevista, a entrevistada diz que a maioria das pesquisadoras mulheres, encontram-se solteiras, divorciadas ou viúvas e as que são casadas têm maiores exigências do que os homens, que isso traz resultados diferenciados tanto no âmbito profissional e familiar.

Esta entrevista realizada por McDowell (1994) ressalta a reflexão de Garcia Ramon *et al.* (2011), que explora as produções científicas realizadas por geógrafas nas universidades espanholas. Em um dos campos exploratórios de Garcia Ramon *et al.* (2011), os dados apontam para uma menor publicação feminina, conduzindo assim, a ideia de que a dupla jornada de trabalho feminino está relacionada a este resultado.

Esses dados indicam que a maioria das mulheres que participam do corpo docente das universidades espanholas, na maioria das vezes, são divorciadas, com filhos adultos, viúvas ou solteiras. Ainda para a autora “As estratégias devem ser levadas em conta devido à dupla jornada, sendo ela familiar e obtenção de uma promoção no campo acadêmico” (GARCIA RAMON, 1988, p.45).

As discussões de Rose (1993) apontam que as mulheres geógrafas devem assumir referenciais masculinos de ciência, sendo que o discurso geográfico é visto como construído pelo homem branco, burguês e heterossexual, permitindo assim, a hegemonia de suas concepções sobre gênero, raça e sexualidade. Ainda para a autora a feminilidade é entendida devido às suas distinções relacionadas a masculinidade, as identidades raciais e sexuais que são criadas pela auto percepção de um sujeito branco e heterossexual.

O conhecimento científico só pode ser obtido diante da razão e a objetividade, porém desde os pensamentos históricos conhecidos, os gregos atribuíam a racionalidade aos homens, desta maneira o conhecimento produzido pelas mulheres é desconsiderado, pois as mesmas são vistas como seres guiados pelas emoções. Considerando os apontamentos realizados pelas geógrafas em questão, fica visível como a ciência se manteve hierárquica e baseada em argumentos eurocêntricos, branco, masculino, heterossexual e que utiliza da razão.

O discurso geográfico é um discurso científico e claramente generificado e hierarquizado. Coloca-se desta maneira a utilização de conceitos bipolares encontrados nas relações de gênero como razão x sensibilidade, intelecto x imaginário, nada mais como razão x sensibilidade.

Tal pensamento pode ser corroborado com as ideias de Ribeiro (2011), quando o autor explana sobre o mito sustentado em torno da fragilidade feminina e de como está enraizado no coletivo do mundo ocidental o pensamento de que homem seja dotado de razão e a mulher de sensibilidade.

Assim, as reflexões apresentadas de Ribeiro (2011), podem ser reforçadas pelas críticas de McDowell (1999), quando a autora afirma que essa relação está ligada ao espaço e com a definição do que é 'natural' e do que é 'cultural', então é relacionada às regulamentações que influenciam quem está ocupando determinado espaço e sendo excluído por ele. Isso será refletido na estruturação do pensamento geográfico e em sua produção científica.

Ainda para McDowell (1999), há uma lista de distinções binárias deste discurso geográfico generificado, um discurso familiar ao senso comum, sendo entendida como ordem 'natural' da organização da realidade e assim produz um discurso 'neutro' diante no que diz respeito a produção das desigualdades sociais.

O pensamento binário também é criticado por Massey (1995) que diz que a produção do pensamento binário e hierarquizado é interiorizada na vida cotidiana, trazendo consequências nas estruturações de práticas de relações sociais, refletindo assim, nas relações espaciais.

Para romper com esta hierarquia histórica que faz existir fortemente uma desigualdade de gênero na produção do conhecimento científico a Geografia Feminista luta para inclusão da discussão de gênero como tema transversal nas disciplinas da área humana. Entretanto, essas metas propostas pelas geógrafas feministas se mostram diferenciada, porém começam a aparecer algumas conquistas nos países onde o movimento surgiu.

Com o surgimento do movimento feminista e quando o mesmo se viu 'abraçado' por geógrafas feministas, possibilitou para a Geografia uma nova visão de construção da ciência, mostrou que a ciência geográfica era falha quanto ao conhecimento de seu fenômeno e que com as suas verdades propriamente ditas, invisibilizavam grupos minoritários.

Para Silva (2009a), compreender as ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é poder reconhecer que estas características não são frutos do mero acaso e sim de uma determinada forma de conceber e de fazer a Geografia. Desde então, a ciência geográfica começa a ser discutida com outros olhares, de

uma forma ou de outra, ela se vê obrigada a dar atenção a fenômenos invisibilizados, então a Geografia começa a abrir suas discussões para novos conhecimentos, tendo que assumir as ausências criadas em sua historiografia.

Assim, a seção aponta as lutas enfrentadas para a inclusão feminina no campo científico geográfico e a importância do movimento feminista para a realização da mesma.

1.3 - A Revista Brasileira de Geografia como Expressão do Início da Produção Científica Geográfica Brasileira (1939-2005)

A Revista Brasileira de Geografia (RBG) foi uma das mais importantes revistas criadas para a publicação de artigos da Geografia brasileira. Sua criação aconteceu por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a intenção de facilitar a divulgação das pesquisas e atividades realizadas no mesmo auxiliando o avanço científico geográfico no país.¹⁵

Antes de tudo, torna-se necessário compreender a razão do surgimento da RBG e qual foi sua importância ao longo dos tempos para a ciência geográfica brasileira. Entretanto ao analisar essa revista, há também a necessidade de conhecer a história do órgão que a regia, no caso o IBGE.

Em meados do século XX, no governo Vargas (1930), houve um grande fomento para conhecer melhor o território nacional de um ponto de vista geográfico. O então presidente Getúlio Vargas, tinha como ponto central em seus projetos a modernização e conhecimento do território nacional. Desta forma em 1934 foi instaurado o Instituto Nacional de Estatística (INE), porém o mesmo efetivou-se em 1936 quando foi criado o Conselho Nacional de Estatística (CNE). Objetivo do órgão instaurado era coordenar todas as atividades estatísticas e as esferas administrativas do território nacional.¹⁶

Assim, criado pelo decreto-lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938, o Instituto Nacional de Estatística (INE), mais o Conselho Nacional de Geografia (CNG),

¹⁵ Revista Brasileira de Geografia (RBG). Disponível em: <http://www.grupogeobrasil.com.br/maisinfo.php?id=revista>>. Acesso 21 de julho de 2014.

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/IBGE>> Acesso 21 de julho de 2014.

passou a ser um só, com o nome de Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Nos primeiros anos de sua sustentação, o Instituto funcionava como autarquia subordinada à Presidência da República, dando a geografia e a estatística, ações voltadas à administração federal. Apenas em 1967 o IBGE transforma em uma fundação desvinculada à presidência.

O IBGE teve fases distintas relacionado com o poder central da república. Nos anos de 1934 e 1967 o instituto esteve diretamente vinculado ao governo federal, e seus servidores eram regidos pelo funcionalismo público. Já entre os anos de 1967 a 1990 a empresa passou a contratar como iniciativa privada (ALMEIDA, 2000). A vinculação hierárquica passou a fazer parte de um núcleo ministerial do governo, coordenada por um ministro de Estado. Entretanto no ano de 1990 o IBGE passa a ter um regime jurídico único tendo seus funcionários trabalhando novamente para o funcionalismo público federal. O autor expõe que em 2001 houve uma nova mudança de vinculação que transforma o IBGE em uma agência executiva do governo, porém com autonomia financeira.

Desta forma Almeida (2000) aponta a importância da dissertação de mestrado do geógrafo Eli Alves Penha¹⁷ que realizou um trabalho de Geografia Política dando como objetivo demonstrar o enfoque do IBGE no contexto da centralização do Estado Novo.

Ainda para o autor a importância do IBGE no campo das estatísticas, tinha por objetivo controlar as bases demográficas, de infraestrutura, emprego, renda e consumo, características que dariam suporte para a elaboração de indicadores econômicos.

Após a visualização da configuração do IBGE e da importância que o mesmo havia tomado no país devido aos dados estatísticos apresentados, a Geografia brasileira passa a reconhecer a sua importância enquanto ciência e a necessidade de contribuir com os estudos apresentados. Segundo Sâmea Silva de Melo Barcelos¹⁸ (2010) os estudos geográfico brasileiro até 1930, mesmo que dispersos estavam passando por um momento organizacional para tornarem-se científicos.

¹⁷ Dissertação de Mestrado: A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/04 A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/04%20A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf)> Acesso 21 de julho de 2014.

¹⁸ A Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro - RJ

As reflexões de Machado (2005) esclarecem que na antecedência da institucionalização da geografia, o período de 1870/1930 tem merecido menção a alguns autores que dissertam sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil, como (CORREIA, 1977; MONTEIRO, 1977; BECKER, 1985; DIAS, 1989). Entretanto para a autora há dois pesquisadores (Caio Prado Jr e Nelson Werneck Sodré) que seriam os mais qualificados para realizarem uma análise contextual do pensamento geográfico no período citado acima. Um exemplo está ligado a obra de Sodré em 1976, 'Introdução à Geografia. Geografia e Ideologia', quando o autor critica que a Geografia abandonou a História, se tornando um instrumento de ideologias alienadas da realidade nacional.

Em suma, o texto de Machado (2005) aponta o contexto do pensamento geográfico neste período de 1870 a 1930, quando a autora assegura que o pensamento geográfico acabou sendo reduzido a uma dimensão descritiva, e foi associado às teorias de *aménagement* do território. O *aménagement* citado pela autora é visto por Ficher (2003) enquanto um conceito utilizado como “planejamento”, “organização” ou “ordenamento do território”, ainda para o autor o conceito seria uma implicação a uma dimensão política do território.

Toda essa reflexão em torno do pensamento geográfico e a temporalidade em que se encontrava, serviram como base para destacar a importância das publicações dos artigos científicos geográficos.

Seria indispensável o desenvolvimento do ensino e pesquisa na Geografia. Somente assim, poderiam garantir condições concretas para realizar a interiorização do país e a extensão física do poder central. As publicações científicas como as monografias regionais, 'excursões' científicas, possibilitariam um novo modelo de reconhecimento do território. (CAMARGO, 2009)

Após compreender a configuração do pensamento geográfico e a importância da instauração do IBGE, pode-se apresentar a abertura que houve para as publicações dos trabalhos científicos realizados pela comunidade geográfica da época. No ano de 1939, surge da Revista Brasileira de Geografia (RBG) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nas argumentações de Camargo (2009) a fundação da RBG, além de estimular a produção de novos conhecimentos especializados na área da Geografia, as publicações também poderiam ser fundamentais para outras funções. O autor

aponta que desta forma, essa produção intelectual contribuiria categoricamente para afirmar o grupo dos profissionais geógrafos (as) articulando-os ao Conselho Nacional de Geografia (CNG).

No contexto histórico do surgimento da RBG e com noção da importância que a revista teria para os profissionais geógrafos (as) da época, é possível afirmar que a Revista Brasileira de Geografia também, serviu como um instrumento político para o reconhecimento das funções desempenhadas pelo profissional geógrafo (a).

Essa afirmação pode ser confirmada com as reflexões de Barcelos (2010), quando a autora destaca que o IBGE foi criado logo após os cursos superiores de Geografia nos estados de São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1935), contribuindo para que o Conselho Nacional de Geografia (CNG), antes formado majoritariamente por engenheiros, tivesse a participação de geógrafos (as), sendo Orlando Valverde o primeiro geógrafo contratado pelo CNG no ano de 1938.

Segundo Camargo (2009) a criação da Universidade do Brasil¹⁹ em 1937, demonstrava o esforço da profissionalização da Geografia do qual o governo Vargas (1930-1945) assumiu. Ainda para o autor o governo Vargas (1930-1945) estava assumindo a posição de manter uma organização nacional, e para isto seria necessário às informações do território existente.

Assim, a união entre um órgão de pesquisa mais uma instituição acadêmica, possibilitou a publicação dos artigos científicos permitindo dar visibilidade à produção do conhecimento científico geográfico brasileiro. Visto em Almeida (2000) foi neste contexto que o IBGE chama para sua lista de funcionários o alemão Leo Waibel com seu vasto conhecimento em Geografia Agrária que trabalhava com o processo de colonização sob pleito do governo federal. Ainda segundo o autor outros nomes ganharam destaque nessa contribuição ao IBGE no início de sua funcionalidade, como Jean Tricart, Preston Everett James, Pierre Dansereau, Emmanuel de Martonne, entre outros.

Logo surge a necessidade de expandir a visualização dos trabalhos realizados pelos pesquisadores. A Revista Brasileira de Geografia, sendo essa uma publicação gestada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística necessita da difusão e divulgação da produtividade científica geográfica brasileira que na época

¹⁹ A Universidade do Brasil no ano de 1965, tem sua denominação alterada para a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA> Acesso em 23/07/14.

se concentrava apenas no Rio de Janeiro. Segundo Barcelos (2010), a revista tinha por objetivos centrais a divulgação do território nacional, a publicação da metodologia geográfica moderna da metodologia utilizada no ensino da Geografia e dos conhecimentos das ciências correspondentes e a exposição das ações realizadas pela Geografia brasileira, em especial os projetos do Conselho Nacional de Geografia.

A autora ainda afirma que inicialmente o periódico era trimestral e contava com a média de 5 artigos por volume. A estrutura organizacional da revista contava com os seguintes tópicos: Artigos - Vultos da Geografia - Inquérito Geográfico - Comentário - Tipos e aspectos do Brasil - Atividades Geográficas - Noticiários, Relatórios - Resoluções, Leis e Bibliografia. Entretanto em 1967 o IBGE transformou a edição em apenas artigos e noticiários, mas novamente haverá outra modificação em 1975 a qual as edições passam a contar com artigos e comentários.

Deste modo, levando em conta a importância da Revista Brasileira de Geografia, surgiram questionamentos referentes à visualização e acesso a produção científica da época e qual a proporção de geógrafos (as) que foram os impulsionadores para a produção do conhecimento intelectual da Geografia brasileira.

Tendo a pesquisa como foco a produção do conhecimento científico, as relações de gênero e a produtividade da Geografia brasileira, se fez necessário a análise dos artigos publicados anteriormente ao surgimento dos periódicos *on-line*, ou no caso, a análise do primeiro periódico geográfico a Revista Brasileira de Geografia (RBG).

Por isso se iniciou a coleta de dados no site do IBGE nas 222 edições liberadas com o recorte temporal de 1939 a 2005, lembrando que a RBG seguiu com suas edições periodicamente até o ano de 1996 onde parou de publicar. Porém, em 2005 a revista liberou mais uma edição e depois novamente encerrou suas publicações. Para comportar todos os artigos coletados e analisá-los qualitativamente e quantitativamente, foi montado um Banco de Dados a partir do software livre *LibreOffice*, que possibilitou o armazenamento de todos os artigos encontrados na RBG, bem como possibilitou a utilização das ferramentas necessárias para essas análises.

Das 222 edições foram encontrados 723 artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia. Das análises surgiram os apontamentos que a RBG contou com a participação de grandes nomes de geógrafos (as) brasileiros (as) que são e foram fundamentais para a construção da Geografia brasileira, como Aziz Nacib Ab' Saber (1955)²⁰, Milton Santos (1956)²¹, Speridião Faissol (1957)²², Fany Davidovich (1963)²³, Roberto Lobato Correa (1963)²⁴, Bertha Becker (1966)²⁵, Olga Maria Schild Becker (1975)²⁶, entre outros.

Para destacar o trabalho realizado pelas mulheres pesquisadoras da época na RBG, a pesquisa evidencia que dos 723 artigos coletados, 228 foram escritos por mulheres, e algumas dessas pesquisadoras tiveram grande contribuição para o desenvolvimento da pesquisa na área da ciência geográfica, são elas: Fany Rachel Davidovich (13 artigos), Berta Koiffman Becker (12 artigos), Therezinha de Castro (9 artigos), Celeste Rodrigues Maio (8 artigos), Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (8 artigos), Maria Francisca Theresa Cardoso (8 artigos) e Maria Novaes Pinto (6 artigos), lembrando que outras pesquisadoras também foram responsáveis pelas publicações que compõem os 228, como Elza Coelho de Souza, Irene Garrido Filha, Olinda Vianna Mesquita (5 artigos), Adma Hamam de Figueiredo, Dora Rodrigues Hees (4 artigos) entre outras. Ressalta-se que os trabalhos produzidos por essas geógrafas, em sua grande maioria, discutiam temas referentes à Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Econômica e Geografia Política.

Os artigos abordados na revista foram diversos e tiveram como centralidade em suas discussões as temáticas de geografia urbana, política, agrária, econômica, cartografia, geomorfologia, climatologia, industrial assim por diante. Aponta-se

²⁰ 1º Artigo Publicado na RBG - Contribuição À Geomorfologia Do Litoral Paulista. (1955)

²¹ 1º Artigo Publicado na RBG - A Cidade De Jequié E Sua Região. (1956)

²² 1º Artigo Publicado na RBG - O Problema Do Desenvolvimento Agrícola Do Sudeste Do Planalto Central Do Brasil.(1957)

²³ 1º Artigo Publicado na RBG - ESTUDOS Para A Geografia Das Indústrias Do Brasil Sudeste. (1963)

²⁴ 1º Artigo Publicado na RBG - Regime De Exploração Da Terra No Nordeste, Uma Tentativa Da Expressão Cartográfica. (1963)

²⁵ 1º Artigo Publicado na RBG - Expansão Do Mercado Urbano E Transformação Da Economia Pastoril. (1966)

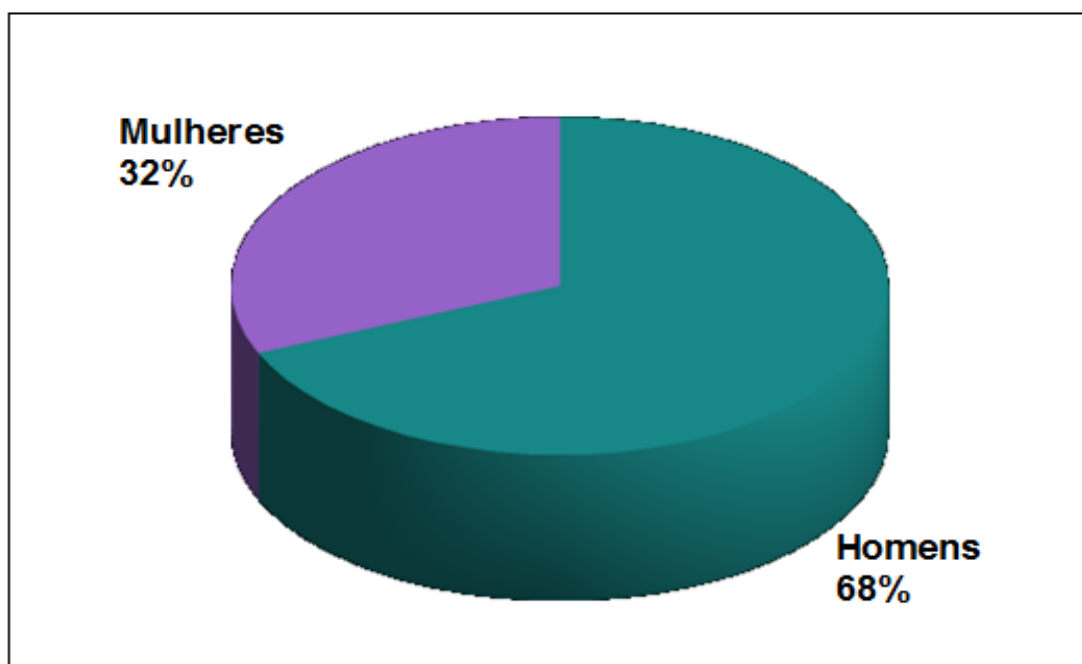
²⁶ 1º Artigo Publicado na RBG-Proposição Metodológica Para Análise Dos Diferenciais Entre Imigrantes E Nativos Nas Áreas Metropolitanas Do Sudeste. (1975)

novamente a importância da revista, devido a sua temporalidade e a construção do campo científico geográfico brasileiro.

Após a coleta dos dados e a busca aos autores fundamentais na produção do conhecimento científico geográfico, aos temas que foram mais abordados na época, instiga-se então, a investigação pela produtividade relacionada ao homens e mulheres.

Desta forma, com a ajuda da ferramenta do *software* livre *LibreOffice*, realizou-se uma filtragem nos dados, com o recorte central relacionado a produtividade dos artigos por gênero. O resultado revelou que dos 723 artigos coletados, há uma significativa diferença quantitativa nas publicações com autoria masculina e feminina. O Gráfico 1 evidencia essa diferença apontada.

GRÁFICO 1 - Produção Científica entre Homens e Mulheres na RBG (1939 - 2005)



Org: CESAR. Tamires.R.A.O. (2014). Fonte: Revista Brasileira de Geografia entre 1939-2005

Essas informações conseguem sustentar a reflexão da dificuldade encontrada para a participação feminina no meio acadêmico e de produtividade. Os dados apontados poderão ser visualizados (em um comparativo) mais adiante na pesquisa, onde a mesma mostrará que a ciência geográfica brasileira ainda é composta majoritariamente por homens, que refletirá na produção do conhecimento científico.

As mulheres, para conseguirem permanecer na carreira científica e serem bem-sucedidas profissionalmente, precisam estabelecer sua identidade profissional em harmonia com o 'modelo masculino', envolvendo seus compromissos em tempo integral com e para o trabalho científico, nas relações de competitividade e produção (VELHO, 2006). Nessa configuração, encontram-se a produtividade científica que é calculada pelo número de publicações em artigos e livros.

O campo científico geográfico, assim como os outros campos do conhecimento científico, mostra-se enquanto um ambiente masculinizado e composto por apenas uma visão de mundo. Essa mesma reflexão pode ser confirmada pelas ideias das autoras de Narvaz e Koller (2006), que argumentam sobre a necessidade de reconhecer as diferenças entre o universo masculino e feminino.

Assim, reconhecendo as diferenças presentes nos universos citados, a pesquisa traz a importância de se compreender o processo histórico e social que ambos vem seguindo. Esse seguimento de publicações refletirá no que Morin (1996) diz sobre a produção do conhecimento científico ser carregada de um processo sociocultural e histórico da comunidade científica.

Diante das reflexões e leituras realizadas, os dados apresentados na RBG, serão reforçados futuramente com as informações apresentadas acerca da produtividade científica acadêmica nos periódicos *on-line* e como as relações de gênero são componentes da produção científica geográfica brasileira.

Com base nas reflexões apresentadas o capítulo evidenciou que as relações de gênero, embora invisibilizadas na produção científica, são de fundamental importância para produção de uma igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. A ciência, compreendida enquanto uma forma de conhecimento é produzida por pessoas que trazem consigo suas marcas pelo tempo e espaço, carregando suas características pessoais. Percebe-se que há uma visível diferença entre o universo feminino e masculino, principalmente levando em conta a sociedade machista e elitizada a qual pertence. Assim, é necessário investigar como as mulheres geógrafas cotidianamente constroem a Geografia e o resultado de seu esforço intelectual, mediado pelo seu papel social de gênero. Os capítulos seguintes trazem uma abordagem mais detalhada sobre esse assunto.

CAPÍTULO 2- GÊNERO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA EM GEOGRAFIA

Este capítulo tem por finalidade trazer para o debate a organização do processo de qualificação de sujeitos que produzem majoritariamente a pesquisa geográfica no Brasil. No Brasil, a maior parte da produção científica está sustentada pela pós-graduação. Os processos de qualificação profissional da atividade de pesquisa na pós-graduação e as relações de gênero que envolvem a Geografia são foco deste capítulo. As mulheres, cada vez mais, têm feito parte do campo científico geográfico, apesar desse processo ser comum na ciência brasileira como um todo, entretanto ainda não alcançam o mérito das produções científicas masculinas. Os processos de avaliação da qualidade da ciência tem como um de seus pilares a conquista de títulos acadêmicos em vários níveis como graduação, mestrado e doutorado. Desta maneira o capítulo evidenciará a as divisões de gênero encontradas no corpo docente e discente das 55 universidades com pós-graduação em Geografia e sua atual configuração no campo editorial dos 90 periódicos *on-line* da Geografia brasileira. O capítulo foi subdividido em duas seções, na qual a primeira irá à configuração da pós-graduação no Brasil e a Pós-Graduação na Geografia, e a segunda seção visa discutir a estrutura docente e discente na pós-graduação da Geografia brasileira.

2.1. A Pós-Graduação no Brasil em um Breve Resumo e a Pós Graduação em Geografia

Para compreender a organização do processo de qualificação de sujeitos que produzem majoritariamente a pesquisa geográfica brasileira, houve a necessidade de buscar as origens da Pós-graduação no Brasil, e desta forma entender a estrutura em que se organizou. Antes de visualizar seu início e mais adiante as primeiras pós-graduações na Geografia, é importante apontar quais foram as escolas pioneiras de nível superior fundadas no país.

No Brasil diferentemente da América Hispânica, não teve seu ensino superior implantado logo no século XVI, muito pelo contrário. As discussões de Martins (2002) remetem que em 1553 foi criada uma das primeiras universidades no período

colonial, no México. Ainda para o autor o pragmatismo português não permitiu que no Brasil, no período colonial, houvesse nenhuma formação de núcleo superior. Entretanto as mudanças ocorrerem a partir da vinda da família real para o país, os quais trouxeram seus interesses pessoais e sendo um deles o ensino superior.

O autor continua argumentando que o desenvolvimento deste ensino foi voltado apenas para a formação profissional, e sendo ela controlada pelo Estado. Este seria o modelo adotado da reforma pombalina em Portugal (que visava libertar o ensino conservador, tido como responsável pelo atraso de Portugal diante dos outros países Europeus), e também o modelo napoleônico que considerava a separação entre ensino e a pesquisa científica.

Desta forma como disserta Durham (2003) o início do ensino superior no país é datado apenas 1808, após a vinda da família real portuguesa. Para o autor a coroa portuguesa não tinha por intenção a formação de quadros intelectuais nas colônias.

Mesmo a iniciativas jesuíta de estabelecer um seminário que pudesse formar um clero brasileiro, foi destruída, com boa parte do pouco ensino organizado que então havia na colônia, quando ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII. Foi apenas no início do século seguinte, em 1808, quando a Coroa portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica da Metrópole, se trasladou para o Brasil com toda a corte, que teve início a história do ensino superior no país. (DURHAM, 2003,p .3)

O autor argumenta ainda que o Brasil teve um desenvolvimento muito lento no que se refere ao ensino superior no país e isto poderia ser explicado por duas características. A primeira remete ao tardio desenvolvimento, sendo que as primeiras instituições de ensino no país foram criadas apenas no ano de 1808 (século XIX), e as primeiras universidades sendo mais recentes ainda, datas na década de 30 do século XX. A segunda refere-se ao desenvolvimento do sistema de ensino privado, que teve seu surgimento paralelamente com o setor público de ensino.

Enriquecendo as reflexões de Durham (2003), ao descrever o surgimento do ensino superior no país, Martins (2002) aponta que os primeiros cursos superiores oferecidos na época referiam-se as áreas médicas e militares. O autor aponta as primeiras escolas de ensino superior criadas em 1808 foram a escola de Cirurgia e

Anatomia de Salvador²⁷, Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro²⁸ e a Academia da Guarda Marinha. Entretanto dois anos após a criação da Academia da Guarda Marinha, foi fundada a Academia Real Militar²⁹.

Os dados históricos levantados por Martins (2002) destacam claramente como a estrutura de ensino configurou-se no Brasil, focando os estudos para a área médica e militar, sendo esses campos o de maior interesse da coroa portuguesa. Apenas no ano de 1814 surgiram os cursos de agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura.

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil foi tardio, sendo mascarado até a proclamação da república em 1889, tendo um modelo a ser seguido, o de formação de profissionais liberais em faculdades isoladas, que tinham por objetivo apenas a pose do diploma profissional que garantia prestígio social.

Segundo Martins (2002), mesmo após a independência política de 1822, não houve mudanças para o formato do sistema de ensino. Para o autor, a elite que detinha o poder não vislumbrava nenhuma vantagem com a criação de novos centros de ensino e educação.

Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovados. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. (MARTINS, 2002, p.4)

Apenas em 1891 as iniciativas privadas começaram a criar seus próprios núcleos de ensino superior, devido a Constituição da República. As primeiras iniciativas surgiram de grupos católicos e das elites locais. As discussões de Martins (2002) apontam que o sistema educacional paulista representou a primeira ruptura da época, o rompimento com o modelo de uma escola controlada pelo governo central.

²⁷ Atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia

²⁸ Atual Faculdade de Medicina da UFRJ

²⁹ Atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ

Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920. (MARTINS, 2002, p.4)

Com o conhecimento das possíveis universidades, essa ideia começa a causar mobilizações de propositores e críticos à forma de ensino destacada. O projeto criado pela elite intelectual laica tinha por defesa uma universidade pública que fosse contra as instituições isoladas e que desta maneira pudesse se institucionalizar a pesquisa para o interior.

Após as discussões com visões divergentes apresentadas pelas elites, na década de 1920, surgem os debates sobre a criação de uma universidade que não fosse mais restrita as questões políticas e de interesse de Estado, mas sim, universidades que tivessem funções sociais. Desta forma nasce a primeira universidade brasileira institucionalizada, a Universidade Federal do Paraná no ano de 1912³⁰, sendo ela a universidade mais antiga do Brasil, e um marco para guiar os novas discussões do ensino superior no país.

As funções definidas para a criação desse novo sistema de universidade, foram apontadas por Martins (2002) que explana as os critérios decididos constituíram em abrigar a ciência, os cientistas e a promoção da ciência no país, e que as universidades não deveriam mais ser vistas apenas como uma instituição de ensino, mas centros de interesse científico. Na época o país contava com 150 escolas isoladas e apenas duas universidades, sendo elas a Universidade Federal do Paraná (1912) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920)³¹, entretanto para o autor, essas universidades não seriam mais do que aglutinações de escolas isoladas.

Após longas discussões de que o rumo o ensino superior do Brasil estava trilhando, e diante dos apontamentos do descaso com o ensino em nosso país, o governo provisório de Getúlio Vargas (1931) teve por intuito promover uma extensa

³⁰ Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <http://www.ufpr.br/portafulpr/historico-2/>. Acesso em 15 de nov de 2014

³¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA. Acesso em 15 de nov de 2014.

reforma educacional, conhecida por Reforma Francisco Campos³², que autorizava e regulava as diretrizes das universidades, dentre elas a cobrança da anuidade, pois o ensino público não era gratuito.

Nestes contextos as universidades deveriam se organizar como núcleos que fossem constituídos por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Para Martins (2002), mesmo que esta reforma representasse um avanço para o ensino superior no país, ela não atendia aos pedidos da principal bandeira do movimento da década de 1920, que era dar exclusividade de um sistema público e gratuito, além de permitir o funcionamento das instituições isoladas.

O período do governo Vargas (1931-1945), teve diversos conflitos entre as lideranças laicas e católicas, que lutavam pelo controle da educação no país. As reflexões de Martins (2002) apontam que favores foram acertados, e que em troca de apoio ao novo regime, o governo proporcionou à igreja que houvesse a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico de ensino, que foram implantadas a partir de 1931, todavia, as ambições da igreja católica iam além de uma disciplina no ciclo básico, e desta forma culminou que as mesmas criaram seus próprios centros de ensino.

Os pensamentos de Martins (2002) são corroborados com as explanações de Barros (2007), onde o autor aponta 20 universidades federais³³ criadas no país até 1964, como a Universidade de São Paulo (1934)³⁴, que devido à contratação de um grande número de professores europeus, realizaram forte expansão no sistema público federal. O autor ainda ressalta que neste mesmo período surgiram as universidades religiosas (católicas e presbiterianas)³⁵.

Seguindo a mesma linha de pensamento diante da vinda de professores europeus ao país Balbachevsky (2005) faz uma ressalva que alguns desses professores que chegaram ao Brasil para lecionar nas universidades, vieram com a colaboração do próprio governo europeu, mas outros eram exilados, fugindo da desordem vivenciada na Europa devido a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945).

³² Primeiro Ministro da Educação do País

³³ Universidades criadas antes de 1964: UFRJ; UFMG; UFRGS; UFBA; UFPR; UFC; UFRPE; UFG; UFJF; UFPA; UFPB; UFSM; UFF; UFRN; UFSC; UFES; UFAL; UnB; UFAM; UFRRJ.

³⁴ Universidade de São Paulo (USP) - Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm>. Acesso em 15 de nov. 2014

³⁵ Universidade Presbiteriana Mackenzie - Disponível em: <http://www.mackenzie.br/portal.html> - Acesso em 15 de nov. 2014 - Pontifícia Universidade Católica - Disponível em <http://www.pucsp.br/universidade/sobre-a-universidade>. Acesso em 15 de nov. 2014

Ainda para autora, esses professores trouxeram o primeiro modelo institucional para os estudos de pós-graduação no Brasil.

Em 1945 a 1968 começam as lutas do movimento estudantil, formado por jovens professores que solicitavam a defesa do ensino público, o modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e a eliminação do setor privado, transformando as universidades públicas.

Os apontamentos de Martins (2002) discorrem que a pauta estava direcionada a reforma de todo o sistema de ensino brasileiro, principalmente o universitário. As principais críticas apontadas pelo autor, referiam-se ao modelo universitário de ensino, quando o mesmo era composto por cátedras (onde o catedrático vitalício tinha o poder de nomear ou demitir quem quisesse, sendo este, um empecilho à carreira universitária, simbolizando, rigidez e anacronismo), os compartimentos que existiam devido ao compromisso com as escolas profissionais, ainda na Reforma de 1931 (os quais ainda existiam e mantinham sua autonomia), e ao quadro elitista que compunha as universidades, refletindo desta forma que o acesso ao ensino superior no país atendia apenas uma parcela mínima da população, principalmente a dos estratos mais privilegiados.

O movimento estudantil tinha por pretensão que os departamentos universitários tivessem decisões democráticas. Desta maneira o debate mediou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB), que foi aprovada pelo Congresso em 1961 que diferentemente da reforma de 1931, o ensino superior não deveria necessariamente organizar-se apenas nas universidades. Segundo Martins (2002), os reformadores, após deliberação da LDB de 1961, viram tal ação como uma vitória para as iniciativas privadas.

Para Balbachevsky (2005), apenas em 1965 o Ministério da Educação consentiu o reconhecimento de um novo nível superior de ensino, além do bacharelado. Neste ano, as principais características da pós-graduação no Brasil, acabaram por ser fixada no parecer 977, com o conhecido Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. O Parecer Sucupira segundo seria o parecer que destacou notoriedade a Newton Sucupira³⁶. Newton Sucupira foi

³⁶ Foi professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é conhecido como pai da pós-graduação no país, pois o marco legal que possibilitou o crescimento da pós-graduação no Brasil foi conhecido como Parecer Sucupira, uma alusão ao seu relator. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6751/1194.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de nov de 2014.

considerado o pai da pós-graduação no Brasil, defendendo a autonomia acadêmica, o incentivo à educação, pesquisa e à cultura do aperfeiçoamento profissional (BOAVENTURA, 2009).

É uma das suas grandes invenções e uma contribuição significativa à educação, à pesquisa, à cultura e ao aperfeiçoamento profissional. Primeiramente, à Educação, por ter instituído o escalão dos estudos avançados na estrutura educacional brasileira; logo, à investigação científica, pelas amplas possibilidades de pesquisas fomentadas pelos mestrados e doutorados; também à cultura, pela cópia abundante de dissertações e teses que ensejam publicações de livros e revistas; por fim, a pós-graduação em sentido amplo, que possibilita uma gama de habilitações em cursos de aperfeiçoamento e especialização para empresas e serviço público. (BOAVENTURA, 2009, p.147)

Pela primeira vez na história, o formato institucional básico da pós-graduação no Brasil, teve seus níveis diferenciados, como mestrado e doutorado, estabelecendo desta maneira uma linha de continuidade entre ambos, consagrando o mestrado como pré-requisito para o doutorado (BALBACHEVSKY, 2005).

Todo esse processo da construção e organização da pós-graduação brasileira concentrava-se em um contexto de ditadura militar, onde a liberdade de expressão era reprimida quando determinados interesses iam contra aos planos militares.

Durante o regime militar (1964-1984), esse desmantelou o movimento estudantil e desta forma manteve sob controle as universidades públicas existentes, expulsando importantes lideranças do ensino superior, dando abertura para que principalmente em 1970, o setor privado expandisse. Na mesma década a política governamental estimulou a pós-graduação e a capacitação docente (PICD) (MARTINS, 2002).

Desta forma, os dados de Martins (2002), apresentam que no período de 1960-1980 houve um excedente nas matrículas no ensino superior no país, entretanto o setor público não estava atendendo as demandas, e assim deixou espaço para o ensino privado.

O salto de qualidade na pós-graduação brasileira se fez presente no início dos anos 1970, quando o governo teve como meta incentivar as políticas de apoio a pós-graduação, favorecendo o desenvolvimento científico e tecnológico no país (BALBACHEVSKY, 2005). Ainda para autora essa iniciativa fica claramente

destacada, quando houve um acordo entre importantes lideranças científicas (conhecidos como os de esquerda) e o setor nacionalista das forças armadas.

Mesmo com o incentivo ao ensino e educação no país, foi necessário traçar planos para o desenvolvimento tecnológico e científico. As pesquisas científicas, e o desenvolvimento tecnológico do país, além de planos e metas, precisavam de um apoio financeiro para a realização dos trabalhos científicos. Portanto, houve investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), o qual forneceu aparatos ao desenvolvimento tecnológico. Mas, o êxito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerou uma pressão para a institucionalização de uma agência especializada.

Criado em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisa, tinha por intuito formular e conduzir as políticas da ciência, tecnologia e inovação. Entretanto em 1972 após os fortes investimentos direcionados a tecnologia e pesquisa, o antigo Conselho Nacional de Pesquisa, passou a ser chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).³⁷

Visualizando a necessidade de uma boa estrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, também há precisão da formação de bons profissionais para o mercado de trabalho. Assim Bomeny (2001) argumenta que a importância do Parecer Sucupira, sendo este realizado para o incentivo do desenvolvimento de pesquisas científicas e assegurar o apoio aos trabalhadores intelectuais. A autora ainda explana sobre a diferenciação dos ensinos de pós-graduação no Brasil, sendo eles o de *stricto sensu* e o *lato sensu*.

Uma distinção importante que traduz uma diferença crucial entre os dois investimentos. O primeiro define propriamente um sistema de cursos que se superpõe à graduação cujos programas de formação científica e cultural são muito mais amplos e aprofundados do que os previstos em uma pós-graduação *lato sensu*. A pós-graduação *stricto sensu* é parte do complexo universitário e realiza, ao fim e ao cabo, os propósitos da própria universidade. A pós-graduação *lato sensu* compreenderá um outro conjunto de investimentos, mais esporádicos, mais rápidos, mais dirigidos ao aperfeiçoamento e treinamento em um ramo profissional ou científico de determinada e limitada área do saber ou da profissão. (BOMENY, 2001, p.67)

³⁷ A história do desenvolvimento do CNPq, pode ser visualizada na íntegra a partir do site. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

Após compreender brevemente o histórico da criação da pós-graduação brasileira, devemos entender o funcionamento desse processo organizacional que será refletido na pós-graduação na Geografia brasileira.

As reflexões de Sant'anna Neto (2012) apresentam que a Geografia brasileira pode ser considerada até mesmo, mais antiga que os (as) geógrafos (as). Isso porque o 1º Congresso Brasileiro de Geografia ocorreu em 1909, e foi realizado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Exatamente como a formação da pós-graduação brasileira, a geografia também contou com a participação de um corpo docente estrangeiro. Ainda para os autores o pressuposto básico do conhecimento na pós-graduação brasileira, está calcado no senso comum (BORZACCHIELLO DA SILVA E DANTAS, 2005). Os autores ainda destacam que o número de docentes que compunham o quadro funcional da universidade, foram doutores que majoritariamente se especializaram na França.

Pensando em um contexto nacional, a pós-graduação brasileira é recente. A mesma possui apenas 44 anos de tradição, e data um século de graduação no Brasil. Para Sant'anna Neto (2012) a pós-graduação em Geografia teve metade de seus programas criados no século XXI, ou seja, menos de 10 anos de institucionalização.

A Geografia manteve-se na mesma estrutura da pós-graduação brasileira e teve seus primeiros programas de pós-graduação centralizados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia a integrarem o Sistema Nacional de Pós-Graduação foram os de Geografia Humana e Geografia Física da Universidade de São Paulo (USP), criados em 1971, que logo foram seguidos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A centralidade dos cursos pioneiros favoreceu apenas um intercâmbio entre as poucas instituições de ensino superior que havia no país. Deste modo, para que os cursos e a pós-graduação em geografia não ficassem concentrados apenas nas capitais, houve a necessidade de expansão para as cidades do interior. (BORZACCHIELLO DA SILVA E DANTAS, 2005).

Destes programas que foram pioneiros, a pós-graduação na geografia passou por um lento processo de crescimento. Na final da década de 1970, eram

apenas 5 cursos de pós-graduação, e na década de 80 apenas 8 novos programas foram implantados, destacando que cinco deles concentravam-se na região Sudeste, nordeste e sul (SUERTEGARAY, 2007).

Desta maneira após a implantação dos programas em geografia no país, começam a surgir questionamentos diante da necessidade de uma associação que pudesse articular os programas existentes e até mesmo contribuir para o fortalecimento dos programas pelo país.

No ano de 1983³⁸, profissionais dos cinco primeiros programas, tomaram a iniciativa de discutir as características e problemas da pós-graduação. Tais questionamentos foram levantados durante um encontro nacional de geógrafos dos respectivos programas existentes. Deste modo as discussões levantadas prosseguiram durante o 4º Congresso Brasileiro de Geografia (AGB) em julho de 1984.

Em dezembro de 1984 foi realizado o primeiro encontro da associação, primeiramente com os cinco núcleos existentes (USP, UNESP- Rio Claro, UFRJ, UFPE e UFS). Deste encontro surgiram três objetivos centrais dos quais buscavam atividades que contassem com três mesas redondas e três sessões de debates. Os encontros continuaram sendo marcados e em 1986 ocorre o II encontro na UFRJ, e após um ano (1987) data o III encontro organizado pela UNESP / Rio Claro.

Entretanto a efetivação de uma Associação de Pós-Graduação na Geografia, acontece apenas em setembro de 1993, em um encontro realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), resultando na Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, a conhecida ANPEGE. A ANPEGE teve por o intuito promover a integração dos programas de pós-graduação em Geografia, visando o aprimoramento investigativo geográfico.

Após alguns anos, principalmente na década de 2000, como visto em Sant'anna Neto (2012), houve um grande incentivo para a verdadeira interiorização dos programas de pós-graduação em Geografia no país. Desta maneira, novos núcleos começam a integrar e participar da ANPEGE e dos encontros realizados a cada dois anos.

³⁸ Histórico ANPEGE. Disponível em < <http://www.anpege.org.br/?op=1>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos encontros e quais as temáticas foram o centro de discussão.

QUADRO 1 - Encontros da ANPEGE

Encontro Nacional ANPEGE	Instituição	Mês / Ano	Temática do Evento
1º	UFS (Aracaju)	Set / 1995	Território Brasileiro e Globalização
2º	UFRJ (Rio de Janeiro)	Set / 1997	Desafios e Alternativas para a Gestão do Território
3º	UNESP (Rio Claro)	Set / 1999	Ações dentro da 3ª Assembleia Deliberativa ³⁹
4º	USP (São Paulo)	Mar / 2002	A Geografia no Século XXI
5º	UFSC (Florianópolis)	Set / 2004	Gestão do território e do ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em Geografia no ensino superior
6º	UFC (Fortaleza)	Set / 2005	(Não localizado)
7º	UFF (Niterói)	Set / 2007	Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo.

³⁹ Participaram 18 Programas dos quais 12 dos 13 associados e seis admitidos, estando um deles ausente naquela Assembleia, e um membro filiado. De caráter administrativo visou, entre outras propostas, a modificação dos estatutos da entidade. Esta Assembleia foi um marco importante na história das avaliações realizadas pela CAPES. Foi discutida a composição do Comitê de Avaliação e a designação de representante adjunto naquele órgão coordenador e de fomento.

8º	UFPR (Curitiba)	Set / 2009	Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.
9º	UFG (Goiânia)	Out/2011	A Pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço
10º	UNICAMP (Campinas)	Out/2013	Geografia, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais

Org: CESAR. Tamires.R.A.O, (2014). Fonte: ANPEGE.

A importância dos encontros da ANPEGE se faz devido aos embates que proporciona em torno dos diversos conhecimentos dos quais, servem para discussões de como a Geografia brasileira vem sendo trabalhada na pós-graduação.

A CAPES, fundação do Ministério da Educação (MEC) tem as seguintes linhas de ação: 1- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; 2- acesso e divulgação da produção científica; 3- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; 4- promoção da cooperação científica internacional; 5- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A partir dessas linhas de ação são estruturados vários projetos que viabilizem os objetivos traçados pela política nacional. Para esse trabalho, destacam-se as linhas de atuação 1 , 2 e 3 que estão diretamente relacionadas a ideia de produção e circulação científica e seu papel da igualdade de gênero.

O sistema de avaliação dos cursos superiores de pós-graduação e as ações de fomento como apoios financeiros e bolsas de estudo, impactam a vida de pessoas que atuam na produção científica e no ensino superior, bem como promove um *ranking* de qualificação que intensifica os processos competitivos entre universidades e cursos de pós-graduação.

Desta forma considerando que a criação de um novo curso de pós-graduação no país, relaciona-se muito com a política vigente do mesmo, visualiza-se em

Sant'anna Neto (2012), que a verdadeira interiorização da pós-graduação no Brasil, acontecera na década de 2000, sendo fortemente incentivada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda para o autor, mesmo havendo críticas dessa distribuição espacial da pós-graduação em geografia pelo interior do país, a ideia central foi para começar uma cultura acadêmica que apenas a pós-graduação pode realizar. A interiorização dos cursos pelo país serviu e serve para descentralizar os centros e proporcionar novas formas de conhecimento.

As ideias de interiorização apresentadas por Sant'anna Neto (2012) podem ser corroboradas com os dados de campo desta dissertação, sendo que notoriamente apresenta essa expansão dos programas de pós-graduação em geografia.

Em uma busca realizada no site da CAPES⁴⁰ foram localizadas 55 instituições de pós-graduação em geografia. Das 55 instituições, 27 contam apenas com mestrado e 28 com os cursos de mestrado e doutorado.

O crescimento e interiorização da pós-graduação em geografia podem ser visualizados nos dados que apontam que atualmente os programas compõem 24 estados brasileiros, correspondendo à 89% do território nacional. Até o momento apenas os estados do Acre, Amapá e Maranhão não estão na lista. A distribuição desses programas organizam-se da seguinte maneira:

TABELA 1 - Distribuição por Região dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (%)

Região	Total de Programa com Pós-Graduação em Geografia	%
Norte	5	9
Centro-Oeste	9	16
Nordeste	10	18
Sul	12	22
Sudeste	19	35
Total	55	100

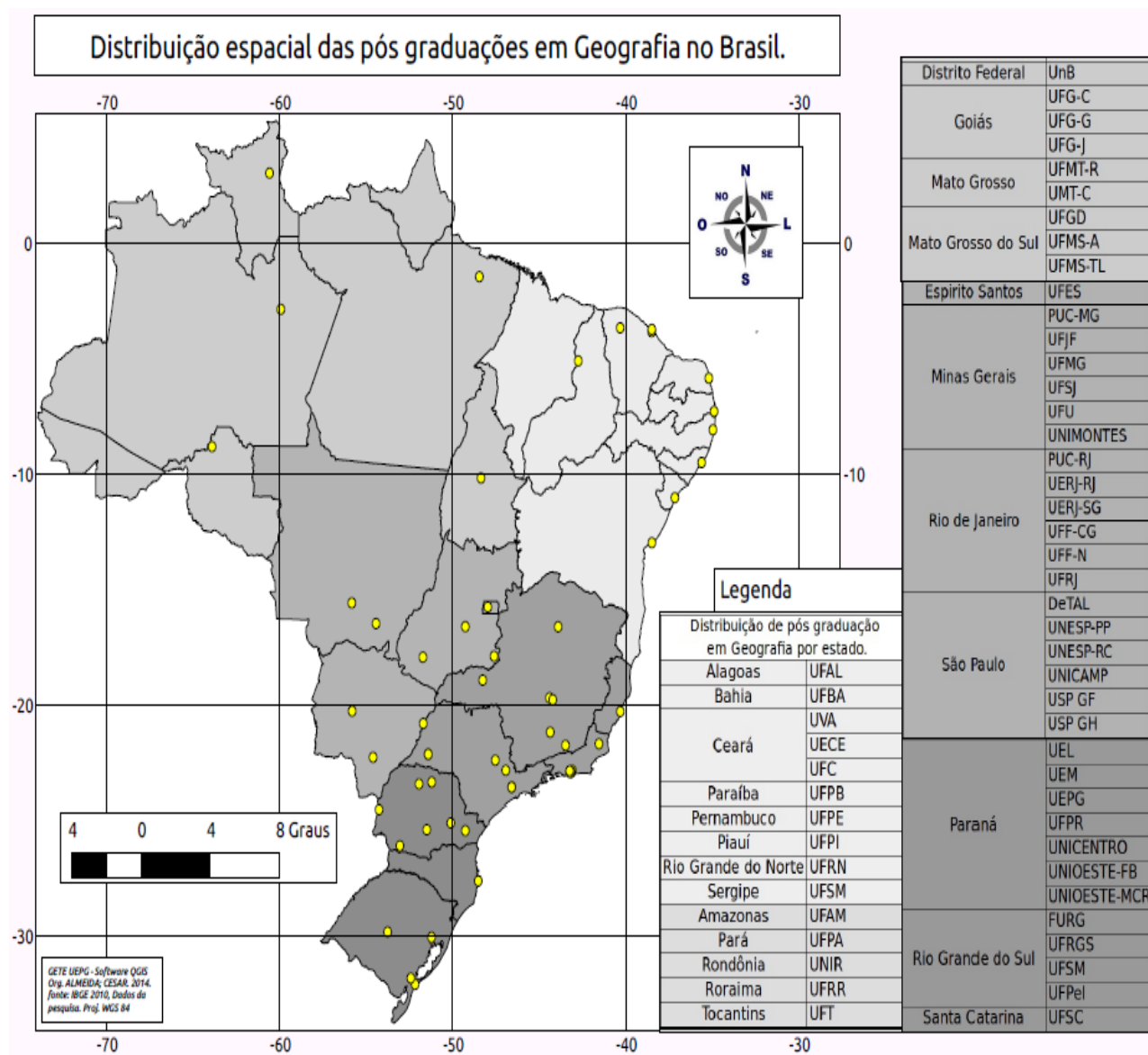
Org: CESAR. Tamires.R.A.O. 2014. Fonte: Cursos Recomendados/Reconhecidos (CAPES)

⁴⁰ Acesso ao banco de dados da CAPES - Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados> > Acesso em: 12 de mar 2014

Tal afirmação evidenciada permite a análise de que ainda, os grandes números de programas com pós-graduação no país estão concentrados na região sul e sudeste, correspondendo a 57% dos programas existentes. Entretanto, é muito válido ressaltar, que recordando as considerações de Sant'anna Neto (2012), mais os dados apresentados pela dissertação, que os programas de pós-graduação em geografia começaram a surgir no século XX, então se ressalta que em menos de 10 anos, houve a interiorização do ensino superior para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Esses dados mostram o quanto à pós-graduação expandiu tanto em número de programas criados e pela expansão dos mesmos.

Desta maneira para melhor visualização espacial da atual distribuição dos 55 programas de pós-graduação em geografia, os dados podem ser verificados no mapa a seguir. Lembrando que apenas três estados (Acre, Amapá e Maranhão) não compõem a lista dos 55 programas.

FIGURA 1 - Distribuição das 55 Pós Graduações em Geografia no País



Org: ALMEIDA. João Paulo L; Org: CESAR. Tamires.R.A.O. 2014

Ao refletir sobre a distribuição espacial dos centros de pesquisas na Geografia brasileira, a pesquisa acaba por utilizar as reflexões de Monk (2011), quando a autora refere-se à distribuição e fortalecimentos dos grupos de pesquisas nas universidades e que as inovações acabam surgindo das chamadas margens e não mais dos centros hegemônicos do conhecimento.

A pesquisa evidencia que devido à interiorização e o surgimento de novos cursos de pós-graduação na geografia, isso permitiu que novas discussões e grupos de pesquisas fossem criados, e assim a inovação realmente acaba por nascer nas

periferias e não mais nos chamados eixos de excelência, que configurados diante de relações de poder que se concentram em torno de tradições epistemológicas, tendem a ser mais resistentes ao desenvolvimento de novas vertentes. (MONK, 2011). Observar-se desta maneira que a descentralização do conhecimento favorece a uma inovação intelectual ao país.

Ainda para corroborar com as reflexões acima, os pensamentos de Suertegaray (2007), deixam claros tais argumentos quando a autora diz que o perfil de muitos dos docentes dos novos cursos criados, revelam a inovação. Para autora, muitos desses 'novos' cursos, têm seus docentes formados nos eixos consolidados como USP, UFRJ, UNESP (Rio Claro) e UNESP (Presidente Prudente), e que o deslocamento para novos núcleos de pesquisas, traz uma motivação para os estudos de diferentes realidades e fenômenos.

Mesmo com a inovação, ainda é possível observar na Geografia, a sua clássica dicotomia, entre a geografia física e humana, o que é refletida nas produções científicas dos pesquisadores. Para Sant'Anna Neto (2012) uma dificuldade encontrada é este separatismo na Geografia contemporânea, de um lado encontra-se os programas de pós-graduação em geografia que focam as discussões relacionadas as análises e dinâmicas territoriais, e de outro lado os programas nomeados de gestão do território. Para o autor, estes são dois pontos que regem grande parte da concentração dos programas existentes.

O autor faz crítica a tais nomenclaturas alegando que no caso da gestão do território, a Geografia produz conhecimento para o mesmo, porém não atua e intervêm no território. Outro apontamento do autor se faz presente nos programas titulados com as palavras chaves: gestão e planejamento ambiental, e dinâmica da natureza. Para Sant'anna Neto (2012) ao analisar os trabalhos produzidos nas áreas dos programas, os trabalhos apresentados são de geografia física, sendo mais especificamente produzidos nos subcampos da geomorfologia, climatologia e pedologia.

As explanações do autor já haviam sido motivos de questionamentos do Grupo de Estudos Territoriais (GETE)⁴¹ ao que se diz respeito, o que a Geografia

⁴¹ Grupo de Estudos Territoriais (GETE): Disponível em: < <http://www.gete.net.br/>>. Acesso em 15 de nov de 2014

Brasileira vem produzindo intelectualmente e quais as discussões mais abordados pelos geógrafos brasileiros.

Assim, em um banco de dados produzido pelo grupo citado e uma breve análise das informações contidas dos 90 periódicos da área da Geografia, classificados pelo Qualis Capes (triênio 2013-2015), consta que dos 13.990 artigos encontrados na Geografia, os primeiros temas de discussões que aparecem com um número maior de artigos foram: Geografia Ambiental com 13,4% das publicações, Geografia Agrária com 9,04%, Geomorfologia com 9% e Climatologia com 6,3%. Levando em conta que grande parte das publicações nos periódicos científicos sustentam-se nas produções da pós-graduação, os dados obtidos no banco de dados mais as discussões de Sant'Anna Neto (2012), o qual apresenta as nomenclaturas dos programas sendo a maior parte deles voltados para a gestão do território, e gestão e planejamento ambiental, fica possível evidenciar que os eixos dos programas de pós-graduação em geografia direcionam as discussões das pesquisas acadêmicas. A pesquisa aponta que mesmo com a participação presente da geografia agrária nas produções intelectuais dos geógrafos (as) brasileiros(as), a maior parte da concentração está voltado para área da geografia física.

Após a apresentação dos temas discutidos pela ANPEGE, é válido elencar os eventos na Geografia que contaram com as discussões de gênero, sendo esta temática base da dissertação em questão. As reflexões de Silva (2009a) apontam que a ausência da temática de gênero nos discursos geográficos, não pode ser justificada pela ausência das mulheres na prática da profissional, pois há uma notória presença feminina no campo científico.

Toda a compreensão da configuração da pós-graduação brasileira, e a pós-graduação na Geografia, teve por intuito embasar as discussões presentes na próxima seção. As relações de gênero são fortemente presentes no universo acadêmico e desta maneira as estruturas universitárias também seguem o mesmo perfil traçado, como poderá ser considerado na seguinte seção.

2.2. Estrutura Docente e Discente na Pós-Graduação da Geografia Brasileira

Desde o início, o conhecimento foi classificado enquanto uma atividade referente ao sexo masculino. Nos argumentos de Leta (2003) a ciência discutida nos

séculos XV, XVI e XVII foi marcada por transformações que possibilitaram a participação de poucas mulheres da aristocracia que eram interlocutoras de seus esposos, irmãos e pais.

Ainda nas reflexões da autora, as mudanças surgem após a segunda metade do século XX, quando há uma necessidade de inovação. Começam os embates com o movimento de liberação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre os gêneros, sendo um dos requisitos o acesso à educação científica e as carreiras que unanimemente eram ocupados por corpos masculinos.

As reflexões de Soares (2001) evidenciam que os papéis de gênero são traçados principalmente por dois fenômenos sociais, o machismo e o marianismo, sendo o ultimo um complemento ao machismo. Para a autora o marianismo seria um comportamento social que acaba por glorificar a maternidade como o principal papel social da mulher, direcionando a mesma a estar disposta a sacrifícios na defesa da integridade da família. A complementação do machismo juntamente com o marianismo, estimula por vez, às divisões dos papéis sociais, ao quais caberão aos homens às funções públicas e financeiras, servindo para as mulheres apenas as atividades privadas.

Os protagonistas centrais da produção do discurso científico foram os homens brancos. Entretanto, depois dos questionamentos e críticas feministas, a admissão feminina nas Academias científicas causou grande repercussão na desestabilização da visão masculina sobre a produção científica. Foi a visão hegemônica masculina e branca que tornou as mulheres e pessoas que não correspondiam aos padrões estabelecidos inviabilizadas na produção do conhecimento científico. Assim, por volta da segunda metade do século XIX as mulheres ingressaram na vida acadêmica.

Levando em conta que a luta feminina vai além da igualdade de gênero, há a necessidade de romper com a 'naturalização' e definição do que cada um dos gêneros deve desempenhar. Segundo Leta (2003 p.271) "A primeira obra mais detalhada sobre a participação e Realização de mulheres na ciência foi *Women in Science*, escrita, em 1913, por H. J. Mozans, um padre católico".

Após longos debates travados pelas lutas feministas em busca pela igualdade de gênero, Leta (2003) argumenta que a mesma contou com reforço de órgãos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação

a Ciência e a Cultura (UNESCO) que desde a década de 1990 vem desenvolvendo estudos e pesquisas que tem por intuito discutir e propor ações que incluam as mulheres nas atividades ligadas a ciência e tecnologia (C&T)

A atuação feminina começou a ganhar visibilidade, e os corredores das universidades antes compostos apenas por homens, começam a 'abrir' caminhos para a presença feminina, no entanto para a autora o problema ainda não havia sido resolvido, pois a desigualdade de gênero ainda era muito presente nas diferentes áreas do saber (RAGO, 1988).

No campo científico, a participação feminina se fez e faz de forma densa e repleta de conflitos. Tais argumentos podem ser comprovados com as reflexões de Lander (2005) quando o autor aponta a ciência enquanto um campo de poder que hierarquiza pessoas distribuindo prestígio e deméritos. Desta forma as discussões de Lander (2005) podem ser corroboradas com os pensamentos de Foucault (1988) quando o mesmo também evidencia a ciência sendo um espaço que produz hegemonias e invisibilidades. As mulheres, em ambas as posições, tanto como produtoras de conhecimento, como alvo de compreensão pelo discurso científico, ocuparam posições inferiores aos dos homens. Não sendo diferente dos outros campos científicos, a ciência geográfica consolidou-se em grupos hegemônicos construindo invisibilidades.

As transformações sociais foram responsáveis não apenas para a abertura de uma participação feminina em sala de aula, mas também da atuação docente. (LOURO, 1997)

O corpo docente das universidades é constituído por homens e mulheres que possuem diferentes papéis sociais que levam a diversas formas de atuação acadêmica. Para Lopes (2003) as conquistas femininas nas universidades brasileiras são recentes, pois há pouco mais de uma década a participação feminina no sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) do país, oscilava por volta dos 30%. A autora ainda argumenta que:

Confirmando e aprofundando aspectos dessa tendência, em uma análise geral da participação das mulheres doutoras nas atividades de pesquisa, os dados indicam, em proporções aproximadas, que entre aqueles que se titularam no país até 1965, para cada 6,3 homens, havia uma mulher titulada; de 1976 a 1980, para cada três homens, uma mulher se doutorava;

de 1986 a 1990 a proporção era uma mulher para 1,8 homens e de 1996 a 2000 chega a quase uma para um.⁴²

Ainda os pensamentos de Lopes (2003) podem ser complementados pelas ideias de Soares (2001) quando a autora expõe que há duas perspectivas distintas para explicar as causas da desproporcionalidade de mulheres em C&T.

Uma delas atribui o problema a diferenças biológicas, cognitivas ou de socialização entre os dois sexos. Os argumentos mais comuns em favor desta hipótese são que mulheres não possuem controle emocional para suportar as pressões frequentes em cargos de comando, que mulheres não tomam decisões objetivas e são socialmente educadas para serem “protegidas” e desta forma não adquirem a “agressividade” necessária para competir. (SOARES, 2001, p. 281)

Nas leituras realizadas, demonstra-se claramente que a falta de interesse das mulheres para a C&T, construí diante de uma cultura dominante a qual define as posições dos gêneros. Essa afirmação pode ser contemplada pelos pensamentos de Soares (2001) e Velho e León (1998) quando as autoras discutem praticamente a mesma problemática. Para Soares (2001) o sexo masculino sente-se na necessidade de direcionar-se para as ciências exatas, sendo esta considerada masculina, entretanto para a autora o sexo feminino também corrobora com tais pensamentos, reafirmando desta forma a superestima dos homens e a subestimação das mulheres para as disciplinas das ciências exatas.

A pesquisa realizada por Velho e León (1998) trazem dados de levantamento de campo em torno de quatro cursos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), as informações apresentadas pelas autoras remetem que as mulheres tem maior participação nas ciências sociais, e o os homens na área de exata. As autoras ainda mostram nas entrevistas realizadas com as docentes destes departamentos evidenciam as divisões dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, destacando diversos fatores a serem considerados, tais como o conflito família x trabalho, a necessidade de afirmação no ambiente de trabalho e algumas vezes a discriminação.

As explanações de Velho e León (1998) exibem que muitas mulheres sejam colocadas em cargos de apoio, ao qual necessitam de organização e detalhamento.

⁴² Informações disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

As leituras remetem aos pensamentos de Fourez (1995), ao qual realmente comprova que a comunidade científica não é um grupo neutro e desinteressado, as produções intelectuais da comunidade acadêmica sempre trará uma influência pelo seu lugar social e de origem.

Destaca-se dessa forma, após as discussões de Velho e León (1998) e Soares (2001), que grande parte dos pesquisadores ainda mantém o que Mignolo (2004) aponta que a objetividade não é absoluta, e sempre será ligada relativamente a uma cultura e estrutura organizada.

Essas estruturas podem ser visualizadas na sociedade em que vivemos, sendo esta participante ativa em ditar o que é ou não atividade masculina e feminina. As leituras e entrevistas de Velho e León (1998) explanam claramente o que as docentes vivem, muitas dizem ter consciências que parte de sua escolha profissional se fez a partir da vontade dos pais, os quais excluía determinadas áreas de atuação profissional, ainda algumas apontam o preconceito vivido em orientação de mestrado ao qual o professor aponta que lugar de mulher é cuidando dos filhos e na casa. Porém a averiguação ressalta que tais atitudes não partem apenas do grupo masculino e as existem mulheres na Academia que também reafirmam o que cada papel de gênero deve desempenhar. Revela-se tal argumentação em algumas das entrevistas realizadas, onde uma das docentes diz preferir orientar homens a mulheres, pois os mesmos foram feitos para a ciência.

Novamente a pesquisa encontra-se nas discussões as quais as mulheres são colocadas enquanto seres sentimentais e os homens racionais. O mesmo que posteriormente Ribeiro (2011) relata, ao qual o sexo feminino é visto enquanto frágil e sensível e o homem o sexo forte e racional.

Na investigação realizada por Pujol *et al.* (2012) as autoras trazem tais observações ao apontarem que a carreira universitária conta com diversos obstáculos, e para as mulheres o maior deles se localiza na necessidade de conciliar trabalho e famílias, as autoras ainda elencam que os homens são vistos enquanto ambiciosos, o que seria um atributo importante no meio acadêmico e as mulheres vistas como cooperativas, representando fragilidade.

El estatus, el prestigio y el reconocimiento social, vinculados tradicionalmente al ejercicio de las profesiones realizadas por los hombres, van ligadas intrínsecamente a cualquier lugar de responsabilidad laboral en el que tendrá que dedicarse mucho tiempo y esfuerzo. Para las autoras,

parecería que la «cultura de las largas horas» y la disponibilidad absoluta hacia el trabajo, así como, la ambición y la competitividad no son «valores intrínsecamente femeninos», sino que las mujeres primarían más las relaciones interpersonales y afectivas, por encima de sus objetivos profesionales.(PUJOL *et al.* 2012, p.335)

Após as explanações apresentadas por Velho e León (1998), Pujol *et al.* (2012) e Ardoy (2005) apresentam que a necessidade de conciliar o trabalho e a família, não refletirá apenas nos novos modelos e formas de conciliações, esta configuração também traz uma concepção diferente das divisões das responsabilidades públicas, domésticas, familiares e a vida particular de cada pessoa.

Mantendo a discussão Pujol *et al.* (2007/2008) as autoras argumentam sobre a conciliação dos papéis de gênero

Una verdadera conciliación entre vida laboral y familiar debería dar por supuesto que las consecuencias de la maternidad y la paternidad, son las mismas para hombres y mujeres. Pero si la conciliación se plantea solamente en términos de facilitar los permisos (que mayoritariamente solicitan las mujeres) y de fomentar el trabajo a tiempo parcial (al que acceden mayoritariamente también las mujeres), se está perpetuando la desigualdad. (PUJOL. *et al.* 2007/2008, p.145)

Diversas mulheres que compõem o corpo docente universitário, acabam por se acostumar com a flexibilidade de horários que o trabalho acadêmico lhe permite. As respostas se fazem presentes principalmente com as mulheres que necessitam conciliar suas duplas/triplas jornadas de trabalho. A reflexão pode ser corroborada com os pensamentos de Pujol *et al.* (2007/2008), quando as autoras expõem em sua pesquisa que grande parte das entrevistadas apontam que a flexibilidade no horário permite a combinação de um trabalho melhor e mais tempo com a família. Pujol *et al.* (2007/2008 p.146) "Muchas mujeres comentan la necesidad de recuperar horas laborales en sus hogares para compensar las "robadas para cubrir necesidades familiares".

Ainda para as autoras essas mulheres que necessitam conciliar trabalho e família, sentem-se culpadas por não estarem dedicadas 100% a nenhum dos dois campos citados. Por vezes segundo Pujol *et al.* (2007/2008), essas mulheres trazem em seu discurso uma ideia de sacrifício, principalmente as que são mães e

necessitam dividir a atenção para os filhos. Desta maneira a sensação de sacrifício e culpa, podem remeter ao que Soares (2001) atribui enquanto o marianismo.

Não utilizando apenas das reflexões das autoras acima, há também a pesquisa de Pinto (2014), realizada com docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no qual o autor visualizou o uso do tempo dos casais docentes desta. Os resultados do autor também corroboram com as observações de Velho e León (1998) ; Ardoy (2005); Pujol *et al.* (2007/2008;2012). O uso do tempo dessas docentes para as atividades pessoais são reduzidas, pois o tempo que as mesmas têm para si, é dedicado para família e o pouco tempo restante, é dedicado para a produção científica. Entretanto, os dados do autor aponta que os homens não visualizam problema nenhum quanto ao uso do seu tempo e do lazer, pois sua exclusividade é para a produção científica.

Evidencia-se, dessa forma, as reflexões de Pujol *et al.* (2007/2008) embasadas nas reflexões de Deem (2003) quando a autora aponta, que a trajetória dos homens e mulheres na Academia, serão traçadas a partir das relações de poder que diretamente, ou indiretamente afetarão as carreiras profissionais, expectativas e discriminações, pois a autora ainda trouxe em suas reflexões que essas mulheres falavam sobre o quanto suas responsabilidades familiares haviam contido suas carreiras.

Todas as discussões apresentadas diante do corpo docente e as relações de gênero presentes no espaço acadêmico, se fez pertinente para compreender a composição feminina e masculina da estrutura acadêmica docente e discente da pós-graduação em Geografia no Brasil.

Diante das reflexões de Silva⁴³ (2009a) em um levantamento de dados realizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES), a autora aponta que há um equilíbrio nas proporções de homens e mulheres em função da docência nos cursos de geografia das instituições de ensino superior.

Os dados de investigação da autora mostram que o número de docentes na área de Geografia correspondia a 47% de mulheres e 53% homens. Estes dados

⁴³ Livro Geografias Subversivas. Ausências e silêncio do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. p. 55 - 91

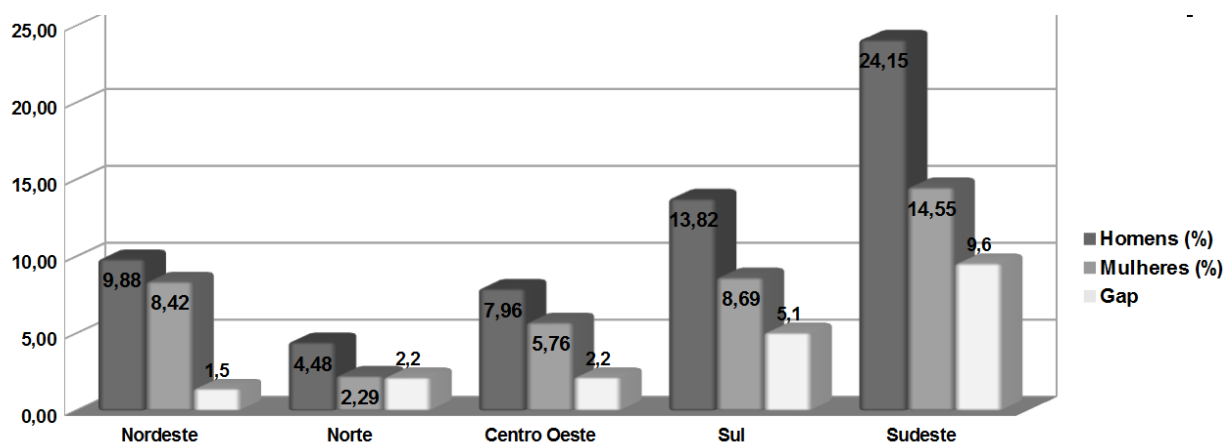
remetem que havia um equilíbrio entre os docentes, porém a diferença destes homens e mulheres era vista quando o assunto relacionava-se sobre postos de poder. Ainda em sua pesquisa Silva (2009a) apresenta que em um levantamento realizado nas universidades federais do Brasil, ocorreu um apontamento de que 33,6% dos cargos de chefias eram liderados por homens e as mulheres cobriam cargos secundários de coordenação do programa de pós-graduação chegando aos 39.5%.

Os dados da dissertação acabam por dialogar com as reflexões expostas por Silva (2009a). Em um levantamento realizado na Plataforma Sucupira⁴⁴ da CAPES, ano base 2013/2014 com o intuito de coletar dados referente à composição do corpo docente distribuído nas 55 universidades brasileiras com pós-graduação em geografia, os dados obtidos apontam que o total de docentes nos programas de pós-graduação em geografia é de 1093 docentes, sendo que 659 (60%) são homens e 434 (40%) mulheres. No gráfico a seguir é possível visualizar essa distribuição do corpo docente por região e a concentração de homens e mulheres. As análises foram feitas a partir do *gap*⁴⁵ apresentado, que refere-se a diferença encontrada entre homens e mulheres.

⁴⁴ Dados Plataforma Sucupira. Disponível em < <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

⁴⁵ *GAP* significa diferença. Para a sociologia *gap* serve para descrever uma lacuna ou disparidade entre elementos de uma classe social mais elevada em relação aos elementos de uma classe social mais desfavorecida. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/gap/>> Acesso em 10 de abril de 2015

GRÁFICO 2- Distribuição do Corpo Docente nos 55 Programas De Pós-Graduação em Geografia



Org. CESAR. Tamires.R.A.O.C. 2014. Fonte: Plataforma Sucupira

As informações do gráfico apresentado, apontam que o corpo docente das pós-graduação na Geografia brasileira é majoritariamente masculino, e desde a pesquisa de Silva (2009a), o mesmo teve um aumento masculino na composição docente. Ressalta-se que a pesquisa realizada pela autora foi embasada nas informações referentes ao nível de graduação na geografia em (2009) e a dissertação traz dados referente ao nível da pós-graduação (2013 - 2014).

Evidencia-se que do universo total (1093 docentes) há na região Sudeste uma concentração majoritariamente masculina do corpo docente, compondo um *gap* de 9,6%, seguida da região Sul com 5,1%. Os *gaps* são semelhantes apenas na região Norte e Centro Oeste ficando em 2,2%. Destaque à região Nordeste, sendo esta a com o menor *gap* apresentado. Interessante distinguir as duas regiões que contém o corpo docente igualitário, pois elas correspondem as áreas dos novos programas de pós-graduação em geografia, no qual ocorreu após a década de 2000 com o intuito da interiorização dos programas de pós-graduação no país. Evidencia que na geografia a interiorização dos cursos de pós-graduação em geografia não possibilita apenas a abertura para a discussão de novas temáticas, mas também o rompimento com o tradicional/antigo, dando oportunidades aos novos docentes recém formados.

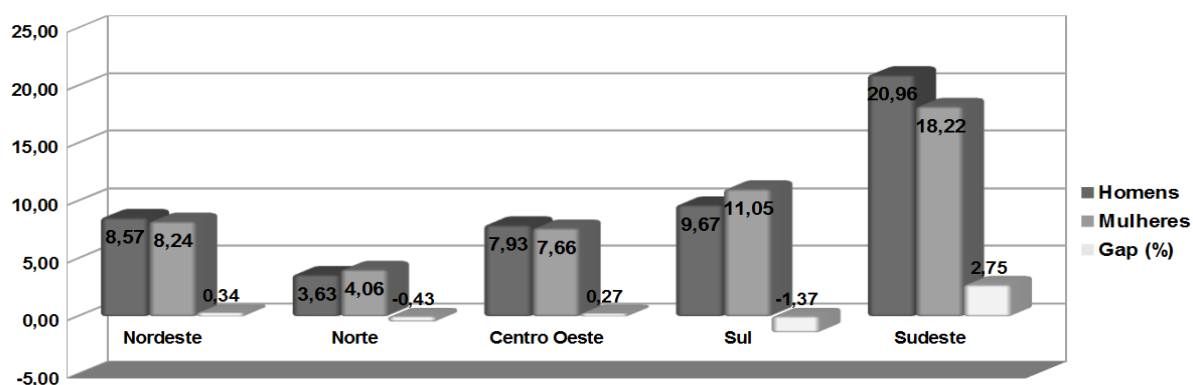
Tais elementos correspondentes à distribuição majoritariamente masculino na região Sudeste do país, podem ser corroborados com as argumentações de Leta

(2003), quando autora observa que a incorporação ao quadro docente da USP (sendo esta considerada uma das universidades mais antigas e conceituadas do país) durante as décadas de 1960 e 1970, teve seu quadro docente bastante desigual. As reflexões da autora podem ser utilizadas de argumentos para compreender que a antiga configuração docente, ainda deixou resquícios.

Deste modo as reflexões do por que as mulheres ainda não alcançaram a equidade no corpo docente, trouxe o questionamento de quantos discentes estão formando-se mestres e doutores na pós-graduação na Geografia brasileira. Caso o número de formandas seja reduzido, logicamente o número de mulheres a integrarem o corpo docente também será menor. Essa informação se faz pertinente a pesquisa, pois o corpo discente, sendo estes mestres ou doutores, serão os próximos professores a entrar no sistema acadêmico, assim, eles serão parte da comunidade científica acadêmica.

Por isto em um levantamento de dados também na Plataforma Sucupira, em busca de discentes matriculados e titulados enquanto mestres e doutores na Geografia brasileira, obteve as seguintes informações, há 3277 discentes em nível de mestrado na pós-graduação na Geografia brasileira, destes 1664 (51%) são homens e 1613 (49%) mulheres. O gráfico a seguir, foi construído com o intuito de melhor compreender e visualizar a distribuição destes docentes nas universidades brasileiras.

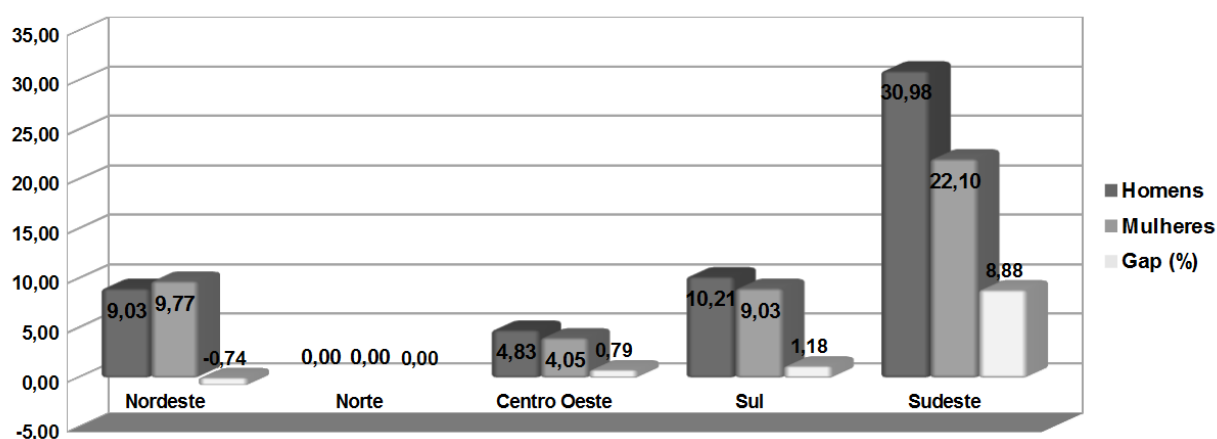
GRÁFICO 3- Percentual de Discentes do Mestrado na Pós-Graduação Brasileira



Org: CESAR. Tamires.R.A.O, 2014. Fonte: Plataforma Sucupira.

Salienta-se que praticamente não há diferenças quanto ao universo feminino e masculino na pós-graduação referente ao nível de mestrado, os *gaps* localizados no gráfico 2, são mínimos, chegando a apontar que nas regiões Norte e Sul se tem a maior concentração de um corpo discente feminino em nível de mestrado. Entretanto a pesquisa não poderia invisibilizar os discentes do nível de doutorado, além do mesmo ser composto por 2027 discentes, sendo 1116 (55%) homens e 911 (45%) mulheres. Com o nível de doutorado é possível à realização de concursos para compor o corpo docente dos programas de pós-graduação. Desta forma a composição desses discentes pode ser visualizada no gráfico 3.

GRÁFICO 4- Percentual de Discentes do Doutorado na Pós-Graduação Brasileira

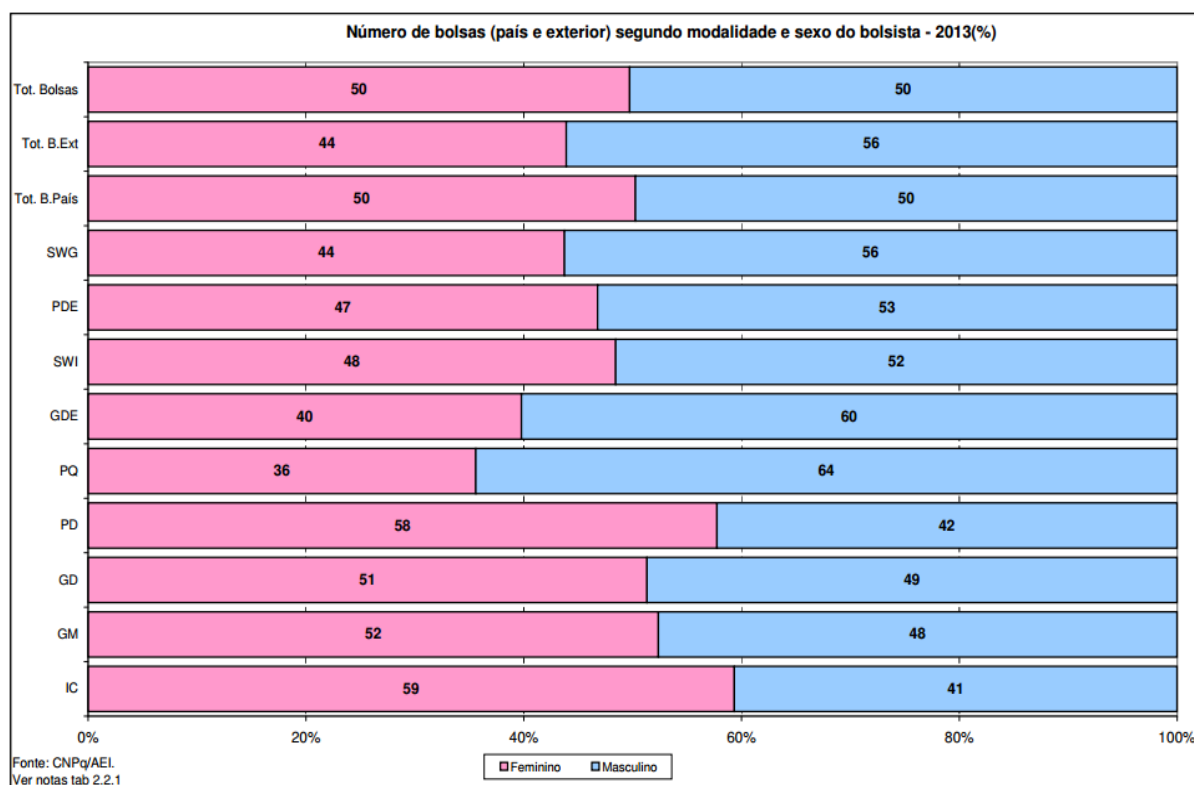


*A região norte está sem nenhum dado, pois até o momento da pesquisa não contava com nenhum programa de pós-graduação com doutorado.

Org: CESAR. Tamires.R.A.O, 2014. Fonte: Plataforma Sucupira.

Importante destacar que a diferença é soma quando o nível de titulação é maior. Apenas na região Nordeste há um número maior de concentração feminina em nível de doutorado, entretanto o *gap* é de apenas -0,74%. O corpo discente feminino não permanece semelhante como o do nível de mestrado. Além dos dados apresentados, os mesmo podem ser comparados com as informações (TABELA 2) construída pelo CNPq, com o total de bolsas distribuídas por níveis de titulação. Destaca que o quadro apresentado pelo CNPq corresponde à todas as áreas de pesquisa e não apenas a Geografia.

QUADRO 2 - Distribuição De Bolsas CNPq em Todas as Áreas



Legenda: **PQ**: Produt. em Pesquisa - **GDE**: Doutorado no Exterior - **PDE**: Pós Doutorado no Exterior- **PD**: Pós Doutorado - **DTE**: Des. Tecn. Empr. - **GD**: Doutorado - **GM**: Mestrado - **SWG**: Doutorado Sanduíche - **IC**: Iniciação Científica

Pelo quadro do CNPq⁴⁶, fica claramente visível que durante a graduação e o mestrado as mulheres mantêm o maior número de recebimento de bolsas. Na graduação as mulheres são 59% do grupo que recebe bolsa e no mestrado ficam com 52%. Entretanto os dados do CNPq apontam que este número cai para as próximas bolsas sendo elas Doutorado no exterior, pós-doutorado no exterior, doutorado sanduíche. Os números só voltam a se aproximando no pós-doutorado, que após as leituras que embasaram a pesquisa (VELHO e LÉON, 2008; PUJOL *et.al* 2007/2008;2012), revela que a idade é um vetor de extrema importância, pois é no pós-doutorado o momento em que essas mulheres já estão estabilizadas no trabalho e na família. Os dados do quadro do CNPq podem ser comparados com as informações da dissertação, onde o número de discentes mulheres em nível de mestrado é semelhante ao número de discentes do sexo masculino. Todavia o

⁴⁶ O quadro em questão corresponde a todas as áreas do conhecimento científico e não apenas à Geografia.

número de participação feminina é reduzido em nível de doutorado, semelhante ao quadro apresentado pelo CNPq.

Os dados trazem questionamentos do por que a Geografia nutre um corpo majoritariamente masculino e por que, após chegar ao nível de titulação de doutor o número de mulheres diminui.

As reflexões de Pujol *et al.* (2007/2008) apontam que antigamente a ciência geográfica era visualizada enquanto uma ciência masculina, pois a mesma era vista apenas enquanto campo de geologia, explorações de novos territórios, uma ciência vinculada a atividades que exigiam faculdades física masculinas. Entretanto, atualmente essa visão não é adequada, pois a Geografia não é apenas uma ciência física.

As conquistas femininas nas universidades brasileiras são recentes, no ano de 2002, cerca de 34 mil mulheres obtiveram as bolsas oferecidas pelo CNPq, este total representa 49, 6% em um universo de 68 mil pesquisadores no país. As mulheres são maioria com 54% das bolsas de Iniciação científica. Em dez anos pode-se dizer que as mulheres começam a avançar na produção do conhecimento científico marcando presença na produção do conhecimento intelectual (LOPES, 2003).

A recente participação feminina no sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil pode ser exemplificada no seguinte momento:

Confirmando e aprofundando aspectos dessa tendência, em uma análise geral da participação das mulheres doutoras nas atividades de pesquisa, os dados indicam, em proporções aproximadas, que entre aqueles que se titularam no país até 1965, para cada 6,3 homens, havia uma mulher titulada; de 1976 a 1980, para cada três homens, uma mulher se doutorava; de 1986 a 1990 a proporção era uma mulher para 1,8 homens e de 1996 a 2000 chega a quase uma para um. (LOPES, 2003,s/p)

A entrada das mulheres nos postos universitários tem criado uma série de tensionamentos sobre vários aspectos, desde as condições de trabalho, até mesmo os pressupostos científicos e a linguagem que permeia a ciência. O campo científico é também um espaço social e como afirma Corrêa (2007), é a sociedade que cria o espaço geográfico. Sendo assim, o campo científico é reflexo e condição das relações sociais de produção. Uma sociedade marcada pelos privilégios de gênero, tem um campo de produção científica que deve manter essa desigualdade.

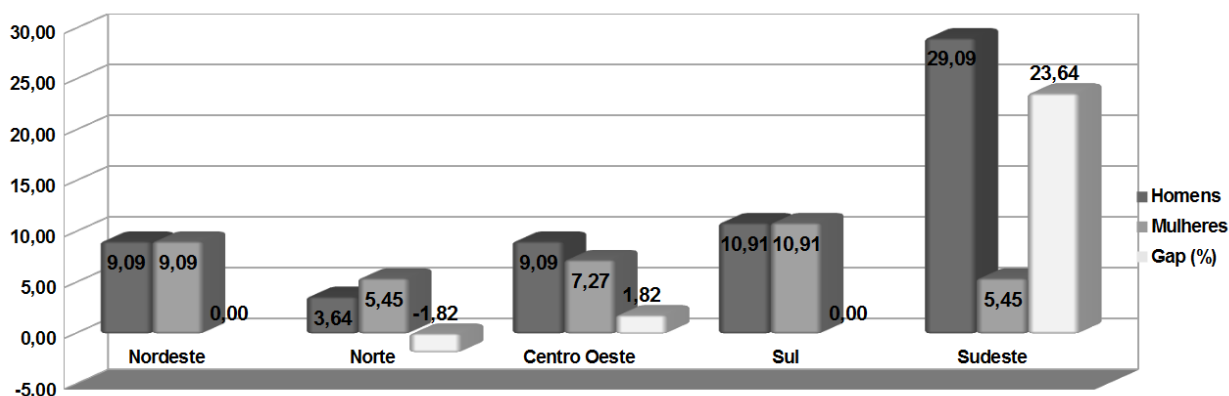
Os dados de qualificação docente evidenciam que as mulheres são ativas e que buscam sua qualificação. Ao mesmo tempo, essa qualificação tem refletido na conquista de postos de trabalho nas universidades, contudo, permanecem ainda condições de trabalho que refletem uma hierarquia de gênero.

Mesmo após a participação feminina enquanto componente de um corpo docente universitário, os dados ainda trazem uma reflexão do por que essas mulheres ainda são a minoria. Para Leta (2003), mesmo com a mudança do quadro e com a participação feminina, é importante ressaltar que as mulheres ainda são minoria no sistema universitário público. As reflexões da autora acontecem em escala nacional, todavia enquadra-se claramente no perfil da geografia.

Assim, visualizando a composição por gênero de docentes e discentes dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil, a dissertação aponta que tais resultados serão refletidos nas estruturas dos programas. Uma organização predominantemente masculina trará uma configuração masculina aos cargos de coordenação.

O número de coordenadores dos cursos de Pós-graduação em Geografia é de 55 docentes, correspondendo aos programas existentes. Sendo 34 (62%) homens e 21 (38%) mulheres, os dados a seguir ressaltam a distribuição dos cargos de chefia desses programas e como os mesmos estão organizados.

GRÁFICO 5- Distribuição dos Cargos de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Em Geografia



Org: CESAR. Tamires.R.A.O.2014. Fonte: Plataforma Sucupira.

Os dados acabam por surpreender, de todo o universo pesquisado (55 cargos de coordenadores dos programas de pós-graduação em geografia), duas regiões tem os cargos igualitários (Nordeste e Sul). Na região Norte os programas são chefiados predominantemente por mulheres, como visualizado no gráfico acima, entretanto na região Centro-Oeste e Sudeste o número de homens nos cargos de chefia são maiores. O número de maior destaque está na região sudeste, sendo esta responsável pelo maior *gap* de diferença, apontando 23,64%, o que evidencia que a região que contém os cursos mais antigos devido a sua criação, também é a que concentra um maior número de homens tanto no corpo docente, quanto na chefia dos programas. Nas pesquisas de Silva (2009a) a autora já aponta que as diferenças são maiores quando o assunto relaciona-se as relações de poder, apontando pontos centrais e marginais. Os dados coletados para a dissertação confirmam os pensamentos da autora.

A presença feminina se iguala ou é maior apenas em áreas que estão localizadas os novos cursos de pós-graduação em geografia, ao que remete que esses novos programas considerados periferias, apresentam espaços abertos não apenas para novas temáticas, mas também para o fortalecimento da participação feminina em cargos vistos apenas para homens. As regiões que concentram-se o maior número de docentes masculinos, e também coordenadores de programas, correspondem as universidades mais antigas do país, consideradas tradicionais.

A visualização dos gráficos remete as explicações de Leta (2003) quando a autora diz que seria razoável prever que nos próximos anos as frações de pesquisadores homens e mulheres se aproximariam. Entretanto com os dados da presente pesquisa, evidenciam que apesar do número de docentes homens e mulheres, tenham se igualado em alguns pontos, ainda há um grupo majoritariamente masculino na docência dos programas de pós-graduação em geografia. O número ainda torna-se maior quando o assunto remete aos cargos de chefias desses programas.

Pensar na estrutura universitária brasileira abrange um grande rol de atividades, além das publicações, da docência, da coordenação dos programas, há também a participação em corpo editorial das revistas que fazem parte da ciência a qual esses docentes representam.

Para isto, foi realizado um levantamento de dados no corpo editorial das 90 revistas brasileiras classificados pelo Qualis-Capes no triênio 2013-2015, sendo excluído apenas o estrato C, pois o mesmo não foi avaliado pelos coordenadores da Capes-Geografia. Os periódicos citados tiveram seu conselho editorial analisados, visando compreender a distribuição de homens e mulheres neste espaço científico.

Os periódicos estão distribuídos por estratos como podem ser visualizado na TABELA 2

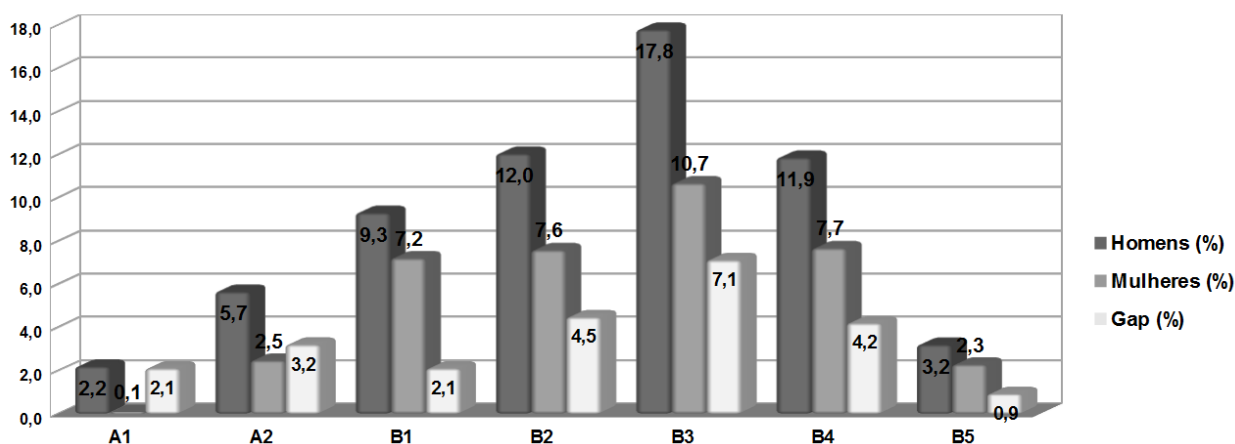
TABELA 2 - Distribuição de Periódicos *On-Line* da Geografia por Estratos

Estratos	Total de Periódicos por Estratos	% Por Estrato
A1	3	3%
A2	10	11%
B1	17	19%
B2	18	20%
B3	18	20%
B4	17	19%
B5	7	8%

Org: CESAR. Tamires.R.A.O.2014. Fonte: Banco de Dados GETE - 90 Periódicos *on-line* da Geografia

A dissertação evidencia que uma composição que tenha estruturas ideológicas enraizadas, produzirá como aponta Demo (1989), um espaço com discurso de autoridade. Isso pode ser visualizado mais adiante no gráfico 5. O mesmo está em organizado de maneira que seja possível um comparativo entre o conselho editorial e conselho científico.

GRÁFICO 6- Conselho Editorial dos 90 Periódicos *On-Line* da Geografia Brasileira



Org: CESAR. Tamires.R.A.O. 2014. Fonte: 90 Periódicos *on-line* da Geografia

Os 90 conselhos editoriais investigados possuem uma hegemonia masculina, mesmo sendo compostos por um número considerável de mulheres para às avaliações dos artigos científicos produzidos na área da ciência geográfica. Mesmo que o campo da Geografia brasileira conte com uma ativa participação feminina como aponta Silva (2009a), as mulheres ainda não alcançaram o prestígio masculino nas publicações de artigos e nos cargos de poder. A afirmativa da autora pode ser observada nitidamente no Estrato A1, sendo este o melhor estrato da Qualis Capes, que a participação feminina é praticamente nula. Salienta-se o *gap* de 7,1% encontrado no estrato B3, sendo este composto preponderantemente por homens. Mesmo com a presença feminina nos conselhos editoriais dos periódicos *on-line* da Geografia brasileira, infelizmente em todos os estratos as mulheres ainda são minoria.

A dissertação aponta que não há uma ciência neutra e desinteressada, da mesma forma que os cargos de poder estão organizados, direta ou indiretamente os postos de chefia acabam por suplantam um empoderamento e estruturação dos comitês científicos, a ciência pode ser vista como um 'jogo' de poder e interesses. Uma estrutura docente que envolva várias estâncias, como docência, cargos de chefia, coordenações de periódicos entre outras atividades, será refletida na produção intelectual do conhecimento científico geográfico.

Um conjunto majoritariamente masculino e hierárquico poderá alterar o que Demo (1989) explana enquanto critérios internos e externos para a ciência. O critério interno seria baseado em coerência, consistência, originalidade e objetivação. Já o critério externo teria como fundamentação a intersubjetividade, um discurso de autoridade. Assim esses critérios podem ser comparados e até mesmo visualizados no corpo docente dos 55 programas de pós-graduação em geografia e nos 90 corpos editoriais pesquisado para a dissertação.

Assim, a ciência geográfica se constrói enquanto uma ciência realizada a partir de sujeitos hegemônicos, mantendo o que chama Mignolo (2004) uma racionalidade científica ocidental adotada de uma postura de totalitarismo epistêmico. Assim após a compreensão da atual estrutura acadêmica, a próxima seção apresentará qual o reflexo dessa estrutura nas produções científicas geográficas a partir dos periódicos *on-line*.

CAPÍTULO 3 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA, GÊNERO E A POSIÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

O terceiro capítulo destina-se a explicitar a relação entre a produção científica geográfica brasileira e o gênero. Compreende-se que homens e mulheres possuem diferentes papéis sociais a serem desempenhados em cada sociedade. No capítulo anterior foi evidenciado como a qualificação dos sujeitos que produzem majoritariamente a pesquisa geográfica brasileira e como a pós-graduação estão estruturados no Brasil. Os dados do capítulo anterior apontam que no Brasil a hegemonia da pós-graduação em geografia é masculina, principalmente em níveis de doutorado e pós-doutorado. O corpo docente investigado é predominantemente masculino, assim como, os conselhos editoriais dos 90 periódicos *on-line*, analisados. Tal configuração remete que a estrutura à qual a pós-graduação em Geografia encontra-se, refletirá nas publicações dos artigos científicos. Após os questionamentos apresentados discussões apresentadas anteriormente, a primeira seção deste capítulo traz uma reflexão diante das relações de gênero e como essas afetam a vida cotidiana dos docentes. Na última seção, a discussão refere-se a produção científica geográfica brasileira e seus embates para a circulação de novas ideias, a seção apresenta como as novas temáticas enfrentam forte oposição para construir e publicarem suas pesquisas, como no caso das temáticas de gênero e sexualidades.

3.1. A Posição Feminina na Produção Científica Geográfica Brasileira

Nas últimas décadas as atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação vêm sendo fortalecida no Brasil. Como visto em Mugnaini *et al.* (2004), o governo federal, estadual e a comunidade científica nacional dispõem de instrumentos que possibilitam as definições para as diretrizes, com um grande investimento e liberação de recursos na área de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Desta forma a produtividade e qualidade da produção científica tem sido alvo de avaliação pelo governo brasileiro por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES⁴⁷) que

⁴⁷ História da CAPES. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>> Acesso em 12 de dez de 2014.

estabelece metas que influenciam na carreira acadêmica das universidades brasileiras.

Um dos elementos mais importantes do processo de avaliação é a produção de artigos científicos em revistas que possuem determinada posição no *ranking* de qualidade de periódicos científicos estabelecido pela CAPES, chamado Sistema *Qualis*. Este órgão foi criado pelo Governo Federal em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741. Na época, seu objetivo era de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país (CAPES, 1951). O órgão estava fortemente vinculado às demandas de modernização do país presentes nesse período que impulsionavam o processo de industrialização e o aumento do desenvolvimento de tecnologias. Entretanto, desde sua criação em 1951, até 1961 o órgão funcionava de forma autônoma, ainda pouco subordinado às diretrizes de governo.

No ano de 1961 a CAPES foi ligada diretamente à Presidência da República, e em 1964 passou a ser um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Assim, pode-se dizer que após meados dos anos 60 a CAPES passou a ser parte da viabilização dos projetos governamentais para a implementação dos planos de metas de desenvolvimento traçadas pelo Governo Federal. Nesse processo, a CAPES passou a ter atribuições e orçamento suficientes para promover uma política de ensino superior, ciência e tecnologia. Podendo intervir diretamente na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras e implantar uma política nacional de pós-graduação do país.

Em 1970 houve uma intensa reestruturação, e em 1974 o órgão foi alterado pelo Decreto 74.299 consolidou seu estatuto de elaborador da política nacional de pós-graduação do país, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação. No ano de 1981, pelo Decreto nº 86.791, além de ser reconhecida pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, passou a ser reconhecida pela Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia,

cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

Embora em 1990 a CAPES tenha sido extinta pela medida provisória 150, de março de 1990, os protestos sociais exigiram sua recriação em 12 de abril de 1990, pela Lei nº 8.028. Em 09 de janeiro de 1992 a Lei nº 8.405, autoriza a instituição da CAPES como Fundação Pública. Em 11 de julho a Lei n. 11.502/2007, criou novas atribuições que, além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. A CAPES, tradicionalmente foi dirigida por homens, entretanto é interessante destacar que de 21 gestões deste órgão, apenas 5 delas tiveram mulheres como dirigentes. Ainda assim, 3 destas gestões femininas foram executadas por apenas uma mulher, Eunice Ribeiro Durham.⁴⁸

No caso dessa pesquisa, o foco está centrado na educação superior e na pós-graduação do país que tem a CAPES como órgão fundamental de desenvolvimento das políticas de ensino e desenvolvimento científico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC) tem as seguintes linhas de ação: 1- avaliação da pós-graduação stricto sensu; 2- acesso e divulgação da produção científica; 3- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; 4- promoção da cooperação científica internacional; 5- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A partir dessas linhas de ação são estruturados vários projetos que viabilizem os objetivos traçados pela política nacional. Para esse trabalho, destacam-se as linhas de atuação 1, 2 e 3 que estão diretamente relacionadas a ideia de produção e circulação científica e seu papel da igualdade de gênero.

O sistema de avaliação dos cursos superiores de pós-graduação e as ações de fomento como apoios financeiros e bolsas de estudo, impactam a vida de

⁴⁸ Eunice Ribeiro Durham é professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<. <http://nupps.usp.br/index.php/eunice-ribeiro-durham>>. Acesso em 12 de dez de 2014

Cruz (2012) argumenta que este processo de avaliação da qualidade que é medida pela produção de artigos científicos produzidos pelo pessoal docente tem gerado uma pressão sobre a atividade laboral de pessoas envolvidas na pesquisa, tendo como foco o aumento da produtividade docente.

FIGURA 2 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação com Nota 7 Segundo a CAPES



Comprova-se que os cursos com as melhores notas localizam-se na região sudeste, logo a região de maior concentração econômica do país. As reflexões realizadas por Cruz (2012), juntamente com a visualização da Figura 1, podem ser associadas com os dados da presente dissertação, ao que diz respeito a interiorização da pós-graduação em geografia no país, que mantém sua maior concentração na região destacada.

Os dados da dissertação apresentaram um número expressivo de pós-graduação em geografia na região sudeste, sendo essa responsável por 35% dos programas existentes no país, tal concentração reflete diretamente no número de publicações científicas e nos periódicos *on-line* existentes. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos 90 periódicos *on-line* mantidos por entidades geográficas.

TABELA 3 - Distribuição dos 90 Periódicos *On-Line*

Região	Concentração dos Periódicos <i>On-line</i>	%
Norte	4	4,4
Centro-Oeste	12	13,3
Nordeste	13	14,4
Sul	20	22,2
Sudeste	41	45,6
Total	90	

Org: CESAR. Tamires.R.A.O. 2014. Fonte: Qualis Capes, 2014

As informações destacadas podem ser fortalecidas pelas reflexões de Mugnaini *et al.* (2004) que afirma que o maior número de publicações científicas concentram-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, porém o autor ressalta que os outros estados estão começando a ter um significativo papel na produção intelectual brasileira.

Existe uma necessidade de avaliação nas universidades brasileiras, entretanto, esse processo avaliativo acarretou em dificuldade para avaliar a qualidade das produções científicas publicadas, favorecendo os obstáculos existentes que acabam por contribuir com o uso de estratégias quantitativas,

gerando grandes insatisfações entre a comunidade de pesquisadores (RAGGIO LUIZ, 2006). Ainda para o autor, essa tendência pela quantificação como meio de avaliar a qualidade acadêmica, por um lado favoreceu a viabilidade operacional, contudo por outro lado, camuflou as limitações encontradas.

As informações de Mancebo (2010) dialogam com as reflexões de Raggio Luiz (2006). Para o autor, grande parte das ações avaliativas apresentadas pela CAPES junto aos programas de pós-graduação e na produção do conhecimento científico, apresenta uma lógica produtivista, pragmática e utilitarista. Ainda para o autor, esta ao invés de avaliar os programas, suas dificuldades, potencialidades e relevância para o meio científico, e até mesmo para região que se localiza, direciona os resultados avaliativos para uma planilha de indicadores de cada professor credenciado na pós-graduação exigindo e limitando a produção para periódicos ditos mais qualificados.

No meio acadêmico não há um consenso e tampouco unanimidade diante da necessidade da avaliação da pesquisa como processo contínuo. Os critérios únicos e unitários para avaliar programas e produções são distintos e geram controvérsias. Existe no meio científico docentes que questionam os critérios atuais alegando que esses deveriam ser mais flexíveis, entretanto há também os que anseiam o contrário, e afirmam que os critérios deveriam ser mais rigorosos. Há também quem sempre pretenda que os atuais critérios sejam mais flexíveis, mas há também os que desejam justamente o contrário, que os critérios sejam ainda mais rigorosos.

O vigente sistema de avaliação da Capes, merece atenção, pois, sem o compromisso, apoio e a ratificação dos docentes envolvidos no processo de avaliação, todo critério se apresenta frágil e insuficiente para medir a evolução da qualidade da produção científica. Os docentes desejam e sustentam, a cada avaliação, o seu aprimoramento constante. Muitos consideram que há uma excessiva quantidade de dados coletados pelo sistema de avaliação da Capes, em detrimento de se aprimorar e definir alguns indicadores que permitam uma avaliação mais qualitativa dos programas e cursos.” (SAORIM e GARCIA, 2010, p. 60)

Os sistemas avaliativos para os docentes e programas de pós-graduação no Brasil, também são avaliados em outra estância, sendo essa o sistema Qualis CAPES, o qual consiste em uma série de procedimentos, estratificando a produção do conhecimento intelectual dos programa de pós-graduação.

As explanações de Bastos (2010) confirmam que o sistema avaliativo da qualidade dessa produção científica é realizada de forma indireta, sendo que as produções intelectuais existentes, são avaliadas a partir das análises realizadas nos meios de divulgação, ou seja, periódicos científicos. As avaliações são atualizadas a cada triênio, definindo oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo este último de caráter nulo.

Os critérios para classificar os periódicos disponíveis baseiam-se em determinados princípios: o fator de impacto desse período para a comunidade científica; O número de periódicos A1, que é o estrato superior da escala, deve ser inferior ao de A2; A soma de A1+A2 deve corresponder a, no máximo, 26% dos periódicos em que a área publicou artigos no triênio anterior; e A1+A2+B1 não pode ultrapassar 50% de todos os periódicos do triênio anterior.

Com a competitividade entre as universidades e cursos, os docentes sentem uma pressão cada vez maior, pois a produção do conhecimento intelectual deve ser realizado em menos tempo e em maior quantidade. Somente com o aumento da produção científica as universidades e seus cursos são melhores pontuados também, havendo imensa inter-relação entre produção científica e qualificação de universidades.

Devido às pressões existentes para que haja um grande produtivismo acadêmico em que os docentes cumpram as metas de produtividade exigida, tais requisições acabam por impactar a saúde física e mental desses profissionais. Em uma matéria realizada pelo Jornal InformANDES ⁴⁹ onde o mesmo apresentou uma discussão do adoecimento dos docentes devido a grande necessidade das publicações, a matéria traz uma clara evidência que dentre os mais afetados, sendo estes docentes que necessitam de remédios prescritos, 57, 5% são mulheres e 42,9% são homens.

As exigências de produção científica provocam consequências distintas entre homens e mulheres, visto que o gênero é componente importante da prática científica. Os distintos papéis sociais de gênero atribuídos aos pesquisadores encontram-se relacionados em âmbito acadêmico, sendo que a visão masculina é

⁴⁹ Jornal InformANDES, é um jornal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior. O jornal realizou uma matéria intitulada 'Produtivismo acadêmico provoca adoecimento docente' em julho de 2011, p.8 a 10.

predominante acarretando desvantagens as mulheres que estão envolvidas no meio científico.

A produção científica é desenvolvida por pessoas que vivem diversas espacialidades, e desta maneira seus trabalhos desempenhados estarão vinculados as condições sociais, econômicas e culturais as quais pertencem. Destaca-se que a produção intelectual realizada, trará direta ou indiretamente traços das espacialidades vividas, e assim as relações de gênero serão um forte componente na produção científica.

O gênero é uma categoria de fundamental importância para a reflexão em torno da produção docente. Ainda para a autora, homens e mulheres não vivem exclusivamente para o trabalho, embora ele se aproprie de ampla parte de sua vida cotidiana (GARCIA RAMON, 2011).

As reflexões de Garcia Ramon (2011) dialogam com os pensamentos de Raggio Luiz (2012), para a primeira autora há um conflito entre a conciliação de trabalho e vida pessoal, principalmente ao considerar os papéis de gênero, logo para o segundo autor o processo avaliativo criado pelo Qualis Capes ocasionou em dificuldades para avaliar a qualidade das produções científicas publicadas.

Com as exigências de aumento de produtividade docente, grande parte da carga de trabalho tem sido desempenhada suprime as horas de convivência em casa. Esse fator impacta de forma diferente pesquisadores do sexo masculino e feminino, pois se sabe que as mulheres ainda são responsáveis por grande parte das tarefas domésticas (GARCIA RAMON, 2011).

Neste contexto, o componente de gênero na investigação geográfica se faz pertinente para compreender o fazer científico e como ele possibilita envolver a organização social e territorial, abrangendo diferenças significativas entre mulheres e homens. Para André (1990, p.4) as relações entre ambos “são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendido apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade”.

Embora a participação feminina na produção do conhecimento intelectual seja cada vez mais reconhecida e destacada pelo aumento da produtividade acadêmica, os indicadores e pesquisas ressaltam a existência de dificuldade e preconceitos, como pode ser visto pelo trecho que segue:

As afirmações do reitor da Universidade de Harvard, Lawrence Summers (2005), sobre a incapacidade das mulheres serem boas pesquisadoras e que as diferenças biológicas explicariam o reduzido sucesso de mulheres nas ciências corrobora a existência de preconceitos que acarretam dificuldades nesta carreira. O que faz com que o número de mulheres ainda hoje seja consideravelmente menor do que o de homens na ciência, em várias áreas do conhecimento? O que ainda impediria as mulheres de participarem dos centros e núcleos de decisão, dos escalões superiores na ciência e na tecnologia?. (COSTA, 2006, p. 455)

As dificuldades de visibilidade encontradas pelas mulheres também podem ser comprovadas através das reflexões de Blay e Conceição (1991) embasadas nas discussões de Silva *et al.* (1987). Seus argumentos apontam que as universidades são fatores que influenciam na elaboração da imagem de gênero. As autoras recordam que as teorias defendidas pelos médicos americanos do século XIX, que afirmavam que o cérebro feminino não deveria ser estimulado dos 12 aos 20 anos de idade, pois poderiam prejudicar a formação do aparelho genital reprodutor feminino. Desta maneira, Blay e Conceição (1991, p. 51) concluíram que há uma cumplicidade entre ciência e opressão, que traz aos dias atuais as teorias científicas que condicionam o gênero. Assim, o meio científico manteve suas raízes históricas, em um contexto que se estrutura em uma ciência hegemônica.

As reflexões apresentadas pelas autoras remete ao que Lander (2005) apresenta como uma centralidade do saber, o qual construiu uma ciência heteronormativa, branca e masculina, os argumentos do autor ainda discorrem com o raciocínio de Demo (1989) onde o autor traz que não há uma neutralidade na história, não há atores sociais que sejam neutros. Seria possível controlar a ideologia, mas não extingui-la.

A ausência da presença feminina na ciência pode ser constatada pela predominância de uma ideologia que sustenta a objetividade, a neutralidade, racionalidade da ciência e a existência de poucas mulheres que se 'expõe' para dissertar sobre a relação de gênero e ciência (LOPES, 2005).

Desta maneira, tais reflexões remetem ao que Corrêa (2007) aponta enquanto o *espaço* sendo *reflexo e condicionante da sociedade* que nele vive. Os pensamentos apresentados pelo autor podem ser comparados com as explanações de Massey (2008), onde a autora defende o espaço enquanto um feixe de relações em permanente processo de transformação e uma esfera de possibilidades. Sendo assim, visualiza-se a universidade enquanto um espaço que se enquadra nas

reflexões apresentadas, possibilitando a compreensão da lógica dos papéis de gênero presentes na Academia geográfica brasileira. Analise-se desta forma que:

a manutenção do caráter androcêntrico da geografia brasileira só pode ser compreendida quando se consideram as articulações entre a ocupação das posições de mando na organização acadêmica e sua correspondente estrutura discursiva. Tal estrutura é analisada pelo resgate histórico da construção do saber científico geográfico brasileiro e do poder contido em seus enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, a exemplo das desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica (SILVA, 2009b, p. 73).

Segundo Blay e Conceição (1991) se na sociedade a questão das relações sociais de gênero é uma nova controversa, conseqüentemente o mesmo acontecerá nas universidades. Para as autoras, entre os docentes são expressas condutas ideológicas em relação ao posicionamento social da mulher e do homem em seus papéis sociais. Assim, invariavelmente isso influenciará a ciência que os pesquisadores realizam. As reflexões das autoras ainda continuam quando as mesmas afirmam que:

Aqueles que não estão alertas para as discriminações de gênero não incluem a temática em seu trabalho, mesmo que ministrem disciplinas fundamentais para a compreensão da questão. Em nome de uma ciência 'positiva' da objetividade, são afastados temas de conotação ética, religiosa, controversos, mas nem por isso ausentes das práticas sociais. (BLAYe CONCEIÇÃO, 1991, p. 55)

Tendo por foco a ciência geográfica, as reflexões de Borzacchiello da Silva (2011), apontam que os avanços para a ciência em questão começa a destacar-se com a consolidação nos departamentos de Geografia, e com a instalação da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) em 1934 e a fundação do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) em 1937. Para o autor, esses foram um dos pilares para a Geografia científica no país que acompanhou os avanços no meio técnico científico que possibilitaram a ampliação das pesquisas.

A Geografia brasileira, apesar do seu avanço no sentido de tornar importante a concepção entre a relação entre o 'ser que age' e o espaço, ainda conta com uma estrutura curricular, sujeitos, agentes e atores genéricos ou universais. O espaço, principalmente no núcleo das disciplinas em caráter regional, se faz em meios de processos humanos indiferenciados quando relacionados à classe, raça, etnia, gênero, identidade sexual (SILVA *et al.* 2009).

As reflexões de Silva *et al.* (2009) comprovam que a perspectiva de gênero na Geografia brasileira, tem um significado de rompimento com as generalizações e assim partem para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, exigindo novos caminhos metodológicos.

Com os avanços destacados, a ciência geográfica brasileira mesmo que contando com uma ativa presença feminina na produção do conhecimento do saber científico, aponta que a Geografia ainda encontra-se estruturada em um ambiente de centralidade masculina.

Há dois eixos fundamentais nessa produção do conhecimento científico. O primeiro eixo localizado refere-se a presença feminina nas estruturas organizacionais centradas na área da Geografia, o segundo diz respeito a produção científica brasileira que observa o perfil feminino de elaboração intelectual, quanto aos temas relacionados às relações de gênero ou mulheres. O contexto histórico do qual a ciência geográfica estruturou-se, atualmente continua mantendo relações hegemônicas, fixando as divisões dos papéis de gênero nas Academias (SILVA *et al.* 2009).

Para Silva (2009a) embasada nas discussões de Mc Dowell (1999), essa relação está ligada ao espaço e com a definição do que é 'natural' e do que é 'cultural', então é relacionada às regulamentações que influenciam quem está ocupando determinado espaço e sendo excluído por ele. Isso será refletido na estruturação do pensamento geográfico e em sua produção científica.

As reflexões apresentadas também são discutidas por Foucault (1988) que evidencia a ciência enquanto um campo de poder em que se constroem hegemonias e também invisibilidades. Não sendo diferente dos outros campos científicos, a ciência geográfica consolidou-se em grupos hegemônicos construindo invisibilidades.

Para Silva (2009a) a ideia do gênero na Geografia como uma presença limitada das relações entre espaço e pessoas, se constitui além das diferenças sexuais, há também a presença dos códigos culturais, que são experienciados de formas complementares e contraditórias pela raça e classes, além da sexualidade. Desta forma a autora argumenta que a perspectiva de gênero na Geografia é uma tarefa complexa, pois a perspectiva de haver uma diferença sexual deve ser negada. As reflexões da autora remetem aos estudos de Butler (1990), que

apresenta o gênero servindo como a ostentação ou até mesmo uma matriz para a inteligibilidade cultural.

A produção científica geográfica brasileira é marcada por seus elementos estruturais que estão inseridos nas práticas cotidianas dos sistemas legais e institucionais. Como visto em Silva *et al.* (2009) a ciência geográfica tem presente em seus currículos conteúdos direcionados a formação de profissionais seguindo um certo padrão de concepção geográfica. Tal concepção acaba gerando uma inibição aos pesquisadores que ousam e desafiam as fronteiras fixadas no campo científico.

Esta formação direcionada ao profissional inserido na ciência Geografia 'indiretamente' levará a produção do conhecimento científico tendenciado à padronização da concepção geográfica, fortalecendo a invisibilidade de novos temas.

As publicações acadêmicas lançadas nos periódicos científicos é o que traz visibilidade da produção geográfica. Entretanto as publicações são controladas por pessoas que pertencem a determinadas redes de relacionamentos. No caso da Geografia brasileira a consagração do discurso científico brasileiro está centrada na concepção masculina, operacionalizada por homens que estão em postos hierárquicos mais importantes do que os das mulheres. (SILVA *et al.* 2009)

Os argumentos dos autores podem ser corroborados com os dados apresentados na dissertação diante dos 90 periódicos *on-line*, que apresentou que dos conselhos editoriais investigados, nenhum conta com forte presença feminina para as avaliações dos artigos científicos produzidos na área da ciência geográfica. No estrato A1, sendo este o melhor estrato da Qualis Capes, a participação feminina é praticamente nula. Salienta-se o *gap* de 7,1% encontrado no estrato B3, sendo este composto preponderantemente por homens. Mesmo com a presença feminina nos conselhos editoriais dos periódicos *on-line* da Geografia brasileira, infelizmente em todos os estratos as mulheres ainda são minoria.

Evidencia-se desta forma, que o discurso geográfico brasileiro é predominantemente masculino, as mulheres ao produzirem os conceitos já consagrados na Geografia, acabam por construir a invisibilidade de temas e abordagens de gênero na sua prática diária, sem questionar os pressupostos teórico

e metodológicos que fazem das mulheres (pesquisadoras ou não) pouco importante na ciência geográfica.

3.2. A Produção Científica em Forma de Artigos em Periódicos da Área de Geografia Gênero e Sexualidades

A prática científica incentivada no Brasil tem levado à uma intensificação de um processo de hierarquização acadêmica em que as mulheres têm acumulado desvantagens. Como visto, os papéis de gênero são de fundamental importância para a compreensão na distribuição das oportunidades acadêmicas.

Segundo Silva *et al.* (2009) mesmo com a crescente importância do papel feminino nos fenômenos sociais, a Geografia brasileira ainda continua negligenciando a perspectiva de gênero quanto a potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade socioespacial.

Com as políticas governamentais direcionadas a expansão e ampliação do ensino superior brasileiro surgiram à necessidade de demandas avaliativas e de gestão para os programas de graduação e pós-graduação. Com um número crescente de novos programas de pós-graduação no país, consequentemente elevou-se o número de periódicos e publicações científicas devido às facilidades e disponibilidades ao acesso livre *on-line* de artigos científicos (SCIELO, 2014).

A Geografia estando incorporada ao processo de expansão apontado, atualmente computa 55 programas de pós-graduação e 102 periódicos *on-line*, entretanto, destes periódicos apenas 90 estão disponíveis para acesso.

Os meios de produtividade e qualidade da produção científica estão sendo alvos de avaliação pelo governo brasileiro por meio da CAPES que estabelece metas que influenciam a carreira acadêmica nas universidades brasileiras. Um dos elementos mais importantes para este processo avaliativo é a produção de artigos científicos em revistas que possuem determinada posição no *ranking* de qualidade de periódicos científicos estabelecido pela CAPES.

As revistas com melhor classificação são as mais procuradas pelos pesquisadores que necessitam, a cada ano que passa corresponder à lógica de produtividade científica implementada no Brasil desde os anos 1990. Elas também

acabam constituindo-se em modelos científicos e hierarquizam temas que são considerados mais ou menos importantes na análise geográfica.

Os periódicos científicos são percebidos, portanto, como os veículos essenciais da comunicação acadêmica. Isso justifica a centralidade que se lhes concede na construção de modelos de indicadores de avaliação de desempenho científico. A relevância concedida às publicações científicas, nas análises de desempenho é evidente no Brasil, dado o interesse local de participação nos processos internacionais dos sistemas de indicadores de Ciência e Tecnologia – C & T. (LOPES ; PISCITELLI, 2004. p,116)

Segundo Lopes *et al.* (2004) a produção sobre publicações científicas tende em direcionar que um artigo publicado em uma revista indexada de prestígio nacional ou internacional declara reconhecimento aos autores legitimando as suas atividades acadêmicas, sustentando uma comunicação no sistema social da ciência. Ainda para as autoras a publicação de um artigo científico transforma a ciência sancionada em 'verdade científica'.

Em Silva (2011), embasada nas reflexões de Capel (1999), as comunidades científicas se organizam em comunidades especializadas, onde o surgimento de novas revistas especializadas no novo campo científico, com os intercâmbios de informações e a comunidade de leituras, constroem uma comunidade de pensamento entre o núcleo inicial, que poderá ser constituído por um grupo de pessoas relativamente limitado.

O modelo que regula a produtividade científica brasileira além de não ser homogêneo para o universo científico composto por homens e mulheres, acaba por hierarquizar as publicações científicas.

Nas reflexões de Silva *et al.* (2010) tanto o 'visível' quanto o 'invisível' compõem a mesma realidade espacial que é paradoxal e complementar, fazendo com que os pesquisadores construam e partilhem as visibilidades e invisibilidades. Ainda para os autores embasados nas reflexões de Rose (1997) explanam que o que é produzido enquanto conhecimento geográfico, o produto das pesquisas dos geógrafos (as), passa a fazer parte de uma realidade estudada, assim como a realidade do conhecimento científico.

Para comprovar as argumentações levantadas, foi necessário criar um caminho operacional que permitisse conhecer a distribuição da produção científica geográfica brasileira entre homens e mulheres ao longo do tempo e também a forma

como o gênero passou a fazer parte das bases conceituais de compreensão do espaço geográfico.

O primeiro desafio foi recortar as fontes para o acesso ao discurso geográfico brasileiro que possuem várias possibilidades de abordagens. Os produtos científicos podem ser as teses, dissertações, livros, anais de eventos científicos e artigos em periódicos especializados, todavia para a dissertação as análises foram realizadas nos artigos científicos contidos nos periódicos que estão listados no Sistema Qualis-CAPES da área de Geografia, classificadas segundo um ranking de qualificação, conforme os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. A lista do triênio 2013-2015 possui 102 títulos de periódicos científicos considerados na área de Geografia, todavia apenas 90 estavam disponíveis para acesso *on-line*. Desta forma, apenas os periódicos disponíveis foram utilizados para a pesquisa, dos quais ofereceram 13.990 artigos, compreendendo um período temporal de 1974 a 2013 que considerou todos os estratos de qualificação criados pela CAPES, menos o denominado estrato C.

Devido ao imenso volume de dados a serem sistematizados, demandou a organização de um Banco de Dados a partir do software livre o *LibreOffice*. Tal ferramenta permitiu, tanto o armazenamento dos artigos, como a possibilidade de construção de uma série de informações que permitiram compreender o gênero como componente da produção geográfica brasileira.

Como visto no capítulo anterior há no Brasil 55 universidades com Pós-Graduação em Geografia, totalizando um corpo docente de 1093 professores, representado por 61% homens e 39% mulheres. Isto também irá refletir nos cargos de coordenação destes cursos onde 60% serão coordenados por homens e 40% por mulheres. Indo além para compreender a configuração da produtividade acadêmica há os discentes de mestrado que compõem 3209 alunos, sendo estes 51% de homens e 49% mulheres, entretanto nas turmas de doutorado a diferença entre os gênero se torna ainda maior sendo que 55% da turma será masculina e 45% feminina.

Tal configuração refletirá na produtividade científica, como será demonstrado na pesquisa realizada. Das 90 revistas *on-line* analisados nos estratos apontados, observa-se que do total dos artigos levantados, apenas 5570 (40%) foram produzidos por mulheres e 8420 artigos (60%) são de autoria masculina. Também

cabe considerar que em todos os estratos de classificação considerados, as disparidades de produção entre homens e mulheres se mantiveram semelhantes, com poucas oscilações.

Com as normas da CAPES e o 'incentivo' ao aumento da intensidade da produção científica brasileira, isso vem sendo prejudicial às mulheres permitindo afirmar que há uma marcante superioridade masculina na produção científica geográfica brasileira, considerada de melhor qualidade no Brasil.

Desta maneira os 13.990 artigos, foram analisados em seus respectivos estratos para uma melhor compreensão de como a produção científica vem sendo produzida e qual a participação feminina nos estratos existentes. Como visto anteriormente os artigos em questão foram retirados de 90 periódicos *on-line* compostos em 6 níveis de classificação, como podem ser visualizados na tabela a seguir.

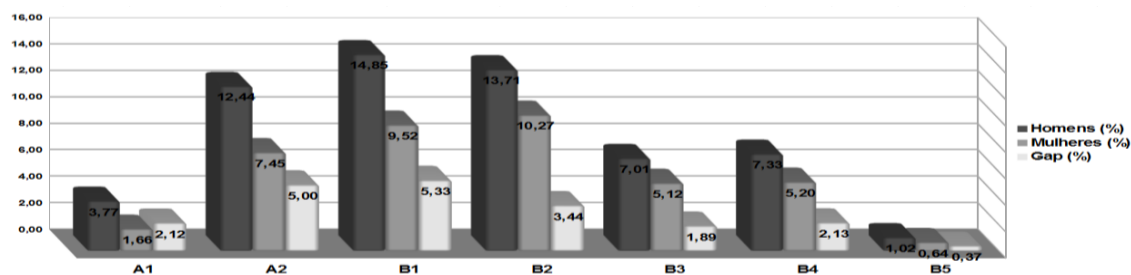
TABELA 4 - Número de Periódicos *On-Line*, por Estrato

Estratos	Nº de Periódicos <i>on-line</i>	(%)
A1	3	3
A2	10	11
B1	17	19
B2	18	20
B3	18	20
B4	17	19
B5	7	8

Org. CESAR, T.R.A.O ; PINTO, Vagner.A.M, 2014. Fonte: Qualis Capes

Diante de um imenso volume de dados, no gráfico a seguir, ficam expostos quais os agentes que estão produzindo parte da produção intelectual da Geografia brasileira.

GRÁFICO 7 - Relação de Homens e Mulheres nos Artigos Produzidos em Todos os Estratos



Org: CESAR, T.R.A.O, 2014. Fonte: Periódicos *on-line* (CAPES)

O gráfico 1 apresenta a análise dos 90 periódicos *on-line* que foram base das análises desta pesquisa. Evidencia-se que apenas 33% dos periódicos *on-line* encontram-se entre os melhores classificados (A1, A2 e B1). Entretanto ressalta-se que estes estratos são responsáveis por 6953 artigos (49,7%) e mantém o maior *gap* entre os demais.

Mesmo com uma ativa participação feminina nas publicações dos artigos científicos, as mulheres ainda estão em desvantagens ao que se refere a produção dos artigos nos melhores periódicos classificados. Os estratos B2, B3, B4 e B5 que correspondem a 7037 artigos (50,3%), também apresentam uma publicação majoritariamente masculina, a qual apenas o estrato B5 apresenta uma pequena diferença no número de publicações realizadas por homens e mulheres. Entretanto é evidente que a partir do momento que a classificação tende a diminuir, as mulheres começam a se igualar em número de produção.

O gráfico permite afirmar que mesmo com a crescente participação feminina na Geografia brasileira, o discurso científico ainda se mantém pouco permeável para a expansão da compreensão das relações entre gênero e produção científica. Para Silva *et al.* (2009) essa impermeabilização ocorre devido a hegemonia masculina nos postos de poder como na reprodução da versão epistemológica androcêntrica e eurocentrada.

Comprova-se que a relação de gênero em âmbito acadêmico é desigual, na Geografia, e temática vem chamando a atenção de outras pesquisadoras da área, como nas reflexões apresentadas por Garcia Ramon (2011), que permite compreender as condições de produção científica das mulheres na Academia

espanhola. A autora argumenta que há diferenças fundamentais entre o universo feminino e masculino que traz maiores vantagens aos homens na organização acadêmica universitária, já que as mulheres desempenham dupla jornada de trabalho, considerando suas funções como mães e donas de casa.

Nas ponderações de Ortiz ; Pujol ; Ramon (2010) a baixa produtividade feminina nas Academias pode ser explicada devido as dificuldades encontradas ao conciliar uma vida profissional e familiar e pelo pouco acesso a redes informais e aos contatos pessoais que facilitam as publicações. As reflexões de Costa (2006) apontam que esse desequilíbrio entre as publicações científicas feminina, pode ser evidenciado nas esferas em que as mulheres buscam o equilíbrio entre o trabalho e a vida privada.

A postura crítica em relação à devoção ao mundo do trabalho, ao mundo acadêmico, que exigiria dedicação integral mesmo fora do local de trabalho, revela o esboço de um outro modelo possível. A esse novo modelo tem-se denominado "feminino", já que se trata de cultivar também a vida privada, esta, de responsabilidade das mulheres (filhos, família).(COSTA, 2006, p. 458)

Surgem então os questionamentos em como ser docente e ainda lidar com as diferenças de gênero imposta pela sociedade. Com os dados apresentados por Cruz (2012), pode-se refletir que há uma pressão em ser um profissional qualificado e ao mesmo tempo manter o equilíbrio no trabalho, na produtividade científica acadêmica e na vida pessoal.

Porém, há controvérsias sobre esta teoria, uma dessa contrariedade pode ser vista nas reflexões das autoras embasadas nas ideias de Winkler (2000), onde há uma observação de que mulheres solteiras também estão abaixo da média em quesito das publicações. As autoras ainda afirmam que as entrevistadas consideram o ambiente acadêmico como um espaço que lhe causam um sentimento de exclusão, isolamento intelectual e social.

A produtividade científica brasileira tem aumentado significativamente ao lado da última década. Entretanto, essa diferença entre os níveis de produção acadêmica do sexo masculino e feminino são maiores dentro dos níveis de melhor qualidade classificado pelo sistema Qualis. As publicações dos artigos científicos, nos estratos

A1, A2 e B1, apresentam uma visível diferença de produtividade crescente entre homens e mulheres, como pode ser visto no gráfico 1 apresentado.

A dissertação pode ser corroborada com as reflexões de Pinto (2014) quando o autor conclui em sua pesquisa, que homens e mulheres utilizam quase que a mesma quantidade de tempo dedicado para a universidade, entretanto o diferencial está nas outras esferas, no caso o espaço privado. Enquanto os homens utilizam o seu tempo no espaço privado para produzir artigos científicos, as mulheres destinam seu tempo para a casa e aos cuidados com os filhos. Desta forma as análises apresentadas por Pinto (2014) refletem ao que Pujol *et al.* (2007/2008) remete enquanto ao sentimento de culpa que essas mulheres sentem, por não conseguirem dedicar-se integralmente tanto ao trabalho quanto à família.

Indo além das discussões da composição das relações de gênero em âmbito universitário, a pesquisa traz uma discussão referente as publicações de artigos científicos como constituintes da transformação do padrão de produção científica na Geografia brasileira, no que respeita às abordagens de gênero, mulher e sexualidades.

Nas reflexões de Silva *et al.* (2013) a história da Geografia brasileira é contada em etapas, fazendo com que as tensões existentes entre as diferentes perspectivas científicas fossem obscurecidas. Em sua grande parte, as versões geográficas apresentadas, são as de sucesso nos períodos dos tempos, trazendo desta forma alguns personagens 'heroicos'.

Em um levantamento de dados realizado no banco de teses e dissertações da Capes e da biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) aponta que foi apenas no século XXI que ocorreu um impulso na produção de trabalhos científicos com base em categorias sociais como gênero, mulheres e sexualidades.

Verifica-se, uma coexistência das categorias mulher, gênero e sexualidades que constituem esse campo de saber que inclusive, são interdependentes embora a categoria 'sexualidades' tenha sido abordada posteriormente às outras duas. Para Silva *et al.* (2013) a pluralidade existente, ou seja, a coexistência das categorias mulher, gênero e sexualidades na produção do conhecimento científico da Geografia brasileira, aponta que existem alianças entre os pesquisadores dessas

temáticas, e que esse elo vem fortalecendo notoriamente o campo feminista e queer frente à Geografia enquanto disciplina.

A busca de teses e dissertações no Banco de Teses da Capes, possibilitou uma clara visualização de que os temas relacionados a gênero e sexualidades estão pulverizados pelo Brasil, mantendo claramente um perfil periférico, onde concentram-se os cursos de pós-graduação criados recentemente e fora dos centros tradicionais, sendo estes últimos os programas de pós-graduação mais consolidados no Brasil e a maioria deles com nota 7.

As teses e dissertações relacionadas aos temas de gênero, mulher e sexualidade, estão distribuídas em vários pontos do Brasil, o que remete que sem dúvida, há uma descentralização da pós-graduação no Brasil, bem como o processo de democratização do país, mas ele também se sustenta em elementos locais.

Ao refletir sobre a distribuição espacial mundial dos grupos de pesquisa que discutem a temática de gênero, Monk (2011), destaca dois importantes elementos locais que influenciam tal espacialidade. O primeiro é referente à força da atuação de líderes locais, onde evidenciam as ações das pessoas e os papéis estruturadores das redes de relacionamentos entre esses pesquisadores, favorecendo desta forma, um contexto que favorece e fortalece as pesquisas feministas. Outro importante elemento local que deve ser considerado, é que na distribuição espacial da produção científica feminista, ainda há as relações de poder que se enquadram nas tradições acadêmicas que são configuradas de diferentes formas variando a cada localidade. Assim, locais configurados diante de relações de poder que se concentram em torno de tradições epistemológicas, tendem a ser mais resistentes ao desenvolvimento de novas vertentes, como feminista e *queer*.

Nas reflexões de Silva *et al.* (2013) no Brasil, os centros tradicionais da produção científica geográfica brasileira, como Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não se construíram enquanto abertos ao campo feminista e queer.

É de grande importância ressaltar o paradoxo encontrado, pois a primeira tese relacionada à temática de gênero foi defendida na USP no ano de 1991. O trabalho acadêmico apontado foi à tese de doutorado de Sonia Alves Calió, intitulada “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”, com orientação de Maria Adélia Aparecida de Souza.

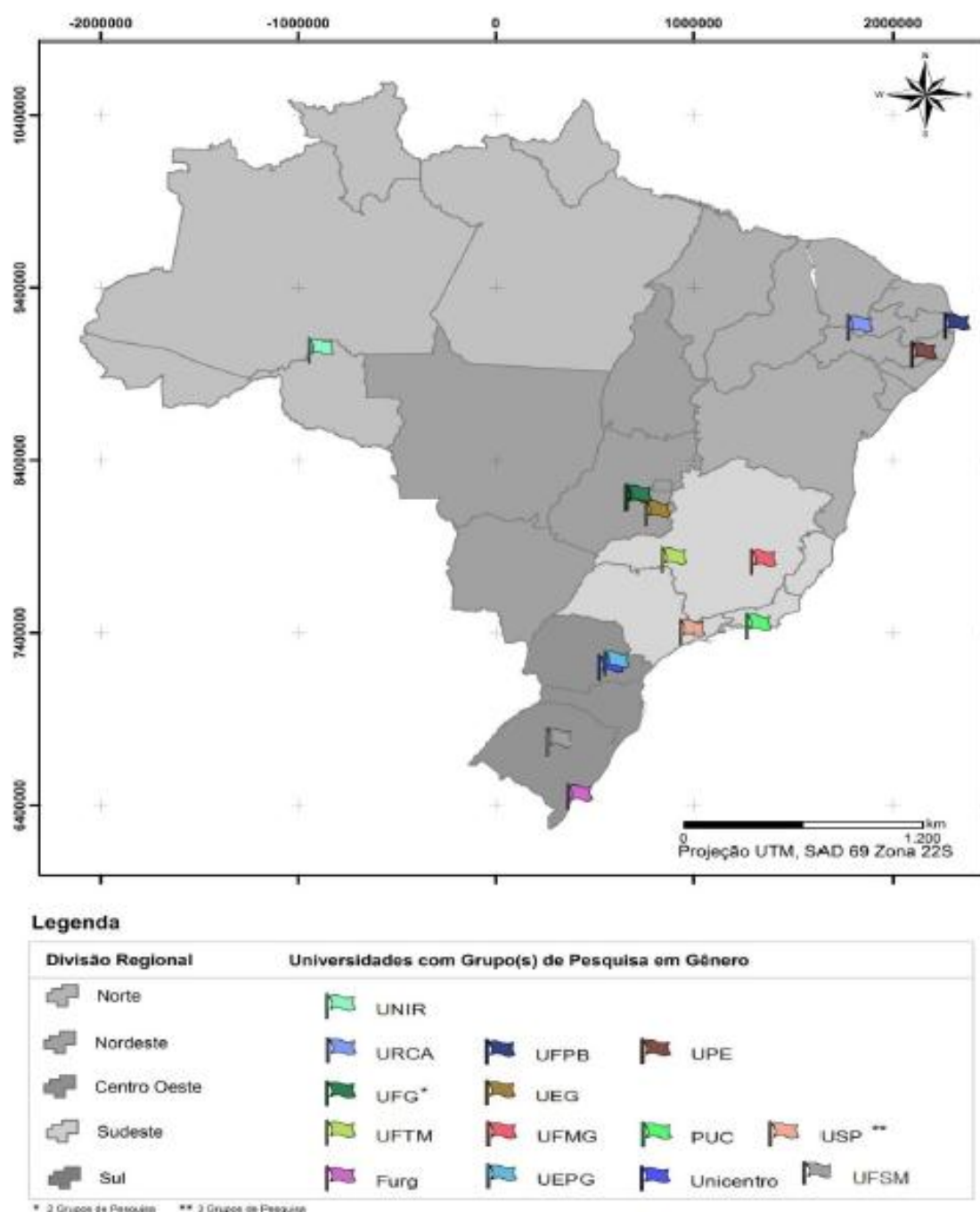
Mesmo a partir desse trabalho pioneiro, o mesmo não abriu caminhos para novas abordagens. Após a defesa da primeira tese com discussão de gênero na Geografia, a temática acabou por ser 'esquecida' novamente, e apenas uma década mais tarde foi defendida uma dissertação de mestrado nesta área.

Na UFRJ, o tema tampouco ganhou destaque. Entretanto o trabalho pioneiro foi a dissertação de mestrado defendida em 2000 intitulada " Os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1841-1925" de Jan Carlos da Silva. Anos depois, especificamente em 2011, o próximo trabalho relacionado ao tema de sexualidade foi defendido por Marcio Jose Ornat, com sua tese de doutorado intitulada de "Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil".

Com esses trabalhos apresentados e suas temporalidades distintas, observa-se que tanto na USP, quanto UFRJ, universidades tradicionais e de importante referência na produção do conhecimento científico geográfico, os novos temas, como os campos da Geografia Feminista e queer sofrem uma certa hostilidade. Neste sentido, fica evidente o que Silva *et al.* (2013), explana, sobre a inovação não surgir mais dos campos centrais da produção do conhecimento, mas sim das periferias como no visto no caso das Geografias feminista e *queer*.

Em um levantamento realizado no cadastro do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, este aponta que dos 224 grupos de Geografia presentes na plataforma, apenas 17 fazem referência ao desenvolvimento de pesquisas sobre gênero, representando apenas 7,1% do universo total. Essa distribuição dos grupos de pesquisas que abordam as temáticas em questão podem ser visualizadas no cartograma, mostrando a pulverização desses grupos pelo país.

FIGURA 3 – Distribuição Espacial dos Grupos de Pesquisa em Gênero e Sexualidades no Brasil⁵⁰



Fonte: Diretório de Grupos do CNPQ. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 08 de Outubro de 2012. Organização: CESAR, T.R.A.O (2012)

⁵⁰ O mapa foi organizado com base nos dados do Diretório de Grupo de Pesquisa – CNPq, período de 2012. Certamente há uma produção científica dispersa sobre gênero e sexualidades que não está identificada como grupo de pesquisa. Neste sentido, temos consciência de estar provocando algumas invisibilidades devido à limitação da base de dados utilizada.

Para conhecimento dos grupos de pesquisa e seus respectivos líderes, no quadro 1, sendo este organizado a partir da pesquisa realizada no Diretório de Pesquisa CNPq, apresenta a atual configuração.

QUADRO 3 - Grupos de Pesquisa Relacionados a Gênero e Sexualidades

GRUPO	ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	REGIÃO	LÍDERES/GÊNERO M / F / M+F
As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero - Família e Trabalho. 30 Anos de Pesquisa na Agro-Paulista - O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)	1996	USP	Sudeste	Rosa Ester Rossini (F)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero	2001	UNIR	Norte	Maria das Graças Silva Nascimento Silva (F)
Núcleo de Análises Urbanas	2002	Furg	Sul	Cesar Augusto Avila e Paulo Roberto Rodrigues Soares (M)
Sociedade e Meio Ambiente	2002	UEG	Centro-Oeste	Maria Erlan Inocêncio e Marise V. de Paula (F)
Grupo de Estudos Territoriais - GETE	2003	UEPG	Sul	Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat (M+F)
Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro	2005	PUC / RJ	Sudeste	Augusto Cesar Pinheiro Silva (M)
Território, Espaço e Movimentos Sociais	2006	URCA	Nordeste	Ana Roberta Duarte Piancó (F)
Gestar: Território, Trabalho e Cidadania	2006	UFPB	Nordeste	Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Anieres Barbosa da Silva (M+F)

Espacialidades e Identidades Raciais, Étnicas e de Gênero (UFG)	2007	UFG	Centro-Oeste	Alecsandro José P. Ratts e Marise Vicente de Paula (M+F)
Terra & Sociedade: Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa	2007	UFMG	Sudeste	Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e Jose Antonio Souza de Deus (M + F)
Lux Festas: Festas Populares	2009	UFG	Centro-Oeste	Carlos Eduardo Santos Maia e João Guilherme da Trindade Curado (M)
Geografia e Gênero: A força de Trabalho Feminina no Agro-Paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)	2009	USP	Sudeste	Rosa Ester Rossini (F)
Geografia e Gênero. A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana - de-açúcar no Vale do Rio Pardo. São Paulo/Brasil, no início do século XXI (2000-2012)	2010	USP	Sudeste	Rosa Ester Rossini (F)
GESSANE - Grupo de Estudos Sistêmicos do SemiÁrido do Nordeste	2011	UPE	Nordeste	Maria Betânia Moreira Amador e Ajair Alves (M + F)
Espacialidades Urbanas	2011	UFSM	Sul	Benhur Pinós da Costa e Cláudia Luísa Zeferino Pires (M+F)
Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo	2012	UFTM	Sudeste	Carlos Alberto Póvoa (M)

Espacialidades, Territorialidades e Gênero	2012	UNICENTRO	Sul	Alides Baptista Chimin Junior (M)
---	------	-----------	-----	--------------------------------------

Fonte: Diretório de Grupos do CNPQ. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 08 de Outubro de 2012. Organização: CESAR, T.R.A.O (2012)

Após a visualização da distribuição desses grupos de pesquisa no país, fica claramente exposto o que Monk (2011) e Silva *et al.* (2013) argumentam enquanto a subversão da ordem de inovação do discurso geográfico surgir não mais dos centros do conhecimento e sim das periferias, no caso do Brasil as discussões de gênero e sexualidades vem sendo realizadas pelos grupos existentes nos programas de pós-graduação criados recentemente.

A característica periférica da produção científica sobre gênero e sexualidades gera resistências à sua legitimação pela comunidade científica, que valoriza a produção científica proveniente dos grandes centros acadêmicos. Mesmo assim, deve se considerar “que lá onde existe poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

As reflexões de Foucault (1988) são claramente observadas ao que diz respeito à um outro importante elemento organizacional da produção acadêmica que são os eventos científicos sendo estes, fios condutores para a divulgação das pesquisas realizadas no meio científico acadêmico.

Tais eventos constituem um momento de discussão de temas que estruturam o campo científico onde se consolidam e legitimam abordagens científicas. As discussões diante do conceito de gênero e sua relação com a Geografia é bastante recente no cenário dos eventos científicos geográficos de importância nacional. Nos eventos científicos os lugares nobres são as conferências e as mesas redondas em que cientistas apresentam seus argumentos em torno de fenômenos geográficos. Foram necessários muitos anos para que o gênero fosse componente do roteiro científico dos eventos da Geografia brasileira.

No quadro a seguir é possível visualizar como a temática de gênero começou a aparecer nos eventos científicos da Geografia. Ressalta-se a grande concentração da discussão da temática em dois eventos I Seminário Latino Americano de

Geografia e Gênero e II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades, pois os mesmos foram criados justamente para a discussão da temática em questão.

QUADRO 4 - Primeiras Discussões de Gênero e Sexualidades nos Eventos de Geografia

ANO	EVENTO	DISCUSSÃO DE GÊNERO / PALESTRA / MESA REDONDA / GT	PALESTRANTE / COMPONENTE DA MESA REDONDA / COORDENADOR GT
2006	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO E CULTURA (NEPEC)	PALESTRA: Amor, Paixão e Honra Como Elementos da Produção do Espaço Cotidiano Feminino	Joseli Maria Silva (UEPG)
2008	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO E CULTURA (NEPEC)	MESA: GÊNERO E SEXUALIDADES	Joseli Maria Silva (UEPG)
		Geografias Feministas, Sexualidades e Corporalidades: Desafios às Práticas Investigativas da Ciência Geográfica	
		Do Território Instituído ao Território Instituente do ser Travesti: Algumas Reflexões Teóricas e Metodológicas	Marcio Jose Ornat (UEPG)
		Espaço Social, Cultura e Território: O Processo de Microterritorialização Homoerótica	Benhur Pinós da Costa (UFSM)

2009	NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES (NEER)	MESA: SEXUALIDADE, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO	Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR)
		Mulheres na Ciência	
		As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero, Mulher, Trabalho e Família	Rosa Ester Rossini (USP)
		Geografia, Gênero e Sexualidades: A Experiência Travesti	Joseli Maria Silva (UEPG)
2009	ANPEGE	MESA: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA CULTURAL	Joseli Maria Silva (UEPG) Maria Geralda de Almeida (UFG) Wolf Dietrich Sahr (UFPR) Zeny Rosendahl (UERJ)
2010	I Seminário Internacional sobre Microterritorialidade Urbanas	MESA: SOBRE PEDAÇOS E TERRITÓRIOS NA/DA CIDADE	Joseli Maria Silva (UEPG)
		Gênero, posicionalidade e interseccionalidade na análise geográfica: um desafio metodológico	

2011	ANPEGE	GT:GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADES	Benhur Pinós da Costa (UFSM)
2011	I Seminário Latino Americano de Geografia e Gênero / Pré- encontro da Conferência Regional da UGI (SLAGG)	PALESTRAS: Colocando Gênero na Geografia: Política e Prioridades	Janice Monk (<i>University Arizona</i>)
		Geografia feminista desde los márgenes: cuestionando la hegemonia angloamericana	Maria Dolors Garcia Ramon (Universidade Autônoma de Barcelona)
		Vergonha e orgulho: mães solteiras contam suas histórias sobre o ensino superior	Robyn Longhursts (<i>University of Waikato</i>)
		MESA REDONDA 1 : ESPAÇO ESCOLAR GÊNERO E SEXUALIDADES A escola como questionadora de um currículo homofóbico	Lúcia Facco (UERJ)
		Borrando fronteiras: uma visão ampliada entre sexualidades e escolas	Claudia Reis (UERJ)

		Questões de género e orientação sexual em espaço escolar	Eduarda Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)
		Questões de género e orientação sexual em dois estudos de caso sobre educação sexual no ensino básico em Portugal	Maria João Silva (Escola Superior de Educação-Portugal)
		MESA REDONDA 2: Espaços generificados e poder Género y violencia. Una ostentación de género en cada concepto	Diana Lan (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires)
		Geografia e Género em Assentamentos Rurais: Espaços de Poder	Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR)
		Mulher e Trabalho: novos e velhos dilemas	Susana Maria Veleda da Silva (FURG)
		MESA REDONDA 3: Geografia, género e sexualidades Geografias das Sexualidades: Reflexões e Perspectivas	David Bell (<i>University of Leeds</i>)

		Repensando a Nação nas Geografias das Sexualidades	Jon Binnie (<i>Manchester Metropolitan University</i>)
		Território Descontínuo e Prostituição Travesti no Sul do Brasil	Marcio Jose Ornat - (Universidade Estadual de Ponta Grossa)
		Do 'bairro' para além do 'bairro': Heterotopias e constelações lésbicas e gays nos espaços urbanos	Paulo Jorge Vieira - (Universidade de Lisboa)
2011	NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES (NEER)	MESA: TEORIAS, MÉTODOS E PRÁTICAS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA CULTURAL, HUMANÍSTICA E SOCIAL	Alex Ratts (UFG) Paulo Jorge Vieira (Universidade de Lisboa) Maria das Graças da Silva Nascimento Silva (UNIR) Joseli Maria Silva (UEPG)
2012	ENG (Encontro Nacional De Geógrafos)	MESA: RAÇA, GÊNERO E ETNIA: DIFERENTES GEOGRAFIAS, SUJEITOS E SUAS FORMAS DE LUTA E RESISTÊ Malditas Geografias: Gênero e Sexualidades na Análise Geográfica	Joseli Maria Silva (UEPG)

2014	ENG (Encontro Nacional de Geógrafos)	MESA: O (s) espaço (s) e as geografias do gênero e sexualidade na sociedade contemporânea	Gilsa Barcelos (UFF) Alex Ratts (UFG) Joseli Maria Silva (UEPG)
2014	II SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADES	PALESTRAS: Narrativas de viagem, encontro colonial e alteridade: um olhar a partir da Geografia Feminista Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento das Geografias das Sexualidades e de Gêneros	Maria Dolors Garcia Ramon (Universidade Autônoma de Barcelona) Katherine Browne (University of Brighton)
		MESA REDONDA 1: Espaço, sexualidades e interseccionalidades Por uma análise interseccional (e materialista) da migração queer: levando em consideração o papel dos regimes de bem-estar social	Cesare Di Felicianantonio
		Interseções de Poder e Cidadania Queer na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro	Jan Simon Hutta (University Humboldt)
		Oposições e complementaridades nas práticas homoafetivas de microterritorialização: interações entre 'bichas' e 'bofes' na Praia do Osso em Santarém – PA	Benhur Pinós da Costa (UFSM):

		Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia	Maria Rodó de Zárate (Universidade Autônoma de Barcelona)
		MESA REDONDA 2: Conhecimento, Corpo e Interseccionalidades	
		A Saúde da Mulher Negra: Sob a Perspectiva de um novo modelo de compreensão	Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)
		Mulheres indígenas e suas demandas de gênero	Angela Sacchi (UFG)
		A geografia do gênero e das sexualidades na produção científica de revistas espanholas	Xosé Manuel Santos Solla (Universidade de Santiago de Compostela)
		MESA REDONDA 3: Gêneros em movimento: espaço, raça, idade e classe Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras	Alex Ratts (UFG)
		Homens jovens em conflito com a lei e seus territórios urbanos	Rodrigo Rossi (UEPG)

		Espaço, violência e as Performances de Masculinidade de Jovens do Sexo Masculino com envolvimento com as drogas em Ponta Grossa – PR	Fernando Bertani Gomes (UEPG)
		Del circuito espacial de la violencia feminicida a la red de prevención y erradicación de ésta	Verónica Ibarra García (Universidad Nacional de México)

Org: CESAR. Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2014

Após o quadro 4 exposto em forma cronológica, evidencia-se que o panorama encontrado apresenta que as discussões de gênero nos eventos científicos estão fortemente ligadas as abordagens culturais. É importante destacar que a abordagem de gênero não deve estar restrita a cultura, entretanto foi o campo cultural que abriu espaço para o desenvolvimento da perspectiva de gênero e sexualidades na ciência geográfica. A compreensão de que os diferentes grupos sociais vivenciam os espaços de forma diferenciada foi amplamente difundida na Geografia cultural brasileira, essa ideia possibilitou a abordagem da temática de gênero enquanto um elemento de diferença entre as pessoas e suas espacialidades. Os argumentos citados podem ser corroborados com as reflexões de Massey (2008), quando a autora traz o espaço enquanto um feixe de relações e esfera das possibilidades.

A admissão dos temas de gênero e sexualidades, mesmo que 'timidamente', começam a estar presente nos eventos geográficos. Esse começo pode ser considerado um avanço para os grupos de estudos que produzem e lutam pela visibilidade da temática nas discussões da ciência geográfica.

Um grande destaque deve ser dado ao I Seminário Latino Americano de Geografia e Gênero (2011) e ao II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades (2014), sendo estes criados por grupos que desenvolvem pesquisas diante das temáticas de gênero e sexualidades na Geografia brasileira. O I e II Seminário foram importantíssimos para os pesquisadores da área, pois

possibilitou diversas discussões diante do tema, onde trouxe novas perspectivas para a Geografia brasileira, além do que, contribuiu para a abertura de novos conhecimentos e possibilidades. O fortalecimento desses grupos que se reúnem em tais eventos é de extrema importância, pois como sustenta Monk (2011), há uma necessidade do fortalecimento dos grupos de pesquisas e pesquisadores.

A temática de gênero demorou a ser alocada em discussão, pois a ciência geográfica brasileira ainda é muito resistente para as novas temáticas. Segundo André (1990) quando um novo tema é introduzido na Geografia, essa nova temática ocasiona em críticas e apreensões. Desta maneira a pesquisa utiliza das leituras realizadas mais o campo de pesquisa para afirmar que a temática de gênero também sofre críticas e por vezes preconceito, entretanto é válido expor que aos poucos esses grupos estão se fortalecendo e avançando, criando suas marcas nas discussões geográficas.

Desta forma evidencia-se a importância dos eventos científicos para as discussões acadêmicas e para as temáticas que vem sendo discutidas na produção do conhecimento científico intelectual. Além da importância da ANPEGE para a pós-graduação na Geografia brasileira e dos eventos científicos citados acima, deve-se destacar o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁵¹ (CAPES), sendo esta um órgão fundamental no desenvolvimento das políticas de ensino e desenvolvimento científico.

Diante dos dados e reflexões apresentadas, visto a recente temporalidade da visibilidade das discussões de gênero nos eventos científicos da Geografia brasileira, é de suma importância destacar o efeito dos grupos de pesquisas apresentados acima, pois devido a consolidação e as redes formadas por esses pesquisadores, os eventos científicos, antes totalmente fechado para as novas temáticas, começam a perceber a necessidade de abrir espaço para as novas discussões.

Desta maneira, em uma análise nos 13.990 artigos coletados para a pesquisa, os resultados apresentados denotam que apenas 167 destes tratam de Gênero (1,2%) e somente 49 artigos abordaram a temática de Sexualidades (0,3%).

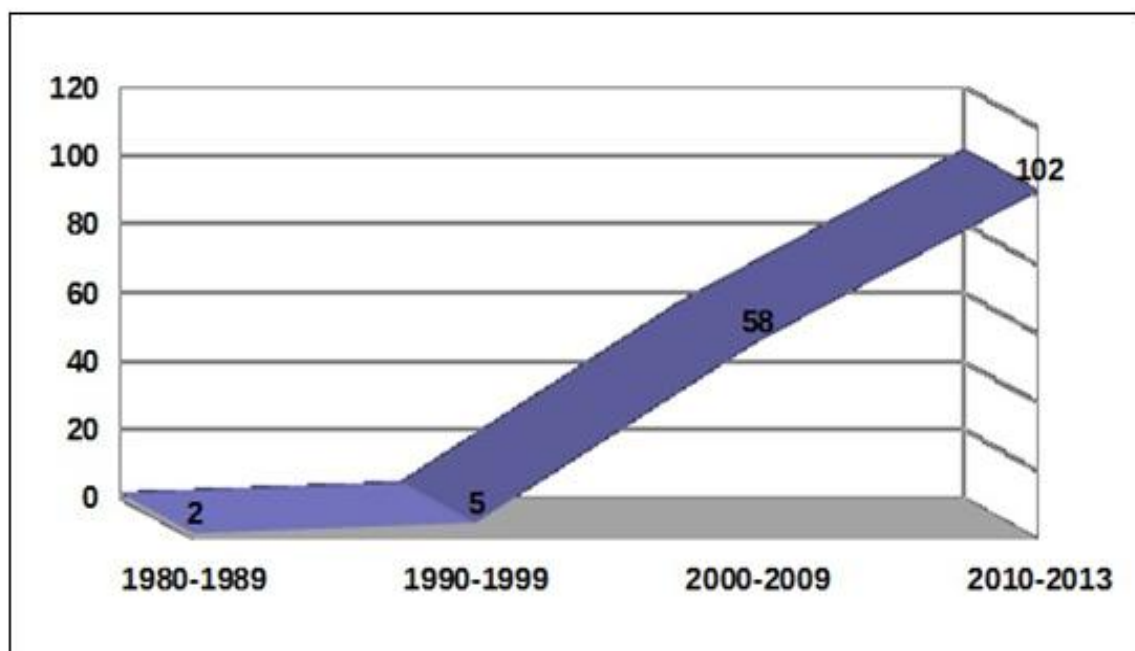
No universo de periódicos científicos pesquisados, foi em 1998, na Revista do departamento de Geografia da USP que apareceu a primeira publicação sobre

⁵¹ CAPES - História e Missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

gênero, de autoria de Rosa Ester Rossini, com o título “As geografias da modernidade – Geografia e Gênero – Mulher, Trabalho e Família. O Exemplo da Área de Ribeirão Preto – SP”. As sexualidades também têm sido abordadas recentemente pela produção científica em forma de artigos. O primeiro artigo científico abordando a temática referente a sexualidades foi “Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro”, de Rogério Botelho de Matos e Miguel Angelo Campos Ribeiro, publicado no Boletim Goiano de Geografia, em 1995. O tema ganhou maior relevância em periódicos científicos brasileiros na primeira década do século XXI.

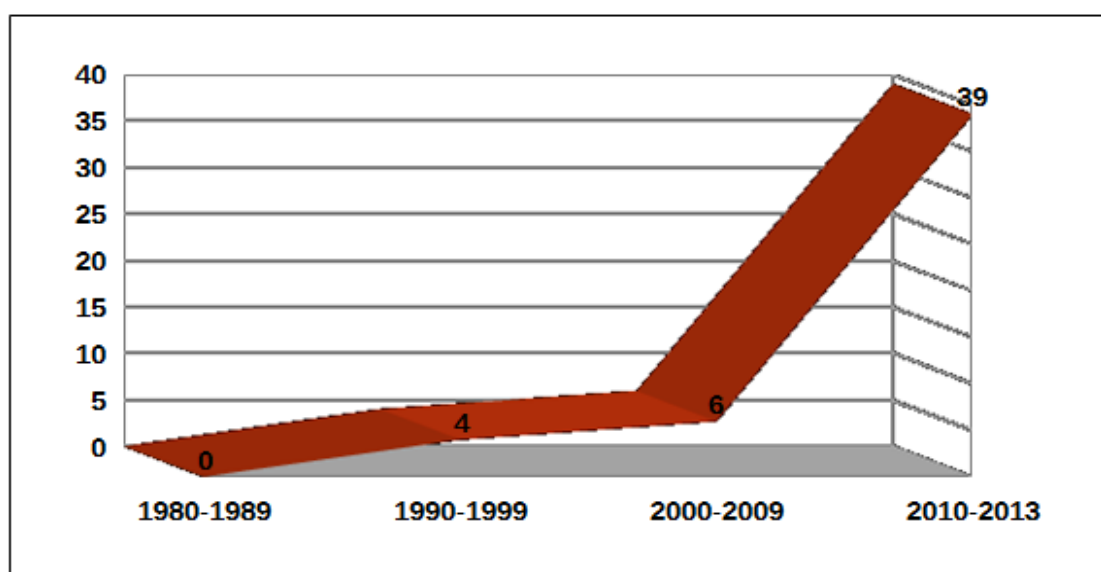
Os gráficos abaixo ilustram a evolução temporal e quantitativa dos artigos publicados sobre as temáticas de Gênero e Sexualidades a partir do universo estudado.

GRÁFICO 8 - Produção de Artigos Científicos de Gênero na Geografia



Org: CESAR, T.R.A.O; PINTO, V.A.M. (2014)

GRÁFICO 9 - Produção de Artigos Científicos de Sexualidades na Geografia

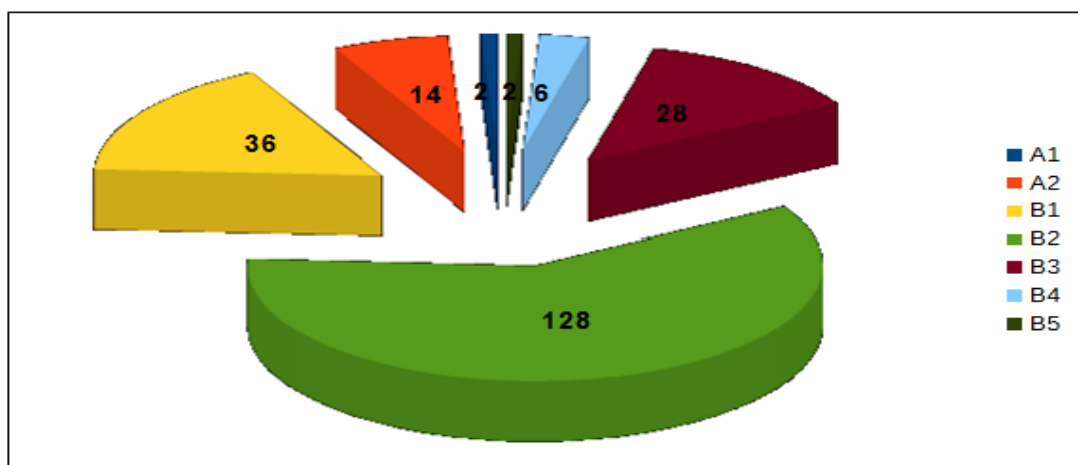


Org: CESAR, T.R.A.O; PINTO, V.A.M. (2014)

A expansão dos temas de gênero e sexualidades se deve em grande parte à criação de um periódico específico, em 2010, a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. A concentração de artigos na área de gênero e sexualidades nos periódicos científicos Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Terr@ Plural e Pegada corroboram com os argumentos de Monk (2011) a respeito da importância de lideranças locais no desenvolvimento do campo feminista. Os dois primeiros periódicos são oriundos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sede do Grupo de Estudos Territoriais, e o terceiro é proveniente da UNESP de Presidente Prudente, sede do CEGet (Centro de Estudos do Trabalho), que conta com a presença da pesquisadora Terezinha Brumatti, que realiza suas reflexões em torno das temáticas de gênero, trabalho e sindicato.

Destaca-se que a produção sobre gênero e sexualidades, está concentrada em periódicos qualificados nos estratos B1 e B2, de acordo com o Sistema Qualis Capes, tendo em vista que a abordagem de gênero não tem sido desenvolvida nos centros de maior prestígio acadêmico, os artigos sobre gênero, mulheres e sexualidades praticamente não ganham acesso aos periódicos científicos classificados nos estratos mais qualificados pelo Sistema Qualis da Capes (A1, A2), o que evidencia uma desvalorização da temática pelos instrumentos legitimadores da Academia.

GRÁFICO 10 - Artigos de Gênero e Sexualidades - Distribuição por Estrato



Org: CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais (2014)

Apesar do crescimento do número de artigos sobre as temáticas, esses trabalhos se concentram grandemente em um único periódico científico específico, o que produz um isolamento da produção científica do grupo de pesquisadores. Todavia, e ainda que as sedes dos periódicos científicos que publicam a maioria dos artigos sobre gênero, mulheres e sexualidades estejam localizadas nas cidades-sede dos grupos de pesquisa que têm se dedicado à temática, a distribuição espacial das instituições a que os autores pertencem é mais pulverizada e, inclusive, internacional.

Isso torna evidente que a temática já conseguiu alcançar um diálogo internacional, mesmo sem ainda ter aberto diálogo com os centros hegemônicos no próprio país, o que nos dá a real dimensão da resistência do campo científico brasileiro à temática. Assim, o comportamento de diálogo científico rompe mais uma vez com o modelo hierárquico nacional de organização da produção científica, constituindo uma relação entre a periferia acadêmica e o exterior, sem passar pelos centros dominantes nacionais.

Em Silva *et al.* (2013) os autores apontam que nos locais onde se formam grupos de pesquisa, é maior a potencialidade de a ciência geográfica se mostrar permeável aos temas feministas e queer. Nos locais onde há um número menor de instituições, a dinâmica de produção é mais concentrada espacialmente, e intensiva.

Isso tem potencializado o caráter colaborativo que se faz pelas alianças entre pesquisadores.

Desta forma a organização espacial potencializa as discussões teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo em que a proximidade espacial fortalece os pesquisadores para lutar pela abertura do campo na Geografia brasileira.

As discussões apresentadas acima podem ser corroboradas com as reflexões de Blay e Conceição (1991) quando as autoras argumentam que o tema é ignorado pelas grades curriculares na graduação e pós-graduação, desta maneira acaba criando uma laguna distorcendo o conjunto das análises, numa perspectiva ideológica patriarcal, onde perpetuam os valores conservadores que determinam os papéis sociais na sociedade, porém esse papel define as relações de gênero sendo elas presentes no trabalho, família e até mesmo a sexualidade, gerando um descompasso entre as transformações sociais e ótica científica. As autoras ainda argumentam que este seria um fator que traz uma irregularidade entre a sociedade e a universidade.

Entretanto aos poucos a temática começa a ganhar visibilidade nas discussões geográficas, os grupos de pesquisa existentes sobre os temas gênero e sexualidades apontam as falhas encontradas nessa ciência, que ignorando o tema de gênero e sexualidade, invisibiliza grupos sociais existentes.

Esta perspectiva foi rompida por várias áreas da universidade, que adotaram uma mentalidade inovadora no campo teórico e na pesquisa empírica sobre as relações sociais de gênero. Trouxeram para dentro da universidade um saber crítico que demonstra a insuficiência daqueles estudos que ignoram a metade da população e fazem generalizações apoiadas apenas na outra metade. É necessário que a universidade incorpore amplamente uma nova mentalidade relativa à mulher e as relações sociais de gênero, com que todos teremos a ganhar. (BLAY e CONCEIÇÃO, 1991, p. 56).

Desta maneira ficou evidenciado que as pesquisas realizadas pelos geógrafos (as) e brasileiros (as) centralizam-se em campos hegemônicos reproduzindo esses padrões de hegemonia. Todavia, vários trabalhos tem demonstrado o interesse de abordar temáticas não consagradas pela Geografia, estando dentre elas as sexualidades e gênero. Assim, esses 'pequenos' grupos antes vistos como periféricos, estão trazendo a inovação para o campo científico

geográfico brasileiro, esses grupos mostram que as 'minorias' estão produzindo novas perspectivas para a produção da Geografia brasileira.

O terceiro capítulo comprovou que a produção científica geográfica brasileira é marcada por seus elementos estruturais que estão inseridos nas práticas cotidianas dos sistemas legais e institucionais, mantendo uma hierarquização da produtividade do conhecimento intelectual. Embora haja uma marcante presença feminina comparada à masculina, o campo científico geográfico brasileiro, em termos de produção científica as mulheres tem uma participação menos significativa. Comprova-se que a temática de gênero mesmo inibida pelos padrões geográficos hegemônicos ainda conta com pesquisadores (as) que ousam e desafiam as fronteiras fixadas no campo científico. Assim, a pesquisa realizada evidenciou que as mulheres geógrafas são ativas na produção do conhecimento científico geográfico brasileiro, porém não alcançam o número de publicação masculina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo compreender as relações de gênero como elemento da produção científica geográfica no Brasil. Os resultados da investigação evidenciam que a ciência geográfica, enquanto formadora da compreensão do mundo, mantém suas características em um campo de poder hegemônico e hierárquico que privilegia determinados grupos e invisibiliza os grupos minoritários. Assim, as relações de poder são compreendidas de forma não oposicional, mas em feixes de tensionamentos, e desta forma essas estruturas que hierarquizam a sociedade, também se tornam presentes no campo científico como é o caso do gênero.

Três eixos de investigação trouxeram os resultados que são evidenciados. Primeiramente, ficou claro que as mulheres, efetivamente são grande parte da mão de obra que produz a Geografia brasileira. Tal afirmação pode ser comprovada na investigação em uma das revistas mais antigas e importantes para a Geografia brasileira a Revista Brasileira de Geografia (RBG). Sendo a RBG uma revista antiga e um respeitável meio de divulgação dos trabalhos científicos realizados por geógrafos (as) brasileiros (as) dos anos de 1939-2005, ela define claramente que há uma forte presença feminina nas publicações de artigos científicos, onde as mulheres foram responsáveis por boa parte da construção do pensamento geográfico. Todavia, essas mulheres representam 32% das publicações enquanto os homens 68%. Essa informação é representada na atual configuração da Geografia, onde mostra que a ciência geográfica brasileira ainda é composta majoritariamente por homens, no que refletirá na produção do conhecimento científico

Os reflexos dessa estrutura hierárquica na ciência geográfica, podem ser visto em um segundo momento quando a pesquisa comprova que há uma forte divisão de gênero encontrada no corpo docente e discente das 55 universidades com pós-graduação em Geografia e na participação nos campos editoriais dos 90 periódicos *on-line* da Geografia brasileira. A distribuição de homens e mulheres no sistema da pós-graduação brasileira, ainda é desigual e traz reflexos nas publicações de artigos científicos e cargos de chefia.

No levantamento realizado para a pesquisa, apontou que há no Brasil 55 universidades com Pós-Graduação em Geografia, totalizando 1093 docentes,

representados por 659 (61%) homens e 434 (39%) mulheres. Isto também irá refletir nos cargos de coordenação destes cursos onde, 34 (60%) serão coordenados por homens e 21 (40%) por mulheres. Indo além para compreender a configuração da produtividade acadêmica e até mesmo a composição do corpo docente, foi realizada uma busca no corpo discente dos dois níveis de mestrado e doutorado. Os dados obtidos salientam que os discentes de mestrado compõem 3277 alunos, sendo estes 1664 (51%) de homens e 1613 (49%) mulheres, entretanto nas turmas de doutorado que correspondem à 2027 discentes, a diferença entre os gênero se torna ainda maior sendo que 1116 (55%) da turma será masculina e 911 (45%) feminina. Assim, foi possível observar que as mulheres são em maior número nos estratos mais inferiores de qualificação como o doutorado e pós-doutorado.

Mesmo que as mulheres estejam participando da produção científica, esta ainda está centralizada, em grande parte nos privilégios masculinos. Os 90 conselhos editoriais investigados possuem uma hegemonia masculina, mesmo sendo compostos por um número considerável de mulheres para às avaliações dos artigos científicos produzidos na área da ciência geográfica. Nos estratos de melhor classificação, como no caso do A1, a participação feminina é praticamente nula. Salienta-se o maior *gap* de 7,1% é encontrado no estrato B3, todavia este estrato é composto preponderantemente por homens. Compreendendo a organização do processo de qualificação de sujeitos que produzem majoritariamente a pesquisa geográfica no Brasil, comprova-se que a maior parte da produção científica sustenta-se na pós-graduação e mesmo com a presença feminina nos conselhos editoriais dos periódicos *on-line* da Geografia brasileira, infelizmente em todos os estratos as mulheres ainda são minoria.

No terceiro eixo desenvolvido para da dissertação a pesquisa acentua que a produção científica geográfica brasileira é composta por elementos estruturais que englobam as práticas diárias dos sistemas legais e institucionais, mantendo desta maneira, uma hierarquização da produtividade do conhecimento intelectual. Comparando a produção científica masculina e feminina, comprova-se que os homens dominam a produção intelectual no campo científico geográfico brasileiro.

A afirmação anterior pode ser comprovada na análise dos 13.990 artigos obtidos a partir dos periódicos *on-line* representados pelos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, que apresentam que do total dos artigos levantados, apenas 5570

(40%) foram produzidos por mulheres e 8420 (60%) por homens. Também cabe considerar que em todos os estratos de classificação considerados, as disparidades de produção entre homens e mulheres se mantiveram semelhantes, com poucas oscilações. Isso remete que as mulheres, cada vez mais, têm feito parte do campo científico geográfico e apesar desse processo ser comum na ciência brasileira como um todo, no entanto ainda não alcançam o mérito das produções científicas masculinas.

Indo além nas discussões, a dissertação também evidencia que a ciência geográfica é um campo resistente não apenas às relações de gênero, mas também às discussões de novas temáticas. Em uma busca realizada no cadastro do Diretório de Grupos do CNPq é possível afirmar que, apesar da crescente feminização do campo científico da Geografia, não houve uma expansão significativa dos Grupos de Pesquisa voltados para pesquisas da área de gênero e sexualidades.

Os dados da presente dissertação comprovaram que dos 13.990 artigos publicados na geografia, apenas 167 (1,2%) discutiam gênero e somente 49 (0,3%) artigos abordaram a temática de sexualidades. Destaca-se que a produção sobre gênero e sexualidades, está concentrada em periódicos qualificados nos estratos B1 e B2, de acordo com o Sistema Qualis Capes, tendo em vista que a abordagem de gênero não tem sido desenvolvida nos centros de maior prestígio acadêmico, os artigos sobre gênero e sexualidades praticamente não ganham acesso aos periódicos científicos classificados nos estratos mais qualificados pelo Sistema Qualis da Capes (A1, A2), o que evidencia uma desvalorização da temática pelos instrumentos legitimadores da Academia.

Os trabalhos encontrados, realçam que a produção geográfica brasileira está centralizada em campos hegemônicos do conhecimentos, reproduzindo padrões. Todavia, vários trabalhos têm demonstrado o interesse de abordar temáticas não consagradas pela Geografia, o desenvolvimento das abordagens sobre as temáticas relacionadas à gênero e sexualidades, apresentando que ainda há um vasto campo para ser explorado pela Geografia brasileira, o que traz inúmeros desafios à nossa ainda restrita imaginação geográfica.

Ressalta-se desta forma, que a inovação e circulação de novas ideias, não estão sendo criadas nos centros hegemônicos e sim das margens que estão

rompendo com as discussões clássicas apresentadas na Geografia brasileira. A pesquisa salienta a considerável participação dos grupos de pesquisas nas 'novas' temáticas discutidas, pois eles são responsáveis pela descentralização do conhecimento e a inovação intelectual ao país.

Assim, fica claro compreender o que Fourez (1995) diz ser uma ciência 'neutra', que não passa apenas de ficção, pois ela é composta pelos cientistas que de certa forma trazem seus estigmas. A pretensa verdade que os cientistas buscam encontrar, a partir de um significado puro, positivo, elevado socialmente é uma forma de escapar de encarar a fragilidade do campo científico e a sua simples condição de criação humana.

As relações de gênero presentes nas ciências e especificamente na ciência geográfica, trouxeram questionamentos sobre o trabalho das mulheres geógrafas que cotidianamente constroem à Geografia com seu esforço intelectual, mediado pelo seu papel social de gênero desempenhado em sua vida cotidiana. Mesmo com a uma ativa participação feminina no mundo científico, ainda há uma desvantagens para as mulheres, que por vezes são invisibilizadas dessa produção do conhecimento. Entretanto ressalta-se a importância das lutas enfrentadas para a inclusão feminina no campo científico geográfico e a importância do movimento feminista para sua realização.

Após todos os dados analisados e discutidos, a pesquisa comprova que a organização espacial potencializa as discussões teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo em que a proximidade espacial fortalece os pesquisadores para lutar para romper as barreiras criadas pelos ditos 'centros de excelências' do campo do saber na Geografia brasileira. Os apontamentos apresentados, revelam que ainda há um grande campo a ser discutido, entretanto, aponta que os temas antes invisibilizados pela produção científica geográfica brasileira, aos poucos vem ganhando visibilidade e está se fortalecendo nos grupos instituídos nas 'periferias'. A dissertação assegura que a inovação não surge nos grandes centros consagrados e sim nas 'margens' rompendo com os padrões hegemônicos de conhecimento.

Por fim, a dissertação evidencia que a ciência é hierárquica e apresenta relações generificadas na produção intelectual no campo geográfico, apresentando a necessidade de se dar atenção a fenômenos e grupos invisibilizados, abrindo

suas discussões para novos conhecimentos, tendo que assumir as ausências criadas em sua historiografia.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; ROSA, Alexandre Reis. O pesquisador como o outro uma leitura pós-colonial do 'Borat' brasileiro. **RAE** - São Paulo. v.50, n.4. p.371-382, 2010

ANDRÉ, Isabel Margarida. " O gênero em Geografia. Introdução de um novo tema". **FINISTERRA**. Lisboa, n. XXV, p. 331-348, 1990.

ARDOY, Luis Navarro. Tabajo y Familia: un conflicto en la parejas. **Instituto de Estudios Sociales de Andalucía**. 2005, p.115-125

BALBACHEVSKY, Elizabeth . A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: Colin Brock e Simon Schwartzman. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005, v. 1, p. 285-314.

BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. **A Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939 - 1995)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, UERJ, Rio de Janeiro - RJ.

BARROS, Cesar Mangolin de. **Ensino superior e sociedade brasileira: Análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (Décadas de 1960/70)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP.

BASTOS, V. C. **Classificação de Periódicos No Qualis/Capes**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev_26_11.pdf> Acesso em 3 de setembro de 2014.

BLAY, Eva Alterman; Conceição, Rosana. " A Mulher como tema nas disciplinas USP".**Caderno de Pesquisa**, n 76, p.50-56, fev 1991.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Newton Sucupira, a Pós Graduação e a Universidade**. Disponível em: Scielo Books. <<http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-09.pdf>>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumores da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001, p.128.

BORZACCHIELLO DA SILVA; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A Pós-Graduação Em Geografia No Brasil: Uma Contribuição À Política De Avaliação. **Revista da ANPEGE**. nº 2 p .21-37 , 2005

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a Organização do Campo Geográfico no Brasil (1939 - 1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v.2, nº 1, p.23-39 jan/jun, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, Brasil, 2007.

COSTA, Maria Conceição. "Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência". **Cadernos Pagu**, n.27, p. 445-459, jul-dez 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. "Se a CAPES somos nós, quem somos nós? A pós-graduação brasileira em busca de uma identidade". **Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (USP)**, s/n, p 1-13, abril 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989, p.16 - 40.

DURHAN, Eunice R. **O ensino Superior no Brasil: Público e Privado**. In: Seminário Sobre Educação no Brasil, 2003, Estados Unidos, Universidade de Oxford.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**; tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Editora F. Alves, 1977, p. 488 .

FICHER, André. A Dimensão Espacial no "Aménagement" do Território - o Exemplo Francês. **Ra'ega**, v.7.p. 9-17.2003

FILGUEIRAS, Marcos Ribeiro. **O enfraquecimento da figura pai após o declínio do patriarcalismo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade, UCSAL, Salvador - BA .

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências. Introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 319 .

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 22ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

FURLIN, Neiva. " **Inserção de mulheres na docência em teologia: um estudo quantitativo**" In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, 2010, Curitiba. Anais de resumo. Curitiba: UTFPR, 2010. p. 01-07.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors; ORTIZ, Anna e PUJOL, Hermínia. Universidade e gênero na Espanha: trajetórias acadêmicas de docentes na geografia. In: SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.p.43-63.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cardernos Pagu**, s/v. n.5, p. 7-41, 1995.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais eurocêtricos. In: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 8-23.

LETA, Jacqueline. " As mulheres na ciência brasileira : crescimentos, contraste e um perfil de sucesso. **Estudos Avançado**, v.17, n. 49, p. 271-284, set 2003.

LOPES, Maria Margaret e COSTA, M. C. . Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. (org.) **Gênero nas fronteiras do Sul**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU/Unicamp, Coleção Encontros, 2005.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos PAGU**. v. 10, p.345 - 368, s/d 1998.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moreira de Oliveira. " A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: A exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). **Revista Gênero**.v.5, p.97-109. 2 sem 2004.

LOPES, Maria Margarete. "**Gênero e ciências no país: exceções à regra?**". Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>>. Acesso em: 10 de set 2012.

LOPES, Maria Margarete; PISCITELLI, Adriana. "Revistas Científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: Um olhar desde as "margens". **Estudos Feministas**, v. 12, n. spe, 115-121 set-dez 2004.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem 2005 IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 309-352.

MANCIBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, 2010.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: Da Descoberta aos dias Atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. vol. 17, p. 4-6, 2002.

MASSEY, Dorren B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

McDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

McDOWELL, Linda; PEAKE, Linda. Women in British geography revisited: or the same old story. **Journal of Geography in Higher Education**, v.14, n.1, p.19, 1990.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alvez. **Mulheres do século XX: Memórias de Trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba - PR.

MIGNOLO, Walter. "Os esplendores e as misérias da "ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica." In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p 668 - 709

MONK, Janice. Colocando gênero na geografia: política e prioridades. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 87-104.

MONK, Janice; HANSON, Susan. "On Not Excluding Half of the Human in Human Geography". In MOSS, Pamela; AL HINDI, Karen Falconer. **Feminisms in Geography, rethinking space, place and knowledges**. United States of America: Rowman & Littlefield Published, Inc. 2008, p 33-48. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id>. Acesso em 12 set 2014.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal, Europa-América, 1996.

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo Martino.; QUONIAM, Luc. "Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal". **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 2, ago. 2004.

Mulheres Na Ciência. **Gênero e ciências no país: exceções à regra?**. Disponível em < <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>>. Acesso em: 02 set 2012.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, vol 11, nº 3, p. 647-654, set/dez 2006.

PINTO, Vagner Andre Moraes. **O Gênero enquanto componente da produção científica no espaço acadêmico UEPG**. 2014. Monografia (Graduação) - Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

PUJOL, Hermínia; GARCIA RAMON, Maria Dolors; ORTIZ, Anna. El Profesorado Universitario de Geografía en España Y Sus Trayectorias Profesionales: Una Mirada de Género. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. nº 59, p. 323-344, 2012

PUJOL, Hermínia; ORTIZ, Anna; GARCIA RAMON, Maria Dolors. La Presencia y La Carrera Profesional de Las Mujeres en La Geografía Académica. Estudio de Las Peculiaridades Del Caso Español. **Estudios Socioterritoriales Revista de Geografia**. nº 7, p. 136 - 159, 2007/2008

RAGGIO LUIZ, Ronir. "Avaliação de produtividade acadêmica: Uma proposta de quantificação". **Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG**, n.3, p. 300-312, dez. 2006.

RAGO, Magareth. Descobrimo historicamente o Gênero. **Cadernos PAGU**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU/Unicamp, n.11, p. 89-98, 1998.

RIBEIRO, Antônio Lopes. **Razão e Sensibilidade: a desconstrução do mito da fragilidade feminina**. In: Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos, Curitiba: Champagnat, 2011, p.477 - 488.

ROSE, Gillian. Progress in geography and gender - or something else. **Progress in Human Geography**, v.17, n.4, p. 531-537, 1993.

SANT'ANNA NETO. João Lima. Os desafios da Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 08, ano VIII, p. 14 - 28. Florianópolis, agosto de 2012.

SAORIM, Roberto Natal Silva. ; GARCIA, Joana Coelho Ribeiro. O conhecimento na pós-graduação: desafio da avaliação. In: Renata Gonçalves Curty. (Org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. 1 ed. Londrina: UEL/CIN, 2010, v. 1, p. 46-67.

SCIELO EM PERSPECTIVA. **Estudo destaca os modelos de publicação em periódicos científicos do Brasil e Espanha**. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2014/04/25/estudo-destaca-os-modelos-de-publicacao-em-periodicos-cientificos-do-brasil-e-espanha/#.VClEKZVLQo>> Acesso em 12 de setembro de 2014.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose.; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN-JUNIOR, Alides Baptista.; PRZYBYSZ, Juliana. "O corpo como elemento das Geografias Feministas Queer: um desafio para a análise no Brasil". In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose.; CHIMIN-JUNIOR, Alides Baptista. (orgs.) **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. 1ª ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.p. 85-142.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. "Geografia e Gênero no Brasil: Uma análise da feminização do campo científico". **Ateliê Geográfico**, v.3, n.2, p. 38-62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir ; ORNAT, Marcio Jose. " A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas". **Abordagens Geográficas**, v.1, n.1, p.23-41, out-nov 2010.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p.25-54.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p.55-92.

SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em Ciência e Tecnologia: Ascensão Limitada. **Química Nova**, vol 24, nº2, p. 281-281, 2001.

SORJ, Bila. **O estigma das feministas**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/o_estigma_das_feministas.pdf>. Acesso em novembro de 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula; ARRISCADO, João Nunes João. "Introdução: para ampliar o cânone da ciência – a diversidade epistemológica do mundo. In SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SUERTEGARAY. Dirce Maria Antunes. Rumos e Rumores da Pós graduação e da Pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**. v. 3, p. 17 - 31, 2007

VELHO, Léa ; Léon, Elena. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. **Cadernos Pagu**. nº 10, p.309-344, 2008

VELHO, Léa. Prefácio. In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fatima (Org). **CIENCIA, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: IAPAR, 2006. p.284.

ANEXO A - Estrutura do Banco de Dados *LibreOffice*

Banco de dados: Revistas.odt : trabalhos.Revistas_Qualis_2011 - LibreOffice Base: Database Form

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Tabela Ferramentas Janela Ajuda

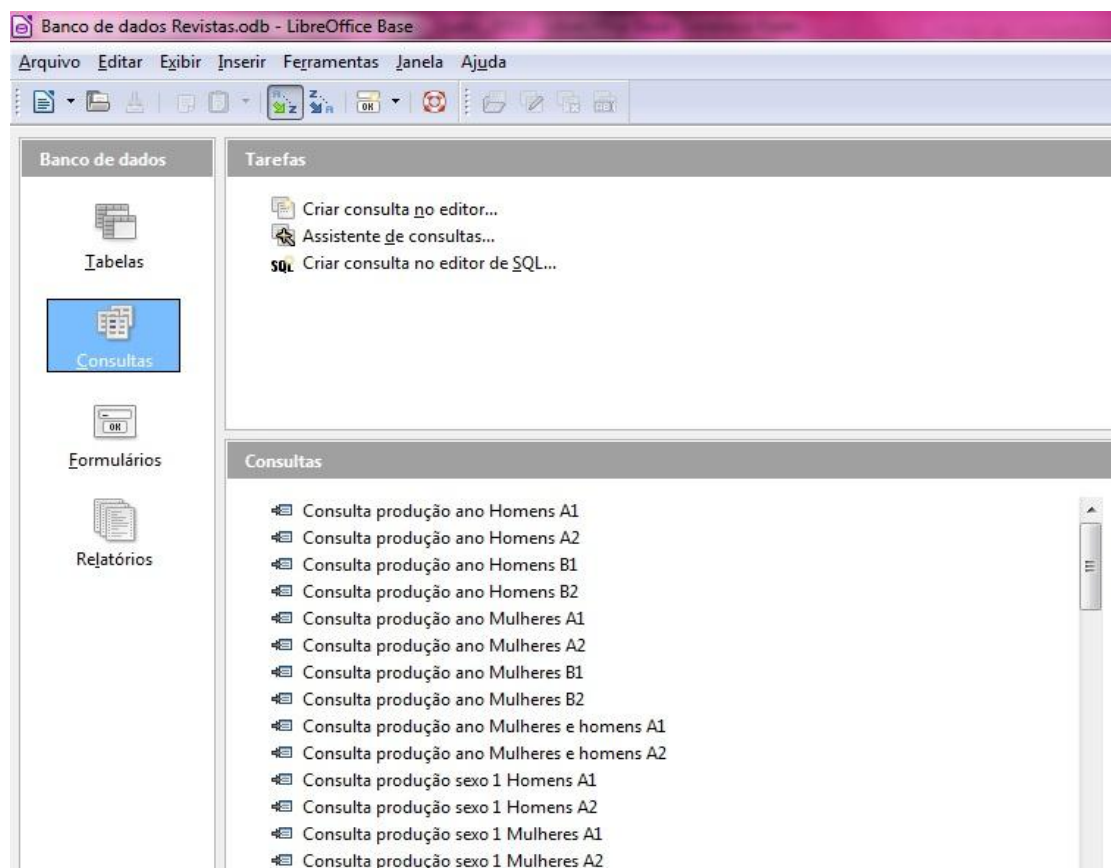
Nome da Revista	Número da Revista	Ano	Classificação Atual
Título do Artigo			
Tema			
Sub-Temas			
Temas Transversais			
Sujeitos			
Autor 1			
Sexo 1 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 1			
Autor 2			
Sexo 2 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 2			
Autor 3			
Sexo 3 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 3			
Autor 4			
Sexo 4 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 4			
Autor 5			
Sexo 5 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 5			
Autor 6			
Sexo 6 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 6			
Autor 7			
Sexo 7 ☐ F ☐ M ☐ I			
Procedência Institucional do autor 7			

Registro 6.833 de 6833

Página 1 / 1

Padrão

ANEXO B - Consultas Banco de Datos



Banco de dados Revistas.odt : Consulta produção ano Homens A1 - LibreOffice Base: Query Design

Arquivo Editar Exibir Inserir Ferramentas Janela Ajuda

Campo	Classificação Atual	Ano	Sexo 1	Sexo 1
Alias				
Tabela	Revistas_Qualis_2011	Revistas_Qualis_2011	Revistas_Qualis_2011	Revistas_Qualis_2011
Classificar			decrecente	
Visível	☒	☒	☒	☒
Função	Grupo	Grupo	Grupo	Contar
Critério	LIKE 'A1'		LIKE 'M'	
Ou				
Ou				
Ou				
Ou				

APÊNDICE A - Periódicos *On-Line* Pesquisados

Nome das Revistas Pesquisadas	Classificação Qualis-Capes (Triênio 2013-2015)
1. GEOgraphia (UFF)	A1
2. Mercator	A1
3. Revista Brasileira de Geomorfologia	A1
4. Boletim Goiano de Geografia	A2
5. Cidades (Presidente Prudente)	A2
6. Confins (Franco-Brasileira)	A2
7. Geografia (Rio Claro)	A2
8. GEOSUL - UFSC	A2
9. GEOUSP	A2
10. Ra'e ga (UFPR)	A2
11. Revista da ANPEGE	A2
12. Sociedade & Natureza - UFU	A2
13. Terra Livre- AGB	A2
14. Ateliê Geográfico UFG	B1
15. Boletim de Geografia - UEM	B1
16. BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	B1
17. Boletim Paulista de Geografia	B1
18. Caderno Prudentino de Geografia	B1
19. Caminhos de Geografia (UFU)	B1
20. Campo - Território - UFU	B1
21. Espaço e Cultura (UERJ)	B1
22. Geotextos	B1
23. GEO UERJ	B1
24. Hygeia (UFU): Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde	B1
25. Revista Brasileira de Climatologia	B1

26. Revista do Departamento de Geografia (USP)	B1
27. Revista Formação (Presidente Prudente)	B1
28. Revista Nera	B1
29. Território – UFRJ	B1
30. ACTA GEOGRÁFICA	B2
31. Agrária - USP	B2
32. Caderno de Geografia PUC / MG	B2
33. Ciência Geográfica (AGB-Bauru)	B2
34. Climatologia e Estudos da Paisagem	B2
35. Estudos Geográficos (UNESP)	B2
36. Espaço e Geografia (UnB)	B2
37. Geografares	B2
38. Geografia (Londrina)	B2
39. Geografia Ensino & Pesquisa	B2
40. Geografias (UFMG)	B2
41. Revista Brasileira de Geografia Física	B2
42. Revista de Geografia (Recife)	B2
43. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero	B2
44. Revista Pegada	B2
45. Terr@ Plural – UEPG	B2
46. Geografar UFPR	B2
47. Brazilian Geographical Journal (FACIP/UFU/Ituiutaba)	B2
48. Abordagens Geográficas - PUC / RJ	B3
49. Boletim Campineiro de Geografia	B3
50. Espaço Plural	B3
51. Faz Ciência	B3

52. Geoambiente	B3
53. Geografia em Atos	B3
54. Geografia em Questão	B3
55. GeoNordeste	B3
56. GEOSABERES	B3
57. Okara: Geografia em Debate	B3
58. Revista Brasileira de Educação em Geografia	B3
59. Revista da Casa da Geografia de Sobral	B3
60. Revista de Ensino de Geografia	B3
61. Revista de Ensino de Geografia	B3
62. Revista de Geopolítica	B3
63. Revista Geográfica Acadêmica	B3
64. Revista Tamoios	B3
65. Sociedade e Território	B3
66. Terrae Didatica	B3
67. Cadernos do Logepa	B4
68. EntreLugar	B4
69. Espaço em Revista	B4
70. Expressões Geográficas	B4
71. Geoaraguaia	B4
72. Geograficidade	B4
73. Geoingá	B4
74. Geonorte	B4
75. Geo-Paisagem	B4
76. GEOPUC	B4
77. Geotemas	B4
78. Observatorium	B4

79. ParaOnde!?	B4
80. Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino GEOMAE	B4
81. Revista de Geografia UFJF	B4
82. Revista Eletrônica da AGB Três Lagoas	B4
83. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território	B4
84. Revista Matogrossense	B4
85. Élisée	B5
86. Geoamazônia	B5
87. Geografando	B5
88. Geografia Econômica UFSC	B5
89. Geografia e Pesquisa UNESP	B5
90. Perspectiva Geográfica	B5